

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LAYS BÁRBARA VIEIRA MORAIS

**MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: O TARIFA ZERO  
GOIÂNIA**

Goiânia

2016

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     Dissertação     Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**


Nome completo do autor: Lays Bárbara Vieira Morais

Título do trabalho: Movimentos sociais contemporâneos: o Tarifa Zero Goiânia

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a) <sup>2</sup>

Data: 03/12/2016

LAYS BÁRBARA VIEIRA MORAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: O TARIFA ZERO  
GOIÂNIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, Área de Movimentos sociais, Poder Político e Transformação social, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Goiânia

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Morais , Lays Bárbara V.  
Movimentos sociais contemporâneos: o Tarifa Zero Goiânia  
[manuscrito] / Lays Bárbara V. Moraes . - 2016.  
CC, 200 f.

Orientador: Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia, Goiânia, 2016.  
Bibliografia. Anexos.  
Inclui tabelas.

1. Movimentos Sociais . 2. Transporte coletivo . 3. Capitalismo. 4.  
Manifestações . 5. Tarifa Zero . I. Pereira dos Santos , Cleito , orient. II.  
Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE

**LAYS BÁRBARA VIEIRA MORAIS**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2016, às 14:00 horas, na sala de reuniões das coordenações da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento de dissertação da mestranda **LAYS BÁRBARA VIEIRA MORAIS**, intitulada "*MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: O TARIFA ZERO GOIÂNIA*". A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Cleito Pereira dos Santos (UFG-Presidente), Flávio Munhoz Sofiati (UFG) e Fernando Lima das Neves (USP). A mestranda apresentou o trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 16:13 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, atribuindo à mestranda os seguintes resultados:

**Aprovado**     Reprovado

Cleito Pereira dos Santos \_\_\_\_\_

**Aprovado**     Reprovado

Flávio Munhoz Sofiati \_\_\_\_\_

**Aprovado**     Reprovado

Fernando Lima das Neves \_\_\_\_\_

Resultado Final \_\_\_\_\_

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Jordão Horta Nunes, Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Jordão Horta Nunes \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo desse percurso, gostaria de pontuar especiais agradecimentos a algumas pessoas que tiveram participação impar para a minha formação e para a conclusão desse período de estudos. Primeiramente a minha mãe, pelo constante apoio e confiança. Em segundo lugar ao Professor Dr. Francisco Mata Machado Tavares, pela grande contribuição teórica, que levarei por toda a minha carreira acadêmica, e pelo exemplo de profissional da educação que ele é. Gostaria de agradecer também aos companheiros Ian Caetano e Lira Furtado, pelas produtivas discussões e aos membros do PROLUTA (Núcleo de Pesquisa sobre Ativismo em Perspectiva Comparada) como um todo, pela excelente experiência em um núcleo de pesquisa. Por fim, gostaria de agradecer aos ativistas que se dispuseram a dar entrevistas para a presente pesquisa.

*“Importa muito pouco, além disso, que seja compreendido o motivo desta dedicatória. É realmente necessário, para o contentamento do autor, que um livro seja compreendido, exceto por aquele ou aquela para quem ele foi composto? Afinal de contas, é indispensável que haja sido escrito para alguém. [...] Pois, tanto quanto uma droga perigosa, o ser humano gozado privilegio de poder tirar novos e sutis prazeres da dor, da catástrofe e da fatalidade. Você verá neste quadro um caminhante sombrio e solitário, imerso na corrente das multidões, que remete seu coração e seu pensamento a uma Electra longínqua que há algum tempo enxugava sua fronte banhada de suor e refrescava seus lábios percorridos pela febre [...]” – Charles Baudelaire.*

## **RESUMO**

A presente pesquisa visa entender a dinâmica e a atuação do coletivo Tarifa Zero Goiânia, braço regional do Movimento Passe Livre, para então produzir dados e interpretações que possibilitem entender se o discurso usado pelo grupo se realiza nas suas práticas. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise de discurso, com base em entrevistas, e revisão bibliográfica. Para entender esse fenômeno partimos de uma base teórica marxista. Os movimentos sociais foram tratados como uma coletividade de caráter conflitivo, um grupo de pressão, cujo desenvolvimento implica mudanças ou conservação de privilégios, valores, regras, normas, etc. Concluiu-se que um primeiro limite que pode ser apontado é o próprio embate de ideias no interior do movimento e a vida pessoal de cada ativista. Destaca-se também, que pautas muito progressistas, como o fim da tarifa, se choca com os próprios limites estruturais e históricos do capitalismo no contexto onde a luta está inserida. Existe também o fato do Tarifa Zero Goiânia buscar promover o diálogo e a conscientização da população, mas a própria limitação de recursos financeiros e de membros acaba impedindo que isso seja feito de forma adequada. Por fim, temos as questões organizativas, aspecto que atingiu o MPL como um todo. O movimento transformou seus princípios em sua doutrina, o que acarretou algumas contradições.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, transporte coletivo, capitalismo, manifestações, Tarifa Zero.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the dynamics and the action of Tarifa Zero Goiânia, regional arm of the Movimento Passe Livre to then produce data and interpretations that allows to understand the discourse used by the group is carried out in their practices. The research techniques were used discourse analysis, based on interviews and literature review. To understand this phenomenon we start from a Marxist theoretical basis. Social movements were treated as a social conflictive nature of collectivity, a pressure group, whose development involves changes or conservation privileges, values, rules, standards, etc. It was concluded that a first threshold that can be pointed out is the very clash of ideas within the movement and the personal life of every activist. Also noteworthy is that very progressive agendas, such as the end of the tariff, collides with its own structural and historical limits of capitalism in the context where the fight is inserted. There is also the fact that the Tarifa Zero Goiânia seek to promote dialogue and awareness of the population, but the very limited financial resources and members just preventing this is done properly. Finally, we have the organizational, aspect that struck MPL as a whole. The movement turned its principles in his doctrine, which resulted some contradictions.

**Keywords:** Social movements, mass transport, capitalism, manifestations, Tarifa Zero.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>7</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>9</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO: “DEVE TER ALAMEDAS VERDES A CIDADE DOS MEUS AMORES”</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: “MÁQUINAS COMEM VOCÊ MEIO DIA”</b> .....	<b>24</b>
1.1-Introdução.....	24
1.2-Neoliberalismo e transnacionalização do capital.....	27
1.3-Neoliberalismo e transnacionalização no Brasil.....	51
1.4-Resistências.....	61
1.4.1-O N-30 (ou a Batalha de Seattle).....	64
1.4.2-God save the queen.....	69
1.4.3-Nós somos 99%.....	70
1.4.4-A praça Syntagma e o 15-M.....	72
<b>CAPÍTULO II: “QUERIDA ESQUERDA, GRANA E DIREITA”</b> .....	<b>78</b>
2.1-Por uma tentativa de definição.....	78
2.2-Uma breve visão em âmbito mundial.....	87
2.3-Os movimentos sociais na América latina e Brasil.....	91
<b>CAPÍTULO III: “O MOVIMENTO DO TRÁFEGO”</b> .....	<b>114</b>
3.1-A cidade capitalista.....	114
3.2-A origem de Goiânia.....	119
3.3-Mobilidade urbana na capital goiana.....	126
3.4-Movimentos sociais urbanos.....	133
3.5-A tarifa zero.....	136
3.6-Ciberativismo.....	140
3.7-A luta e os limites do coletivo Tarifa Zero – Goiânia.....	147
<b>CONCLUSÃO: “SOY TODA LA SOBRA DE LO QUE SE ROBARON”</b> .....	<b>161</b>

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>179</b>
Anexo I.....	179
Anexo II.....	182
Anexo III.....	190

## INTRODUÇÃO – “DEVE TER ALAMEDAS VERDES A CIDADE DOS MEUS AMORES”<sup>1</sup>

*“[...]in the right light, study becomes insight / but the system that  
dissed us teaches us to read and write / so-called facts are fraud[...]”  
– trecho da música Take the power back, da banda  
Rage Against The Machine.*

A presente pesquisa visa entender a dinâmica e a atuação do coletivo Tarifa Zero Goiânia, federado nacionalmente ao Movimento Passe Livre, para então produzir dados e interpretações que possibilite entender se o discurso usado pelo grupo se realiza nas suas práticas.

O Tarifa Zero Goiânia<sup>2</sup> surge em 2012 como reflexo das manifestações ocorridas em 15 de outubro de 2011. Segundo seus membros, a opção de não usar a nomenclatura MPL advém da própria evolução histórica das demandas, em nível nacional, do MPL. Essas caminhariam no sentido de expandir a pauta do direito ao transporte público e coletivo para além do passe livre estudantil. Então a adoção de tal nome teria a finalidade, por um lado, de contribuir para o histórico de luta local (visto que já existiu um MPL em Goiânia, mas este perdurou apenas entre os anos de 2005 e 2006) e, por outro lado, fazer uma referência ao próprio desenvolvimento da agenda de luta do Passe Livre em todo o território nacional. Essa atitude resultou em um marco diferencial em relação aos outros coletivos MPL, que optaram por criar campanhas pela tarifa zero ao invés de mudarem seus nomes. No entanto, os princípios táticos e estratégicos permanecem os mesmos, assim como a articulação com os demais MPLs locais.

O coletivo goiano ganhou maior visibilidade em decorrência de sua participação, ao lado de outros coletivos locais, nas manifestações pelo transporte público da capital e região metropolitana ocorridas entre maio e junho de 2013, compondo as chamadas “Jornadas de Junho”, um conjunto de protestos ocorridos no Brasil no referente ano<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Trecho da música *A cidade ideal*, do músico brasileiro Chico Buarque.

<sup>2</sup> Objetivando fim práticos o nome do coletivo aqui estudado será empregado no decorrer do texto de forma abreviada. Assim, Tarifa Zero Goiânia será chamado apenas de TZ.

<sup>3</sup> Não nos aprofundaremos na discussão e análise desses protestos em nível nacional ou de sua pluralidade de composição e desdobramentos em outras pautas. Nosso foco aqui é um coletivo local, sua atuação, as discussões em que está inserido, etc.

Os meses de maio e junho de 2013, foram marcados, e até hoje lembrados, por diversas manifestações, em diversas cidades, referentes ao aumento da tarifa do transporte coletivo<sup>4</sup>. Fatos como esses já ocorreram diversas vezes em diversos lugares, mas a forma como se deu as manifestações de 2013 e, principalmente, a forma de organização desses grupos, chamaram a atenção de estudiosos e pesquisadores. Assim como a violenta repressão, que fez muitos lembrarem do período da Ditadura Militar, e a relação desses grupos com a mídia e a Internet.

Assim, o estudo do tema aqui abordado se mostra importante por este ter adquirido visibilidade na sociedade como fenômeno concreto e, por outro lado, pela intenção de combater a presença de um Estado neoliberal que privilegia uma minoria em detrimento da classe trabalhadora e que por isso tem perdido cada vez mais sua legitimidade e passado a ser cada vez mais criticado. O modelo de bem-estar social nunca foi aplicado de fato no Brasil, nem na América Latina como um todo<sup>5</sup>.

Os protestos pelo transporte público de maio/junho se mostraram, em diversos aspectos, diferentes das ações coletivas as quais o mainstream da sociologia dos movimentos sociais já estava acostumado a lidar, ocorrendo facilmente, por parte de diversos especialistas, interpretações e generalizações precipitadas (como na questão da horizontalidade) e que não se aplicam de forma efetiva na prática<sup>6</sup>. Assim vê-se necessário trabalhos de abstração quanto a essas manifestações e os grupos por trás delas, para compor uma noção coerente e distintiva de suas características. Para assim entender se os atuais paradigmas, teorias e conceitos utilizados para interpreta-las são suficientes. O presente trabalho, mediante um recorte geográfico, pretende fazer um estudo de caso de um dos movimentos que atuou nesse período para assim atingir, ou no mínimo contribuir, para esse intuito.

Se um dos objetivos das Ciências Sociais é entender a realidade ao nosso redor, é de suma importância estudos mais aprofundados sobre os movimentos sociais urbanos

---

<sup>4</sup> Essa pelo menos foi a motivação inicial e que, mesmo com outras reivindicações, ainda era o foco. E é, desde o surgimento do Tarifa Zero, sua pauta principal.

<sup>5</sup> Junta-se a isso, no Brasil, a ausência de alternativas políticas organizadas e uma esquerda desmobilizada, que muitas vezes se confunde com a direita e adota as mesmas práticas.

<sup>6</sup> Em parte, isso pode ser consequência de uma tendência frequente nas ciências humanas de tentar “encaixar” os fenômenos concretos em uma determinada teoria, vê-los por uma lente teórica, ao invés de fazer o movimento contrário: partir da realidade para uma teoria.

recentes, pois estes vem afetando o “sistema de ação histórica”. A política das ruas não é a mesma que a política da burocracia e a democracia deliberativa, defendida por vários movimentos sociais, se mostrou um meio pouco eficiente para fazer uma política para além das amarras do Estado. Até por que é interessante para o capital ter governos de caráter de esquerda no poder, visto que isso tende a promover o apaziguamento da classe trabalhadora. Exemplo disso é o governo do PT nesses últimos doze anos. Apesar dos avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo, o Partido dos Trabalhadores, manteve e até ampliou a linha neoliberal, permitindo o enriquecimento de inúmeros setores privados. Nesse contexto, empresas de transporte coletivo também foram beneficiadas.

Variados movimentos sociais possuem um discurso de esquerda, mas não o efetivam em suas práticas (como a UNE). Assim, a questão central que se coloca nessa pesquisa é apreender e entender a atuação do Tarifa Zero em Goiânia e como se dá a adequação entre seu discurso na sua prática política. Assim, temos como objetivo geral:

Analisar a estrutura e a dinâmica de um dos grupos de contestação que fez parte das manifestações de 2013, entre os meses de maio e junho, relacionando-o como novas formas de ativismo que surgiram em decorrência do uso de novas tecnologias de comunicação, como as redes sociais.

Decorre daí que como objetivos específicos temos:

- 1) Entender a conjuntura que levou ao surgimento do coletivo.
- 2) Entender a dinâmica interna do grupo, seu repertório de ação, sua atuação na sociedade, critérios organizativos, suas inter-relações, seus horizontes estratégicos, o perfil de seus membros, a democracia interna do coletivo e a questão em torno da horizontalidade no grupo.
- 3) Comparar o discurso do coletivo e de seus membros com as táticas adotadas e suas ações, para determinar sua correspondência ou não. E, a partir disso, tentar determinar se o coletivo, enquanto práticas, ações efetivas, atuação concreta na realidade, teria um caráter reformista, revolucionário ou nenhuma delas (caso não se encaixe em uma ou em outra, onde poderíamos encaixá-lo quanto a isso?)

Como já mencionado acima, nosso objeto de pesquisa é o Tarifa Zero da cidade de Goiânia, que será abordado mais minuciosamente em capítulo posterior. A pesquisa se configura como qualitativa, utilizando o método dialético marxista para trabalhar os dados, obtidos mediante técnicas tais como: revisão bibliográfica, entrevistas, informações obtidas em jornais e sites, observação participante, etc.

Para darmos início, vamos entender melhor o que seja uma pesquisa de cunho qualitativo. Nas ciências humanas, mais especificamente nas ciências sociais, os fenômenos humanos podem ser apreendidos de diversas perspectivas teóricas. Contudo, como afirma Laperrière (2008), o mundo empírico não tolera da mesma forma todas as interpretações que se lhe dá. O que se deve em grande medida ao fato epistemológico de ser uma ilusão a total separação entre o pesquisador e seu objeto. A subjetividade do pesquisador está presente desde a escolha do objeto pesquisado. Isso leva as ciências sociais a se atentarem fortemente quanto à utilização de métodos que sigam critérios de confiabilidade. Para isso, empreenderemos o método qualitativo, o qual busca se atentar a análise das significações da ação social, da relação entre conhecimento e participação no mundo, uma análise contínua da interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, a busca por um conhecimento aprofundado no que se refere ao contexto e as diversas perspectivas presentes no fenômeno estudado, etc.

Ainda segundo Laperrière (2008), os métodos qualitativos são, de fato, numerosos e diversificados e acabam por cobrir um amplo leque de posições epistemológicas, indo do empirismo ao construtivismo os mais absolutos. No que tange a noção de objetividade na análise da realidade social, essa se foca na qualidade dos próprios dados. O que se busca é concordância entre os dados, as perspectivas, entre as observações e as interpretações. Os fenômenos só têm sentido em relação ao contexto no qual se inserem e na relação que lhe atribuímos frente a uma totalidade (ligação entre macrocontextos e microcontextos)<sup>7</sup>.

Nos métodos qualitativos, os resultados das observações são parciais, o rigor resulta da solidez das ligações entre as interpretações teóricas e os dados empíricos recolhidos, o que se chama de ‘validade interna’. Segundo a autora acima citada, é pela confrontação das categorias de análise e das hipóteses em um vasto conjunto de dados topológicos, ou

---

<sup>7</sup> “Daí a importância para o pesquisador de justificar a escolha de sua unidade de pesquisa em relação a seus objetivos, à sua perspectiva teórica geral e à sua metodologia.” (Laperrière, 2008)

seja, multiplicidade dos níveis em questão, e também dados temporais, ou seja, a evolução do fenômeno no tempo, que os métodos qualitativos contam atingir uma concordância. Munidos de uma diversidade de fontes, esse método tem a capacidade de revelar as dimensões essenciais de um fenômeno.

Quanto ao que os adeptos desse método científico chamam de 'validade externa' equivale ao grau de generalização dos resultados de uma pesquisa a outras populações, locais e períodos de tempo. Normalmente, é por meio da especificação do contexto social, temporal e espacial da pesquisa e pela amostragem probabilística que se garante a 'validade externa'. Contudo é justamente nesse ponto que se coloca dois problemas essenciais dos métodos qualitativos: 1) tendo em vista que se retêm somente as características comuns a um conjunto de casos, como garantir a pertinência ou a importância das mesmas para cada um dos casos particulares dos quais são extraídas as generalizações? Inversamente, em alguns casos temos que 2) considerando a importância dada à particularidade dos fenômenos e à sua análise no contexto natural, como se pode determinar a utilidade geral dos resultados?

Para Laperrière (2008), a resposta a essas duas questões são fundamentalmente a mesma, ou seja, é preciso determinar em que as características das situações e das populações analisadas são semelhantes aquelas de outras situações ou populações. Assim, no limite o pesquisador deve conhecer tanto as características do contexto e da população receptiva, quanto aquelas do contexto e da população original, para só então estimar a pertinência de uma generalização. Porém, as generalizações continuam sendo uma hipótese de trabalho, visto que os métodos qualitativos não possuem outro meio confiável para deduzir generalizações que não seja aplicando as mesmas perspectivas teóricas e meios empíricos a uma outra situação ou população.

Com isso temos que a confiabilidade dos métodos qualitativos se encontra na aplicação cuidadosa dos procedimentos e da profundidade das avaliações. Uma análise de profundidade sem esquecer das mudanças induzidas pela própria evolução dos fenômenos observados, pois se manter na superfície das coisas produz resultados limitados e não aplicáveis em outras situações.

Tal pesquisa consiste em não legitimar seu conhecimento por meio apenas de processos quantificáveis. Buscam entender valores, crenças, motivações, se preocupando mais em visualizar o contexto e o processo (alguns pesquisadores também dão peso a estrutura,

outros não). Algumas das técnicas que podem ser utilizadas, geralmente de forma conjunta, por esses pesquisadores são: observação direta, trabalho de campo, observação participante, antropologia interpretativa, pesquisa bibliográfica, grupo focal, entrevistas e questionários, estudo de caso, etc.

No decorrer dessa pesquisa, iremos apresentar um estudo de caso referente ao Tarifa Zero – Goiânia, promovido por meio das técnicas de observação participante, entrevistas e pesquisa bibliográfica.

Agora, vejamos de forma mais clara o que se constitui como o método dialético usado aqui. Desde os primórdios da teoria social, o método tem sido um problema e uma polêmica central. Michael Lowy (1978), em seu livro *Método dialético e Teoria Política*, indaga: como o cientista social pode se colocar no estado de espírito de um químico, por exemplo, se o objeto de seu estudo está inserido em um debate político encarnado entre concepções de mundo opostas? Não dá para afastar os preconceitos e as pré-nocões, como defende Weber, elas são elementos constitutivos do ponto de vista, aponta Lowy. Mas então como conciliar esse caráter não neutro com um conhecimento objetivo da verdade? Como resolver essa questão epistemológica? Segundo o autor, o marxismo é a solução para essas questões. É necessária uma total ruptura epistemológica com o positivismo.

Diversas interpretações equivocadas acabaram por deformar, adulterar e/ou falsificar a concepção teórico-metodológica de Marx, diversas vezes sua obra foi representada de forma simplista e/ou monocausalista, economicista. O que ela não é. Segundo José Paulo Netto (2011), a crítica a Marx se concentra especialmente sobre dois eixos: 1) sua suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas; e 2) um pretenso “determinismo”.

Por outro lado, este autor fez uma reelaboração crítica de todo um acúmulo intelectual já produzido. Partiu criticamente de um conhecimento existente e fez um exame racional, tornando evidente seus fundamentos, condicionamentos e limites além de verificar seus conteúdos a partir dos processos históricos reais, para assim descobrir a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa. Ou seja, formulou um método para chegar a um objetivo determinado.

O concreto é concreto por ser uma síntese, uma unidade do múltiplo. Dai ele ser visto como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação. Na sua *Introdução de 1857*, o exemplo do trabalho demonstra que as categorias mais abstratas, são um produto de relações históricas e que apenas possuem plena validade para, e dentro de, tais relações. Do mesmo modo que em toda ciência histórica ou social, é preciso ter em mente que as categorias são, assim, formas de existir, e com frequência só exprimem aspectos particulares e isolados de uma sociedade determinada, desse sujeito; e que, de maneira nenhuma, ela só começa no momento em que se trata dela como tal (MARX, 2010).

Para Marx, ‘teoria’ é uma modalidade peculiar de conhecimento, mas se distingue de outras por suas especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência tanto real quanto efetiva e independente dos desejos, aspirações e representações do pesquisador (Netto, 2011). Daí termos que em Marx essa reprodução é o que constitui propriamente o conhecimento teórico e será tanto mais correta e verdadeira quanto mais o sujeito for fiel ao objeto. Assim: a teoria aqui é o movimento real do objeto transposto para o pensamento do pesquisador, é o real reproduzido e interpretado no plano ideal. O objeto da pesquisa tem existência objetiva e vai além da aparência imediata e empírica, sem, contudo, desconsiderar esta última. É isso que a presente pesquisa se propõem, ou seja, partir da aparência para chegar a essência.

A relação sujeito/objeto no processo de conhecimento teórico é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto, excluindo pretensões de neutralidade, mas não de objetividade, pois o resultado obtido com esse método possui uma instância de verificação: a prática social e histórica. A análise de cunho marxista tem pressupostos, pressupostos reais, ou seja, parte do processo da vida real das pessoas, suas ações, suas condições materiais, seja as encontradas seja as produzidas. Assim, o mundo é concebido como um conjunto de processos e a sociedade é o produto da ação recíproca dos seres humanos.

Trilha-se o caminho através da historicidade. O método parte do real e pelo concreto (síntese, determinações mais simples) e depois faz-se a viagem de volta. É indispensável ao pesquisador a capacidade intelectual que permite extrair da contextualidade

determinado elemento e, posteriormente, isola-lo e examina-lo. Nesse nível o elemento abstraído se torna abstrato.

A realidade é concreta exatamente por isso, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. (NETTO, 2011, p. 44)

Em que “determinações” consiste nos traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade. O conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações. Seguindo por essa linha de construção de raciocínio, temos as “categorias”, ou seja, o que exprime formas de modo de ser, determinações de existência, aspectos específicos, etc. São objetivas, reais, históricas, transitórias e apenas possuem validade plena em seu marco. No decorrer desse trabalho apareceram categorias fundamentais para entender a essência, as articulações, as formas e as relações referentes ao nosso objeto.

Entretanto, deve-se tomar cuidado: as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria, assim a análise deve ser diacrônica e sincrônica. Netto (2011), citando Gyorg Lukács afirma: o método é histórico-sistemático. Ainda segundo este autor, para Marx o método não é nenhum conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto recortado e nem um conjunto de regras que o sujeito pesquisador escolhe dependendo de sua vontade, para enquadrar o objeto investigado. É a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador e isso implica uma determinada perspectiva do mesmo para extrair do primeiro suas múltiplas determinações. O conhecimento vem da saturação do objeto pensado com as suas determinações concretas.

Na “viagem em sentido inverso”, as “abstrações mais tênues” e as “determinações as mais simples” vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir (no plano do pensamento) as múltiplas determinações que constituem o concreto real. (NETTO, 2011, p. 53-54)

Percebe-se então que a elaboração teórica e a formulação metodológica possuem uma conexão indissociável. Na *Contribuição a crítica da Economia Política*, Marx (2003) afirma que uma época de transformação deve ser explicada pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Lowy (1978) nos traz uma importante percepção da realidade social: ela é infinita. Assim, toda ciência implica uma escolha e nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso, mas sim está em uma relação orgânica com uma certa perspectiva global, conseqüentemente isso condiciona a problemática da pesquisa. O ponto de vista de classe define, em ampla medida, o campo de visibilidade dos fatos. O marxismo sempre deixou claro o seu ponto de vista, ou seja, seu caráter proletário. A dialética racional de Marx não é neutra, mas é essencialmente crítica, até por que, em uma sociedade baseada na luta de classes não poderia haver ciência social imparcial. Ainda segundo esse autor, a ciência histórica se situa necessariamente do ponto de vista de uma classe, mas é relativamente autônoma em sua esfera de atividade própria.

Após esse breve apontamento demonstrando o método aqui empregado, passemos para as técnicas utilizadas para a formulação de nossa análise. Os dados iniciais e mais gerais da nossa pesquisa, tais como origem, princípios, objetivos, organização etc, (partimos da aparência, dos dados mais gerais) foram recolhidos em sites, tanto do TZ quanto de outros grupos militantes e de fontes oficiais, tais como jornais; além de publicações sobre os eventos de 2013 – tais como o livro *Cidades Rebeldes*, publicado pela Editora Boitempo – e fotos e vídeos das manifestações<sup>8</sup>. Assim como a parte teórica apresentada foi obtida mediante revisão bibliográfica. Saindo da aparência para ir em direção à essência de nosso objeto, decidiu-se por fazer entrevistas com membros, de ambos os sexos, do TZ-Goiânia, todos estudantes universitários (ou recém saídos da academia), de classe média e com idade entre 18 e 30 anos. Devido a dificuldades técnicas e um sentimento de receio quanto a sua própria segurança por parte dos ativistas, a maior parte das entrevistas foi feita via email, tendo retorno de quatro deles, e em um caso a entrevista pode ser gravada. O roteiro utilizado se encontra nos anexos dessa pesquisa. Posteriormente, tais falas foram estudadas com base na análise do discurso com o intuito de perceber pontos não apontados ou não percebidos nas outras análises feitas sobre esse coletivo.

Por Análise do Discurso (AD), entende-se uma disciplina de interpretação baseada na intersecção de epistemologias ligadas à linguística, a psicanálise e ao materialismo

---

<sup>8</sup> Existe uma infinidade de registros audiovisuais, e até documentários, sobre esses eventos que foram feitos pelos próprios manifestantes. Alguns referentes à Goiânia podem ser vistos em: <https://www.youtube.com/watch?v=PQ85Kz5ysks> ; <https://www.youtube.com/watch?v=BVS7rGhiUXU> ; <https://www.youtube.com/watch?v=kDYu0jRpTCU> .

histórico. Segundo Iñiguez (2004), essa disciplina se insere em várias outras, como a sociologia e a antropologia. O objetivo da AD é interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, sejam elas verbais ou não-verbais, além de buscar os efeitos desses sentidos que podem ser apreendidos pela interpretação.

Estamos todos sujeitos a linguagem e nela não há neutralidade. O simbólico esta comprometido com os sentidos e com o político, tendo grande peso os efeitos da história e da ideologia. Segundo Orlandi (2007), toda formação social tem formas de controle de interpretação que, por sua vez, são historicamente determinadas. Assim, na AD, a preocupação gira em torno de compreender a língua e seu sentido, enquanto trabalho simbólico e como parte do trabalho social geral. A linguagem é a mediação necessária entre o ser humano e a realidade natural e social. Consequentemente, o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

[...] a primeira coisa a se observar é que a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2007, p. 15-16)

Na aplicação da AD, neste caso a entrevistas, deve-se atentar as situações em que se produz o dizer, relacionando a linguagem à sua exterioridade. Nesse campo, a política e o simbólico se confrontam e a ideologia se materializa no discurso. O “como” se diz importa mais que “o que” se diz. Segundo o autor supracitado, para a AD a língua tem sua ordem própria, mas não é parcialmente autônoma, a história tem seu real afetado pelo simbólico e o sujeito de linguagem é descentrado, visto que é afetado pelo real da língua e pelo real da história.

De acordo com Iñiguez (2004), há varias tradições e orientações na AD. Como nosso foco é a utilização dessa técnica no âmbito das Ciências Sociais, mais especificamente a sociologia, optou-se pela Análise Crítica do Discurso. Sabemos que o termo “discurso” consiste em um conceito extremamente polissêmico, contudo suas noções mais comuns, pelo menos nas ciências humanas e sociais, se apoiam, primordialmente, em três tradições: a tradição linguística associada a Escola de Oxford, a originada na obra de Michel Foucault e a análise do discurso francesa. Assim, optou-se pela definição de discurso que o vê como conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica. Já a Análise

Crítica do Discurso (ACD) constitui, na abordagem de Iñiguez (2004), uma estratégia para abordar os discursos segundo a qual a teoria não pre-configura nem determina a maneira de focar as análises; ela importa, mas não delimita o campo da indagação e da exploração. A ACD enfatiza o estudo das ações sociais que colocamos em prática através do discurso, tais como o abuso de poder, controle social, a dominação, desigualdades sociais, marginalização, exclusão social, assim como a resistência dos sujeitos contra elas.

O discurso é sobretudo uma prática social, já que não é contemplado como uma ‘representação’ ou reflexo dos processos sociais; ao contrário, seu caráter constitutivo é que é ressaltado. [...] A ACD presume, também, que o discurso não só está destinado pelas instituições e estruturas sociais, mas que é parte constitutivas delas. (IÑIGUEZ, 2004, p. 119)

Onde a “estrutura social” consiste em sistemas de relações humanas entre posições sociais e que por sua vez regula a conduta social.

Depois dessa abordagem geral sobre a metodologia usada na pesquisa, que será colocada em prática em capítulo posterior, passemos a pesquisa propriamente dita. O primeiro capítulo irá tratar do contexto político econômico no qual estão inseridas essas manifestações. É apresentada as características e implicações sócio-políticas da transnacionalização do capital. Inicialmente se situa um esboço geral do que é o neoliberalismo e da sua atuação em nível global, posteriormente, os efeitos deste na América Latina e, por fim, como o Brasil está inserido nesse contexto. Já o segundo capítulo, versa sobre as principais abordagens teóricas e tipologias referente aos movimentos sociais, definindo tal conceito com base nos estudos de Sidney Tarrow. É trabalhado a questão dos movimentos sociais na América Latina e, então, no Brasil, principalmente na sua relação com o Estado e com a cooptação. No terceiro capítulo aborda-se a origem do Movimento Passe Livre e a questão do transporte coletivo na cidade de Goiânia, no intuito de entender o que é e sob qual perspectiva atua o coletivo Tarifa Zero na referida capital.

## CAPÍTULO 1 – “MÁQUINAS COMEM VOCÊ MEIO-DIA”<sup>9</sup>

### 1.1 - Introdução

“Não tenho culpa se a realidade é marxista” – Che Guevara.

“Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.” – Marx e Engels em *Manifesto do partido Comunista*.

É costumeiro ouvir do senso comum que o Brasil é um país cuja população não vê grande importância na política, preferindo dar mais de sua atenção ao futebol e ao carnaval. Mas tal ideia orbita mais em torno de achismos e preconceitos do que de fatos históricos, eventos concretos. É adentrando a história que podemos perceber que o Brasil, desde sua fase de Colônia, vem sendo palco de diversas revoltas, não apenas as mais conhecidas dos livros de história do ensino médio. Protagonizadas por diferentes setores e diferentes causas. O livro de Luciano Figueiredo, *Rebeliões no Brasil colônia*, é um exemplo dos estudos que comprovam a relação dialética entre uma tradição rebelde versus as limitações do sistema.

Claro que não se deve ignorar o contexto histórico da época, e as condições em que tal sociedade estava inserida. O que se quer aqui dar ênfase é que lutas políticas estão presentes já a muito em nossas terras e que elas resultam da dominação e da exploração, no caso, metrópole sobre a colônia, e são importantes para que dominados tomem consciência da sua realidade e da sua condição. Segundo Figueiredo (2005), a irrupção das queixas e protestos dos colonos não podia estar desconectada dos constrangimentos derivados da condição colonial, até mesmo por que as comunidades na América portuguesa como um todo, achavam-se oprimidas por um volume expressivo de impostos. Mas deixemos de lado o Brasil colônia e as diversas outras manifestações de cunho político, mais conhecidas ou menos conhecidas, presentes no decorrer da nossa história e passemos para as que estão mais inseridas no presente.

Os meses de maio e junho de 2013, foram marcados, e até hoje lembrados, por diversas manifestações, em diversas cidades, referentes ao aumento da tarifa do transporte coletivo<sup>10</sup>. Como vimos, fatos como esses já ocorreram diversas vezes em diversos

---

<sup>9</sup> Trecho da música *Fio de Prumo (Padê Onã)*, do músico brasileiro Criolo.

<sup>10</sup> Essa pelo menos foi a motivação inicial e que, mesmo com outras reivindicações, ainda era o foco. E é, desde o surgimento do Tarifa Zero, sua pauta principal.

lugares, mas a forma como se deu as manifestações de 2013 e principalmente a forma de organização desses grupos, chamaram a atenção de estudiosos e pesquisadores<sup>11</sup>. Assim como a violenta repressão, que fez muitos lembrarem do período da Ditadura Militar, e a relação desses grupos com a mídia e a Internet.

Tais “Manifestações de maio e junho” não surgiram do dia para noite, eclodindo de repente no meio da cidade. Desde 2011 vem ocorrendo uma onda de mobilizações e protestos sociais, caracterizada por uma disseminação “viral” (via redes sociais, destacadamente pelo Facebook e pelo Twitter), e reivindicações peculiarmente locais, mas de caráter global. Essas mobilizações tiveram início no Norte da África (o que ficou conhecido como Primavera Árabe) e se estendeu a outros países, como Espanha, Portugal, Grécia, Chile, Rússia e até mesmo EUA, com o Occupy Wall Street. O pano de fundo era uma crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008 e tem como consequência a carestia dos gêneros alimentares, assim como aumento do desemprego e a ausência de alternativas políticas diferentes das que já estão dadas (HARVEY et all. , 2012).

Como pode ser percebido na pequena explanação anterior, é o contexto socioeconômico em associação com a forma de organização e a etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (e sua posterior relação com a política) que será o solo de origem desses grupos e reivindicações. E aqui, inicialmente, tentaremos entender o contexto em que nasceu e atua o Tarifa Zero.

Ou seja, ele está inserido no que chamamos de “sociedade capitalista”. Por “capitalismo”, compreendemos um sistema econômico, organizacional e societário que se fixou em nível global. Nos moldes marxista, ele é um modo de produção histórico, e por isso transitório, fundamentado em um processo de reiteração e expansão constante de suas próprias condições de existência, visando a acumulação do capital. Didaticamente falando, ele pode ser visto como composto, por um lado, dos meios de produção e, por outro, as relações de produção, formando, a partir disso, uma superestrutura complexa e dialética, a exemplo do direito, da religião, do Estado e, caso se prefira uma visão weberiana, o próprio “espírito” do capitalismo. Caracterizado, de forma básica e direta, pelo trabalho assalariado, a propriedade privada, livre

---

<sup>11</sup> Que em grande parte se equivocaram, principalmente nas análises sobre horizontalidade, visto que essa prática não é algo inédito.

concorrência, superprodução, monopólios e comodificação<sup>12</sup>. Tal sistema se ergueu com a queda do sistema feudal. Porém isso não aboliu os antagonismos de classe (tais como barão e servo, homem livre e escravo, patrício e plebeu, etc.)<sup>13</sup>, e sim o substituiu por novas classes<sup>14</sup>, novas condições de opressão e novas formas de luta. Contudo, a “época burguesa”, a época ainda atual, tendeu a simplificar tais antagonismos, dividindo-se cada vez mais em dois campos opostos: burgueses e proletários. Os burgueses livres nasceram dos servos da Idade Média, com o desenvolvimento desta, ou seja, com o desenvolvimento do capital, também se desenvolveu o proletariado. Essa é a classe dos operários, dos que vivem em decorrência de ter ou não trabalho, dos que se vendem diariamente, dos que são mercadoria, força comercializada por terceiros.

Vimos assim que: os meios de produção e de intercâmbio sobre cuja base se formou a burguesia foram gerados na sociedade feudal. Num certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de intercâmbio, as relações em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — numa palavra, as relações de propriedade feudais — deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tolhiam a produção, em vez de a fomentarem. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Tinham de ser rompidas e foram rompidas. (MARX E ENGELS, 1997, p. 34)

Contudo, para fins dessa pesquisa, fizemos um recorte temporal. Abordaremos apenas o capitalismo, ou regime de acumulação<sup>15</sup>, de cunho neoliberal, surgido no pós-segunda guerra mundial e intensificado em todo o mundo a partir da década de 1980. E, especificamente no Brasil, daremos foco ao capitalismo neoliberal pós anos 90.

---

<sup>12</sup> Termo utilizado por Robin Blackburn, em seu texto sobre o capitalismo no livro “*Sociologia: conceitos chave*”, organizado por John Scott. Se refere ao processo pelo qual domínios e instituições sociais passam a ser organizadas e definidas pela produção, distribuição e consumo de mercadorias.

<sup>13</sup> Como se percebe pelas citações iniciais de tal capítulo, utilizaremos uma visão marxista de tais conceitos. Existem diferentes sistemas econômicos, com suas classes, antagonismos etc. Aqui será abordado um deles. Marx analisou o capitalismo concorrencial e não o capitalismo neoliberal dos dias de hoje, mas por sua vasta obra sobre o tema ele ainda é um dos autores mais recorridos em estudos como este. Assim, é necessário ficar atento ao uso das categorias. Estas devem ser observadas em seu próprio tempo histórico, como o próprio Marx afirmava como um dos componentes de seu método.

<sup>14</sup> Não usaremos o conceito de classe social como o adotado por Weber, intimamente ligada ao econômico, determinado pelo fato daquele que possui bens e os que não possuem bens. Entende-se “classe” não pura e simplesmente pelo seu viés econômico, mas também como estando ligada a representação, hegemonia no que se refere ao poder, ideologia, etc. Não diz apenas de propriedade, mas também de como ver o mundo, de se comportar, etc.

<sup>15</sup> Visto que na teoria marxista o desenvolvimento da história é também o desenvolvimento das lutas de classes, um “regime de acumulação” também pode ser entendido, como faz Viana (2009), como uma forma de manifestação relativamente estabilizada da luta de classe, se expressando em determinadas formas de organização do trabalho, organização estatal, relações internacionais, etc.

## 1.2 - Neoliberalismo e Transnacionalização do capital

*“O ‘pós-marxismo’ deu lugar ao culto do pós-modernismo, e a seus princípios de contingência fragmentação e heterogeneidade, sua hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processo e ‘grandes narrativas’.” – Ellen M. Wood, em Democracia contra Capitalismo.*

O desenrolar da história humana, pode ser estudado por diversos ângulos, como por exemplo, as sucessões de modos de produção que ocorreram até os dias de hoje: escravocrata, feudal, capitalista, etc. Esses modos de produção possuem variações em seu interior, mudanças que podem ocorrer e até levar a um outro modo de produção. Mas não pensemos esse desenvolvimento de forma linear e evolutiva. A existência dos modos de produção acompanha a existência humana. São construções sócio históricas para suprir necessidades, sendo assim não são eternas, ao contrário de muitos, que veem o capitalismo atual como algo eterno. Optamos por abordar os movimentos ocorridos em 2013 por um viés marxista, adotando a perspectiva histórica do materialismo<sup>16</sup> pois tanto as classes quanto a luta entre elas não desapareceram e, por sua, vez influi diretamente na esfera do Estado<sup>17</sup>. No presente texto não discutiremos formas que esse regime de acumulação tomou, toma ou deixa de tomar; nosso foco é o capitalismo de tipo neoliberal, que objetiva ampliar a extração de *mais-valia*, tanto a absoluta como a relativa.

O neoliberalismo é um movimento teórico e político que vai contra o Estado intervencionista e de bem-estar, o keynesianismo e a social-democracia<sup>18</sup>. O texto que lhe deu origem é “O caminho da servidão”, escrito por Friedrich Hayek, em 1944. Neste, o autor defende a não limitação do mercado por parte do Estado, pois tal prática seria uma ameaça não apenas a liberdade econômica mais também a liberdade política. Tais ideias se desencadearam por diferentes partes no globo e assumiram um caráter

---

<sup>16</sup> Concordamos com Ellen M. Wood (2011), quando esta afirma, em seu livro *Democracia contra Capitalismo*, que o materialismo histórico consiste na mais produtiva das críticas do capitalismo e o “triunfo do capitalismo” na atualidade, tornou esse método mais relevante do que em qualquer outra época.

<sup>17</sup> Assim como em outros aspectos da vida das pessoas, é o que muitos estudiosos irão denominar de “superestrutura”.

<sup>18</sup> Por social-democracia entende-se: ideologia política de esquerda, surgida no interior do marxismo, que acredita na transição para uma sociedade socialista não por meio de uma revolução, mas por meio de diversas reformas, no intuito de tornar o capitalismo um sistema mais igualitário.

verdadeiramente político principalmente após a crise de acumulação, surgida no liberalismo<sup>19</sup>, nos anos 1970.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria de práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. (HERVEY, 2012, p. 12)

Vale aqui abrir dois breves parênteses na nossa discussão, um para abordar brevemente a questão das crises no sistema capitalista e outro para diferenciar o liberalismo do neoliberalismo. Quanto ao primeiro ponto: a ocorrência de crises no capitalismo não é algo anormal, ela compõe a própria essência do sistema e é necessária para sua reprodução. Elas possuem suas especificidades, podendo ser ou não introduzidas, mais ou menos duradouras, além de possuir graus e profundidades diferentes. Com isso temos que o movimento do capital engendra sua própria contradição. Para sua valorização o capital necessita criar e subordinar a força de trabalho e encontrá-la como seu oposto no mercado e no processo de produção. Dessa forma, reduzindo o trabalho à condição de mercadoria ele pode absorvê-lo como capital variável. Ao aumentar a duração e a intensidade do trabalho e, acima de tudo, a sua produtividade é a garantia da extração da mais-valia. O capitalista deve se confrontar também com os demais capitalistas para preservar suas taxas de lucratividade e assegurar mercados. Para tanto, ele deve necessariamente baixar os seus custos de produção. Assim, a economia capitalista, apoiada na sua intrínseca anarquia em termos da produção, da circulação e da produção/circulação, concorre para crises recorrentes e inviabiliza processos de crescimento equilibrado (BARBOSA, 2016). Tal mecanismo costuma gerar uma fase primeiramente de expansão que, por sua vez, é sucedida de uma fase de desaceleração, que pode ser uma recessão, ou uma depressão, entre outras variantes. Vale ressaltar que na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, em seu caráter financeiro e global, um dos setores que sofre com a crise é o setor de terceirizados, como no caso dos consórcios para o transporte coletivo. Mas nem sempre as causalidades dessas crises serão econômicas, assim como nem sempre esse fator é o mais importante na

---

<sup>19</sup> Por liberalismo (em seu viés econômico) entendemos: a defesa do individualismo, da propriedade privada, estado limitado, a competição enquanto algo benéfico a sociedade, etc. Dois de seus principais representantes são Adam Smith (a “mão invisível” do mercado) e David Ricardo.

deflagração destas.

Os obstáculos à reprodução capitalista poderão inviabilizar ou imprimir um curso particular ao desenvolvimento capitalista. A forma e o sentido da superação destes obstáculos serão, necessariamente, uma consequência da interferência das classes, movimentos, grupos sociais e partidos políticos, em uma dada conjuntura nacional e internacional e sob uma determinada correlação de forças, em nível das superestruturas sociais. [...] a crise provoca, inexoravelmente, uma estagnação ou acumulação restrita de capital em termos econômicos globais. Comumente ocorre, paralelamente a este processo, a transferência de mais-valia e rendas para os grupos monopolísticos e oligopolísticos assegurando-lhes elevadíssima acumulação. Em sexto lugar, uma crise econômica pode estar criando condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas para uma nova fase de acumulação do capital. Neste sentido, a destruição desencadeada pela crise pode ser um pressuposto para uma nova construção (ou expansão das relações capitalistas de produção). (BARBOSA, 2016, p. 19-20)

E no que tange o segundo ponto anteriormente referido, para a Wendy Brown (*apud* RINDNER, 2015) em “*Neoliberalism and the End of Liberal Democracy*”, o que de fato será o fator de maior diferenciação entre é liberalismo e o neoliberalismo, é que esse último refaz e reescreve locais de trabalho e indivíduos para se encaixar em uma narrativa econômica, visto que a inclusão em mercados regionais e globais, e entre ambos, traz prosperidade e estabilidade social para pessoas formalmente marginalizadas. Poderosas reivindicações e sugestões, autorizadas e impulsionadas por organizações supranacionais, promove a promessa de sucesso econômico e social, além da inclusão global, para aqueles que se submetem aos valores pregados por essas organizações e pelo modelo econômico vigente. Para ela o neoliberalismo se tornou incorporado a tudo e circula persistentemente. Ela descreve o neoliberalismo como deslocáveis valores democráticos de uma política para um registo econômico, onde a liberdade é desconectada de qualquer participação política ou a liberdade existencial e se reduz a liberdade de mercado desimpedido por regulamento ou qualquer outra forma de restrição do governo, os modelos de negócios e métricas vêm para irrigar todos os cantos da sociedade, que circula a partir de bancos de investimento para as escolas, universidades, órgãos públicos, etc. até chegar ao indivíduo.

E Strakosch (2015) complementa, afirmando que Wendy Brown argumenta que as condições contemporâneas de complexidade transnacional possuem paradoxos que conduzem a uma insistência na soberania limitada. Contra intuitivo, talvez, é o enfraquecimento da soberania do Estado: que está gerando grande parte do frenesi de construção de paredes estado-nação hoje. Essas condições podem gerar o aparecimento

de hipérboles dessa soberania, e como toda hipérbole, elas revelam tremores, vulnerabilidades, dubiedades, ou instabilidades no núcleo. Ou seja, a lógica da economia capitalista se espalha e se entranha por todas as esferas da atividade humana, essa é a novidade do neoliberalismo.

Após a breve abordagem desses dois pontos, afim de esclarecer e situar melhor o leitor, voltemos a discussão inicial desse tópico: o neoliberalismo também se tornou hegemônico enquanto forma de pensamento, principalmente devido ao fato de seus defensores (e agentes interessados na sua disseminação) possuírem posições de influência, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tal discurso ter especial interesse em tecnologias de informação<sup>20</sup>, bastante útil à produção industrial e à gestão de finanças. Os grandes grupos capitalistas puderam reorganizar as formas de sua internacionalização e modificar suas relações com a classe operaria, principalmente em decorrência dos benefícios trazidos pelo novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores. Mas o nosso foco não é na comunicação, e por hora nem na internet. Nos interessa mais o sistema econômico capitalista e como ele se dá na atualidade, para entendermos o pano de fundo dos movimentos sociais contemporâneos e, principalmente, das “Jornadas de junho”. Com isso achamos mais pertinente deixar o termo “globalização” de lado e abordarmos o assunto utilizando o conceito de “transnacionalização<sup>21</sup>” do capital, do capitalismo, da economia, por entendermos tal conceito como sendo mais adequado para tal fenômeno.

---

<sup>20</sup> Tais tecnologia são usadas para comprimir as transações no mercado e para contrair o espaço-tempo, principalmente dos contratos (as relações contratuais são uma ênfase desse sistema). Tal ponto ajuda a entender a ênfase na globalização em Estados neoliberais, mas essa característica abordaremos com mais profundidade mais adiante, por entendermos que a ligação neoliberalismo-globalização é forte e se desenrola de forma dialética, por isso não devem ser vistas de forma demasiadamente separada, a não ser para fins de estudo.

<sup>21</sup> O conceito de transnacionalização consiste na dispersão do capital em um processo de superação das fronteiras nacionais, se reorganizando em um plano internacional, para sua reprodução. Diferente do fordismo, que tinha em essência um caráter nacional. Com efeito, o capital utiliza a liberdade de se deslocar de um país ou continente ao outro, procurando emancipar-se dos limites dos Estados nacionais. Contudo, sua tentativa de homogeneização esbarra no desenvolvimento desigual. Como principal consequência desse processo, temos a fragmentação dos trabalhadores e suas lutas sociais. O desenvolvimento, por um lado, de uma subproletarização tardia, e, por outro, do desemprego estrutural. Segundo Benakouche (1980, p. 79), “A transgressão dos espaços econômicos nacionais pelas firmas multinacionais (FMN) resultou numa desestabilização dos sistemas produtivos de cada nação e induziu uma metamorfose da economia internacional (enquanto soma de economias nacionais) num só e único processo produtivo mundial; em outras palavras, favoreceu a internacionalização do espaço do modo de produção capitalista (MPC) ”.

Mas essa forma de pensamento só foi possível pela crise do chamado *Estado de Bem-Estar Social* ou *Welfare State*, originando assim o Estado Capitalista contemporâneo. E como se chegou a isso? Em 1973 houve a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, onde o capitalismo avançado se encontrava em uma profunda recessão, com altas taxas de inflação e baixos índices de crescimento. Para Hayek e os adeptos do neoliberalismo as origens de tal situação estava no poder excessivo dado aos sindicatos, nos altos gastos sociais do Estado e no movimento operário, que corroeu as bases de acumulação capitalista e reivindicava melhores salários, dentre outras necessidades. Assim essas ideias ganhavam cada vez mais terreno.

O keynesianismo, típicos de governos social-democratas da Europa na segunda metade do século XX, tentou responder de forma satisfatória, por algum tempo, as demandas redistributivas, resultantes da contradição entre Estado e economia, advindas do proletariado, por meio, por exemplo, de partidos socialistas e sindicatos. Mas estes não encontraram na esfera parlamentar um local adequado ao seu processamento, e muito menos para a superação dessas contradições, da redistribuição desigual e da luta de classes.

Essas tensões estruturais não garantiam as condições para sua auto-reprodução, abrindo caminho assim para o neoliberalismo<sup>22</sup>. Entre as várias diferenças existentes entre o neoliberalismo e a social-democracia, Tavares (2008) destaca quatro delas<sup>23</sup>: a unidade operante do neoliberalismo é o indivíduo, enquanto a social-democracia se baseia na sociedade e suas distinções de classe; para o neoliberalismo o Estado à realização das liberdades fundamentais, enquanto o outro modelo entende o Estado como seu garantidor; o primeiro entende a igualdade sob enfoque deontológico-formal, enquanto o segundo sustenta o conceito de forma fática e substancial; e, por fim, a social-democracia se relaciona historicamente com uma intensa politização dos conflitos distributivos tal como organizada em partidos e sindicatos. Mas seja em tempos de social-democracia, seja em tempos neoliberais, duas linhas gerais se mantem, a saber: a

---

<sup>22</sup> Segundo Harvey (2012), esse sistema veio a existir sob a ampla proteção do poder militar norte-americano, somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance global.

<sup>23</sup> O ponto em comum mais evidente dos dois modelos, mesmo que com formatos e fundamentos diferentes, é que em ambos o Estado permanece submisso ao jogo da acumulação e dominação capitalista e que a democracia de cunho representativa-parlamentar prevalece.

ênfase política no espaço parlamentar e a vinculação do poder material do Estado com a acumulação capitalista.

Para Tavares (2008) há contradições estruturais no Estado capitalista, e estas estão relacionadas à tensão entre o modo de produção capitalista e a política democrática e que o processo de transnacionalização prejudicou, a saber: crises na dimensão fiscal dos Estados, ou seja, a incapacidade de atender às demandas cada vez maiores de vários setores da economia e grupos.

Tais contradições entre uma produção coletivamente empreendida e a acumulação privada capitalista, havia antes sido contida pela política do “Estado de Bem-Estar Social”. Porém, esse modelo seguiu menos no sentido de resolver o conflito distributivo (de riqueza) e mais no sentido de contê-lo sem sair dos limites da competição eleitoral (disputa entre partidos, política convencional adotada em boa parte das nações).

No pós Segunda Guerra Mundial, a tensão entre democracia e sua competição entre partidos políticos de massa e o modo de produção capitalista atingiram uma posição de grande relevância. A pressuposição de igualdade na democracia frente a uma estrutura de mercado faz com que o capitalismo se choque em diversos pontos contra essa forma de se fazer política<sup>24</sup>. Assim, as vias possíveis para uma possível compatibilidade seriam a adoção de medidas sociais de amenização, que em última instância, como tentaremos mostrar no decorrer desse trabalho, não surtem o efeito desejado e em momentos como os de crise isso se torna mais evidente. O equilíbrio entre capitalismo e democracia é instável, podendo se desfazer e levar, na pior das hipóteses a outros totalitarismos como foi o nazismo<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Para um melhor entendimento sobre esse ponto, ver Ellen M. Wood (2011) em seu livro intitulado *Democracia contra Capitalismo*, onde ela aponta, por exemplo: “Como o capitalismo gera, entre outras coisas, novas formas de dominação e de coerção fora do alcance dos instrumentos criados para controlar as formas tradicionais de poder político, ele também reduz a ênfase na cidadania e o alcance da responsabilização democrática.” (p. 23)

<sup>25</sup> Essa idéia, aqui apenas apontada, é mais bem trabalhada por Slavoj Žižek em seu livro *Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Ele afirma, dentre outras coisas, que “[...] O ‘totalitarismo’ é o *modernismo enviesando-se*: ele preenche a lacuna aberta pela própria dissolução modernista de todos os vínculos sociais orgânicos tradicionais. Os conservadores tradicionalistas e os pós-modernistas compartilham essa noção – a diferença entre eles é sobretudo uma questão de ênfase: para alguns, o totalitarismo é o resultado necessário do esclarecimento modernista, inscrito em sua própria noção; para outros, é mais uma ameaça que se consuma quando o esclarecimento não realiza totalmente seu potencial. [...] A alegação neoliberal de que qualquer projeto político de emancipação radical resulta necessariamente em uma versão qualquer de controle e dominação totalitária. Desse modo,

Contudo, para Claus Offe (*apud.* Tavares, 2008), seria o Welfare State Keynesiano para se manter o convívio entre esses dois polos (democracia e capitalismo), modelo que possui seus principais exemplos nas sociais-democracias da Europa Ocidental no pós Segunda Guerra, assim as lutas por redistribuição de recursos eram contidas. Mas o momento atual não condiz com tal quadro, o keynesianismo foi substituído por uma política neoliberal, os governos (ou os que se dizem) social-democratas estão cada vez mais voltados para o mercado do que para sua própria concepção de atuação política (como no caso brasileiro do governo PT). Isso acaba por incidir diretamente na relação desses Estados com o neoliberalismo e as necessidades sociais, já que na lógica de mercado dominante na qual estamos inseridos, reduz drasticamente a ação estatal e direitos sociais, aumentando as demandas para a quais os Estados nacionais normalmente não estão conseguindo responder por meio da política convencional (mecanismos decisórios, democracia deliberativa, disputas eleitorais, etc).

Em última instância, a forma de condução econômica keynesiana não surtiu o efeito desejado e, a longo prazo, os trabalhadores não se beneficiaram nem com um modelo nem com o outro, aja vista também o caráter reformista que dominou a social-democracia ao longo dos anos e, enquanto consumidores, são eles que suportam os encargos financeiros da tributação, o que faz a classe trabalhadora ficar cada vez mais dependente do capital e do Estado.

No pós-keynesianismo, os Estados capitalistas determinam seu poder não apenas através de processos políticos, mas pela própria acumulação capitalista, que sustenta, por exemplo, a burocracia, em seu sentido weberiano, dos nossos dias. No modo de produção capitalista a produção e circulação da riqueza segue a ordem dos incentivos e vantagens voltadas para o lucro de pessoas físicas ou jurídicas. Estamos, queiramos ou não, sujeitos a dinâmica do mercado, independente de questões como responsabilidade social ou sustentabilidade ambiental, o capital sempre irá escolher uma conduta que lhe permita o aumento dos lucros. Por outro lado, os Estados dependem da economia como base de arrecadação tributária para existirem, assim se conformam em oferecerem

---

o liberalismo consegue unir novos fundamentalismos éticos e (o que quer que reste dos) projetos emancipatórios da esquerda radical, como se os dois estivessem de alguma maneira ‘profundamente relacionados’, como se fossem dois lados da mesma moeda, ambos voltados para o ‘controle total’...(Essa combinação é a nova forma da velha idéia liberal de que o fascismo e o comunismo são duas formas da mesma degeneração ‘totalitária’ da democracia.” (Žižek, 2013, p. 9-10)

diversas vantagens, como isenção de algum imposto, para atrair recursos para suas jurisdições.

Segundo Tavares (2008), os Estados Nacionais não conseguem mais regular a economia de forma eficiente garantindo um mínimo de eficácia quanto aos direitos fundamentais<sup>26</sup> e precisam competir entre si para obterem recursos para sua manutenção. Com isso, durante a segunda metade do século XX no Ocidente, desfez-se o efêmero equilíbrio entre democracia e capitalismo.

Assim, o Estado inserido em complexas economias do capitalismo tardio gera uma contradição em que a regulação do mercado pelo poder público não consegue se perpetuar, promovendo a inevitabilidade da crise do Estado Social. Por sua vez, tal acumulação se dá pela transformação do homem em mercadoria e da dominação do tempo de vida dos que possuem apenas a força de trabalho, o proletariado, ou seja, aqueles que vivem por meio de seu salário.

Mas, voltemos a ascensão do neoliberalismo. Ainda na década de 1970, o Chile foi palco da primeira experiência de neoliberalização durante o regime de Pinochet<sup>27</sup>. Era comum as grandes potências utilizarem suas atividades no exterior como teste, para tal sistema econômico em pauta. Contudo, foi apenas ao final da década, com a eleição de Thatcher, e depois, em 1980, com a eleição de Reagan, que os países de capitalismo avançado passaram a adotar as práticas do programa neoliberal, como o único remédio capaz de curar os problemas econômicos. O que, posteriormente, promoveu uma onda de direitização<sup>28</sup> por toda a Europa e com fundo não apenas econômico, mas também ideológico-político. Segundo Harvey (2012), o mundo capitalista mergulhou no processo de neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e experimentos caóticos, que apenas foram se convergir em uma nova ortodoxia nos anos de 1990, com o Consenso de Washington.

---

<sup>26</sup> E reafirmando princípios capitalistas, tais como: individualismo, acumulação privada e livre mercado.

<sup>27</sup> De acordo com Perry Anderson (1998), a América Latina se converte hoje na terceira grande cena de experimentações neoliberais, apesar do caso chileno (quase um decênio antes de Thatcher).

<sup>28</sup> “[...] a esquerda não conseguiu ir muito além das soluções socialdemocratas e corporativistas tradicionais, que na metade dos anos 1970 se mostraram incompatíveis com os requisitos da regulação do capital”. (HARVEY, 2012, p. 23)

Depois disso, para que instituições internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, ajudassem financeiramente países para que estes recuperassem sua economia e índices de crescimento, eram exigidas a adoção de certas medidas e reformas regulatórias<sup>29</sup>, tais como: elevação da taxa de juros, menores impostos sobre altos rendimentos, eliminação do controle sobre os fluxos financeiros, alto níveis de desemprego<sup>30</sup>, corte de gastos sociais, dentre outras, que beneficiavam as classes mais altas em detrimento das classes mais baixas, ou seja, a maior parte de suas populações.

Quanto ao aspecto ideológico, no que diz respeito tanto ao crescimento geográfico do modelo neoliberal quanto o controle das insatisfações trazidas por essa “saudável desigualdade” (ideia defendida pelos crentes nesse modelo), a ideia de liberdade individual passou a ser um pressuposto vital e atingida apenas mediante a liberdade de mercado e comércio, o que passou a determinar, por exemplo, a atitude norte-americana perante o resto do mundo, mas que em última instância é apenas uma palavra usada para obtenção de outros fins e convergência de interesses. Por mais que prezemos por tais liberdades, elas acabam se tornando subprodutos de uma economia que, ao mesmo tempo, é responsável por “más liberdades”, como a liberdade de explorar o semelhante e obter lucros de problemas públicos (Harvey, 2012), muitas vezes secreta e antecipadamente planejados para obter lucros, etc. Assim, a ideia de liberdade acaba por se tornar contraditória e se degenerar em defesa do livre empreendimento, ou seja, aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, que possuem a propriedade. E revelar o mero e contínuo caráter autoritário, violento e antidemocrático da utopia neoliberal, tão parecidos com o autoritarismo e o fascismo que muitos desses Estados condenam<sup>31</sup>. Afinal, como já defendia Hayek em *O caminho da servidão*, a democracia em si jamais deveria ser um dos valores centrais do neoliberalismo, pois a liberdade e a

---

<sup>29</sup> Já que, como aponta David Harvey no seu livro “O novo imperialismo” (2004), a acumulação do capital floresce melhor no âmbito de certas estruturas institucionais.

<sup>30</sup> Como exemplo empírico de tal afirmação, trazemos um dado de Perry Anderson (1998), onde, segundo ele, a taxa média de desemprego nos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento, que nos anos 70 ficava em torno de 4%, duplicou na década de 80.

<sup>31</sup> Um exemplo recente é a violência policial nas manifestações de 2013, onde a população atingida pelo aumento questionava e combatia as empresas detentoras do “direito” do transporte e os órgãos públicos ligados a elas, com isso o estado (detentor da força policial) respondia para manter a defesa de seus interesses.

democracia podiam facilmente tornar-se incompatíveis caso a maioria democrática decidisse interferir nos direitos incondicionais que cada agente econômico tem de dispor de sua renda e de sua propriedade como queira. (ANDERSON, 1998).

Para Harvey (2004, 2012) é menos um projeto utópico e um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional e mais um projeto político de reestabelecimento das condições de acumulação do capital, assim como a restauração do poder das classes econômicas (afetadas pelas sociais-democracias que governavam grande parte da Europa pós-segunda guerra e defendiam um estado de bem-estar, procurando minimizar as mazelas advindas da produção capitalista<sup>32</sup>), de valores culturais e educacionais. “A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural.” (HARVEY, 2012, p. 38).

Assim, a neoliberalização implicou uma redefinição do poder de classe (poder econômico da classe alta), mas não necessariamente as mesmas pessoas que o detinham antes, visto que esse processo significou a financialização<sup>33</sup> de tudo, ou seja, a expansão do mundo financeiro e do seu poder. O sistema financeiro se tornou a principal preocupação da coletividade de Estados que adotaram o neoliberalismo, fez surgir uma volatilidade cada vez maior nas relações globais de troca, mudanças na produção e um enorme poder de influência nos processos políticos.

Não estamos aqui defendendo uma volta ao modelo de Keynes, mesmo atendendo efemeramente importantes demandas de redistribuição. “O modelo fiscal do *Welfare State Keynesiano*, embora tenha permitido uma certa acomodação do conflito distributivo na segunda metade do século XX, não pode ser simplesmente restaurado, pois contém em seus próprios elementos a crise que o acomodou” (TAVARES, 2008, p. 67). Muito menos uma defesa ao neoliberalismo, que se mostrou muito mais danoso a maior parte da sociedade. Para este trabalho o problema essencial está no próprio sistema capitalista. Segundo o mesmo autor acima citado, desde o crescimento

---

<sup>32</sup> Apesar do cunho social-democrata e de esquerda, não promoviam o fim do sistema capitalista, e sim mantinham a produção.

<sup>33</sup> Sujeição de toda a economia ao capital financeiro para fins especulativos de acumulação de capital, para criação do que se chama de “capital fictício”. (HARVEY, 2012, p. 41).

vertiginoso dos fundos de previdência privada até a transformação da poluição em um negócio, constata-se que, dentro do modelo neoliberal, o mercado converte suas externalidades negativas em oportunidades de acumulação e de expansão, dispensando, assim atuação do Estado.

Finalmente, é possível interpretar-se a crise fiscal de nossos dias sob a premissa de que os mecanismos de decisão política do Estado Capitalista explicam sua impossibilidade de impor-se devidamente sobre o poder dos mercados, evitando, por conseguinte, qualquer escolha política tendente a colocar em questão o processo de acumulação capitalista em escala global. Assim, a política do Estado Capitalista poderia decidir tudo, desde que não tematizasse ou objetasse a sua própria diluição no poder dos mercados, do que se concluiria por uma política irremediavelmente auto-contraditória. Tratar-se-ia, com efeito, de uma crise econômica [...] a desencadear uma crise de racionalidade do sistema administrativo [...] e, por fim, uma crise de legitimação [...] (TAVARES, 2008, p. 71)

Assim, neoliberal ou keynesiano, principalmente em um contexto como o atual, o Estado pode até assegurar o processo de acumulação que favorece uma classe em detrimento de outra, mas não os interesses gerais de todos.

Enquanto processo histórico, assim como a lógica do capital se alterou para superar a crise advinda dos anos de 1970 adotando as ideias neoliberais, um outro processo, intimamente correlacionado a neoliberalização (principalmente pelo seu foco na tecnologia e nos transportes em benefício dos mercados internacionais) é o processo de transnacionalização. Não se pode pensar um sem o outro<sup>34</sup>.

Tal processo difundiu pelo planeta práticas políticas, sociais e, principalmente, econômicas e culturais necessárias a expansão do capitalismo. Para o teórico da comunicação Marshall McLuhan, essa é a base para o que ele chama de “Aldeia Global”, onde o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos transportes gerou um maior fluxo de informação, resultando em uma maior interação de pessoas, dando origem a uma “rede” que se espalha pelo globo, em uma mútua dependência e possibilidade de pessoas se intercomunicarem diretamente, independentemente de onde estejam. Uma espécie de contração do espaço tempo através, principalmente da internet.

---

<sup>34</sup> Ambos são bases importantes para novas formas de dominação e coerção, assim como a redução da ênfase na cidadania, no meio ambiente, etc (que, quando aparecem em pauta – e devem aparecer – porém, estão muito mais ligados a uma visão pós-moderna que hostiliza qualquer noção de totalidade, e quase sempre tratam esses temas de forma isolada).

Visões eufóricas, como a de McLuhan, desaguam posteriormente em ideias tais como a possibilidade de uma “revolução” por melhores condições de vida via internet<sup>35</sup>.

Se por um lado o desenvolvimento de novas tecnologias foi algo fundamental no processo de transnacionalização do capital e na disseminação, em escala global, das ideias neoliberais, por outro, a tecnologia e os novos meios de comunicação possibilitaram um redimensionamento dos modos de organização de inúmeros movimentos sociais, tais como o movimento feminista (LEMOS, 2009).

As manifestações que emergiram em maio e junho usaram predominantemente o *Facebook* para divulgações, mobilizações e debates. Para além de sua construção identitária e afirmativa, há um intenso intercâmbio social e de ideias que geram certo grau de conhecimento. Para Szabó (2006), o ciberespaço apresenta três modelos processuais de conhecimento: mecanicista, idealista e ativista. O autor defende o modelo ativista (prática social do sujeito, tanto o sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro), embasado pelos princípios marxistas de que o humano é um conjunto das relações sociais; o conhecimento é uma atividade prática, sensível e concreta e a ideia de que o conhecimento verdadeiro advém de um processo infinito, visando à verdade absoluta através da acumulação das verdades relativas, o que faz Szabó concluir que o conhecimento não é um produto ou um resultado, mas sim um processo construtivo infinito baseado na interação. Porém, a internet não é como muitos creem um espaço livre e neutro, muito pelo contrário, assim como os grandes veículos da mídia tradicional são comandados por poucas famílias, a internet também possui a sua espécie de “controle central” sediada em grandes empresas capitalistas multinacional, como o Google que controla, por exemplo, fluxos de dados e informações (nada circula na internet sem que os grandes provedores saibam). Contudo, abordaremos melhor o papel dessas novas tecnologias nas manifestações de maio/junho de 2013 nos capítulos seguintes, ao abordarmos sua utilização pelo Tarifa Zero.

A ideologia capitalista/burguesa exalta o indivíduo, porém, contraditoriamente, cada vez menos a subjetividade deste se parece individual (a “Aldeia Global”, é um exemplo) em um mundo interconectado pelas novas tecnologias da informação. Nunca a vida íntima

---

<sup>35</sup> Abordaremos melhor esse tópico em um capítulo posterior.

das pessoas foi algo tão público, ou as escolhas e a formação da opinião do indivíduo esteve tão sujeita ao “outro”.

Em um contexto de pós-guerra, classe média ascendente, EUA versus a orla asiática do Pacífico, fim da Guerra Fria, os chamados “novos donos do planeta” (ex: CNN e seu proprietário, Ted Turner), Wall Street, a era das cidades, facilidade no trânsito de pessoas e mercadorias, o computador, entretenimento que mistura diversão e alimento para as frustrações, pessoas facilmente descartáveis e etc., ninguém escapa a lei da oferta e da procura. (MARTIN E SCHUMANN, 1999).

A transnacionalização desenvolveu um novo contexto, nova dinâmica, novas formas de acumulação de capital, daí sua estreita ligação com o neoliberalismo, e novas formas de resistência e visibilidade (SERBIN, 2004). Porém essa integração global, provocada pelo mercado, através, principalmente, do desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações é acompanhada da ascensão do neoliberalismo. A liberdade econômica se tornou o dogma da política no decorrer da década de 1980 e para além dela.

Os problemas derivados das contradições inerentes ao modo de produção capitalista foram intensificados pela transnacionalização. Como vimos anteriormente, o capitalismo é um fenômeno surgido no decorrer da história. Quando o feudalismo já não supria mais as necessidades econômicas ele foi sendo substituído por outro modo de produção, o capitalismo. Nessas mudanças de regime de acumulação, ocorrem também mudanças culturais, sociais, nas relações entre as pessoas, no trabalho, etc. para uma melhor adaptação as “novas regras do jogo”. Em cada modo de produção há ideologias que se tornam dominantes. No feudalismo, por exemplo, as ideias religiosas determinavam em grande medida a vida das pessoas. Nos dias de hoje, é a “globalização” (dentre outras ideologias<sup>36</sup>) que assumiram tal papel.

Diferente do que se comumente imagina, o capitalismo sempre implicou a divisão internacional do trabalho, ou seja, o desenvolvimento da proletarização da força de trabalho. Contudo, o processo em que ele se espalha pelas diversas nações e se instala enquanto sistema hegemônico surge com o declínio do comércio mundial e do

---

<sup>36</sup> Ideologia na visão marxista do termo. Ou seja, enquanto falsa consciência, enquanto ocultamento da realidade, ou ainda, o meio através do qual ideias da classe dominante se apresentam como reais e naturais perante as classes subordinadas.

movimento de capitais, em 1930, o que acarretou em uma crise. Obrigou-se então os países a um maior isolamento, produzindo os nacionalismos que desembocaram na 2ª Guerra Mundial.

Como nos traz João Bernardo (2000), tal conflito não teve o intuito de resolver problemas nacionais, mas sim reorganizar as relações internacionais após o advento da crise. Entre os Aliados, a fundação de instituições políticas e econômicas (como a ONU e o Banco Mundial), juntamente com o acordo de Bretton Woods, serviu para evitar futuros surtos de nacionalismo econômico e, conseqüentemente, outros confrontos armados.

Consolidou-se uma aliança social entre os Aliados, ou o Ocidente. O New Deal e o Plano Marshall visavam à reconstrução da Europa Ocidental, levando a uma aceleração da internacionalização da economia, por um lado, e por outro lado, a uma obstacularização da internacionalização da esfera soviética. A partir da Guerra Fria, a divisão entre países desenvolvidos ou não se deu pela capacidade de internacionalização da sua economia. A União Soviética optou por manter seu desenvolvimento econômico autarquicamente. Resultado: derrocada do regime e demonstração da impossibilidade de proceder a qualquer desenvolvimento econômico que não ocorra diretamente no plano internacional.

Esse reforço da transnacionalização da economia se mostrou útil aos interesses dos grandes capitalistas, o interesse de manter o equilíbrio de poder, garantida pela divisão do trabalho e pela nova reorganização internacional. Nesse contexto, foi inevitável a independência das colônias ainda existentes, porém: nas circunstâncias prevaletentes pós-segunda guerra poucos países conseguiram repetir a proeza da década de 1930 e assegurar bases próprias para um crescimento econômico, para remodelar em seu benefício à divisão mundial do trabalho (Bernardo, 2000).

Entretanto, a partir da década de 1960 ocorreu uma profunda transformação na divisão mundial do trabalho, que deixou de se realizar exclusivamente mediante a articulação de quadros nacionais e passou, nos seus aspectos mais importantes, a operar-se no âmbito das grandes companhias transnacionais. *A globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização*<sup>37</sup>. Mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem por cima das fronteiras. [...] Elas não juntam nações – passam por cima delas. Para compreendermos as principais

---

<sup>37</sup> Destaque nosso.

implicações deste processo temos de proceder a uma mudança radical de perspectiva. Nós estamos habituados a considerar a economia mundial como um sistema de relações entre países, e é assim que a imprensa apresenta geralmente a questão. Todavia, se adotarmos o ponto de vista das sociedades transnacionais, verificaremos que grande parte do comércio que as estatísticas oficiais contabilizam como externo é, na realidade, um comércio interno, constituído por transações entre matrizes e filiais. Esta alteração de perspectiva não ocorre apenas no plano econômico, mas no político também, porque as fronteiras entre países marcam a amplitude da esfera de ação de cada governo [...]. (BERNARDO, 2000, p. 39)

Companhias transnacionais reorganizaram o comércio mundial, pois é nesse âmbito que concentram sua atuação. Na economia mundial atualmente fronteiras nacionais são irrelevantes, como é apresentado por Bernardo (2000). Onze dos doze países mais importantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) vendem mais nos EUA devido as suas filiais localizadas nesse país do que através de exportações. Tal autor irá apontar que a divisão em países, que habitualmente consideramos a forma natural de se abordar a economia mundial, deve ser substituída, para se entender a conjuntura atual, pela divisão em companhias transnacionais. E que, por sua vez, reforçam a concentração de capital.

A questão não deveria ser vista em termos nacionais ou geográficos, mas sim sociais. Por outro lado, tais companhias são o elemento mais dinâmico no interior do Estado, tendo, assim, uma relativa autonomia frente aos governos. “Basta recordar que as companhias transnacionais têm uma capacidade de acumulação e de transferências financeiras que põe em causa a possibilidade de qualquer governo prosseguir uma política monetária própria.” (BERNARDO, 2000). Os pequenos e os médios capitais (membros da burguesia) estão hoje submissos inteiramente as transnacionais. A ligação com grandes companhias não é uma opção política e tão menos ideológica, é um imperativo econômico.

Uma política capitalista de desenvolvimento econômico implica hoje a adoção de uma estratégia oposta à do nacionalismo da década de 1930. Não é uma política de estímulo seletivo a determinados ramos da economia nacional, considerados prioritários no interior do país, mas de atração seletiva de certas linhas de produção das companhias transnacionais, considerados competitivas no mercado externo. Os governos nacionais, hoje, não podem fazer mais do que oferecer força de trabalho qualificada e boas infra-estruturas às companhias transnacionais. Explicam-se assim as privatizações. [...] Em termos capitalistas perfeitos, o sistema financeiro de cada país não seria mais do que um terminal de rede financeira mundial. (BERNARDO, 2000, p. 44-45)

Não se deve confundir, no entanto, a mundialização da economia com a mundialização das classes sociais. A primeira se refere a um desenvolvimento do capitalismo implicando em um reforço dos capitalistas, o segundo se refere a termos sociais onde uma classe ganha força mediante maior coesão. Ou seja, foi a classe capitalista que aumentou sua coesão em escala internacional e não todas as classes (homogeneamente). Os capitalistas se internacionalizaram e os trabalhadores acabaram repartidos por nações e assim permanecem.

Mas não foi sempre assim, João Bernardo (2000, p. 48) afirma: “Assim, durante a Primeira Guerra Mundial, precisamente quando os capitalistas mais divididos se encontravam pelas rivalidades entre nações, os trabalhadores foram capazes de impor a sua solidariedade internacional. Nada unia ou separava as classes dominantes senão as fidelidades e hostilidades nacionais, ou até dinásticas, enquanto os trabalhadores depressa desenvolveram um quadro comum, o socialismo, que ultrapassou todas as fronteiras”. A hostilidade dos soldados e dos trabalhadores franceses, por exemplo, à primeira guerra, gerou sérias repercussões nas classes dominantes.

Entre 1916 e 1921 ocorreu o processo revolucionário, internacional, dos trabalhadores versus o nacionalismo das classes dominantes. O exemplo mais famoso de tal contexto é o caso da revolução bolchevista (que não é exclusivamente russa). Contudo, ao ocuparem o Estado e implantarem uma economia estatal, a perspectiva do internacionalismo e da emancipação foi deixada de lado e substituída por uma defesa dos interesses nacionais russos. Com isso, a crise de 1929 alterou esse cenário e gerou as condições para um recomeço da fragmentação dos trabalhadores e a internacionalização dos capitalistas. Acrescenta-se a isso a Guerra Civil Espanhola e, por fim, a Segunda Guerra Mundial, onde de todos os lados desse conflito a ação das classes dominantes ultrapassou os limites nacionais<sup>38</sup>.

Em conversações entre os Aliados, com participação indireta de banqueiros alemães, sobre o futuro do sistema monetário em âmbito internacional, chegou-se a conferência (e posterior acordo) de Bretton Woods<sup>39</sup>. Com a obtenção da “paz” no conflito,

---

<sup>38</sup> “Os altos comandos aliados conduziram a guerra numa estrita perspectiva de classe, poupando quando possível as instalações fabris dos capitalistas inimigos e tomando como alvo o moral, o espírito de resistência, do operariado alemão [...]” (BERNARDO, 2000, p. 53).

<sup>39</sup> Realizada em julho de 1944, em New Hampshire, Estados Unidos, onde se estabeleceram regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo, na tentativa de

consolidou-se essa situação e, a partir de 1945, teve início uma vida econômica internacionalizada, com capitalistas unidos e trabalhadores divididos.

O nacionalismo do século XIX era expansionista e agregativo. Agora o que se verifica é, pelo contrário, a fragmentação crescente de alguns territórios nacionais. Este é mais um aspecto da superação das fronteiras pelo desenvolvimento econômico. Os espaços nacionais são ultrapassados, por cima, pelas grandes companhias transnacionais; e são desarticulados, por baixo, pelos regionalismos e micronacionalismos. (BERNARDO, 2000, p. 56)

Além da distinção obsoleta entre capital estrangeiro e nacional, junta-se a isso os problemas no interior da própria classe trabalhadora<sup>40</sup> (classe em si e para si, por exemplo) e a posição dos partidos de esquerda na disputa pela administração estatal, mesmo quando nos referirmos a esquerda radical<sup>41</sup>.

O estilo de acumulação se dá pela centralização de capitais financeiros, com seus títulos, sua rentabilidade e sua liquidez. Se, por um lado, é na produção que se cria riqueza, por outro, a divisão e o destino dessa riqueza se dará por intermédio da esfera financeira. A dinâmica dessa esfera se baseia na formação de capital fictício e na transferência efetiva de riqueza para tal esfera, vindos principalmente dos serviços da dívida pública e das políticas monetárias associada a este. Ou seja, o orçamento de vários países, parte importante de seus PIBs. Com isso, assim que surgem dificuldades, instituições financeiras internacionais e as potências mundiais se precipitam em defesa dos privilégios do capital monetário, qualquer que seja o preço, principalmente no

---

reconstruir o capitalismo, ainda em plena Segunda Guerra. Foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária negociada (em âmbito mundial). Essas, assim como mais informações, podem ser encontradas em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-por-guerra-criou-fmi-13310362> e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos\\_de\\_Bretton\\_Woods](https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Bretton_Woods).

<sup>40</sup> Mesmo com a preponderância de um caráter econômico nos escritos aqui citados de João Bernardo (2000), é interessante também os apontamentos que ele faz, ao final do capítulo III, sobre o racismo dentro da classe operaria, o fracasso do sindicalismo contemporâneo e o fato de trabalhadores de ramos tecnologicamente mais atrasados, ou em declínio, e dependentes dos quadros econômicos nacionais, ficaram sujeitos à demagogia dos nacionalismos e dos micronacionalismos.

<sup>41</sup> Um exemplo dessa problemática é a questão Rosa Luxemburgo vs Bernstein, que ocorreu inicialmente no interior do SPD e depois transcendeu para todo o movimento socialista internacional. Tendo em vista que o capitalismo analisado por Marx passou por mudanças, dentre elas a multiplicação das camadas médias bloqueando a polarização social entre as duas classes fundamentais – capitalistas e proletariados -, Bernstein via as reformas promovidas pelos partidos da social-democracia como um fim em si, o capitalismo não é ruim desde que se reforme alguns pontos, mas ele mesmo não necessita mais ser findado. Por outro lado, Rosa, contra o revisionismo e o reformismo, afirma que, de fato, o movimento dos trabalhadores deveria lutar por reformas, mas que isso não bastaria para abolir as relações capitalistas de produção. Isso tudo pode ser claramente visto no celebre livro *Reforma ou Revolução*, da autora acima citada.

âmbito social. Como ocorreu com a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos, tópico que abordaremos melhor posteriormente.

A transnacionalização veio acompanhada de modificações nas relações políticas, agora entendidas como sendo relações internas das burguesias imperialistas. Sem contar a imposição hegemônica dos Estados Unidos em todos os meios ao seu alcance, ditando até mesmo as regras do comércio e das finanças internacionais por meio de posicionamentos e força de influência em instituições como o FMI e a OMC. Como afirma Chesnais, 1996), bastou o *crash* de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar origem, bem antes das adicionais consequências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, administradas, estritamente controladas pelas autoridades monetárias e políticas.

Ainda segundo este autor, o processo de transnacionalização se deu por dois movimentos conjuntos: uma longa fase de acumulação do capital e as políticas de liberalização, privatização, desmantelamento e desregulamentação de conquistas sociais aplicadas desde o início da década de 1980, com Thatcher e Reagan, ou seja, na implementação das ideias neoliberais. Como uma das principais consequências desse processo, foi imposto aos países e seus governos formas de conduta (para facilitar a exploração econômica, humana e natural).

Outro aspecto importante que a transnacionalização do capital trouxe foi a polarização entre interno e externo.

No enfoque das “*business schools*”, o termo “global” se refere à capacidade da grande empresa de elaborar, para ela mesma, uma estratégia seletiva em nível mundial, a partir de seus próprios interesses. Esta estratégia é global para ela, mas é integradora ou excludente para os demais atores, quer sejam países, outras empresas ou trabalhadores. A extensão indiscriminada e ideológica do termo, tem como resultado ocultar o fato de que uma das características essenciais da mundialização é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização, pondo fim a uma tendência secular, que ia no sentido de integração da convergência. A polarização é, em primeiro lugar, interna a cada país. Os efeitos do desemprego são indissociáveis daqueles resultantes do distanciamento entre os mais altos e os mais baixos rendimentos, em função da ascensão do capital monetário e da destruição das relações salariais estabelecidas (sobretudo nos países capitalistas avançados) entre 1950 e 1970. Em segundo lugar, há uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia. (CHESNAIS, 1996, p. 37)

Há uma nítida tendência à marginalização dos países em desenvolvimento<sup>42</sup>, um caráter integrado do preço da força de trabalho, mas não do trabalho em si, além da presença de um nivelamento da cultura gerando homogeneidade nas demandas a serem atendidas.

Para o autor da citação acima (1996), assim como para este trabalho, o triunfo da mercadoria, ou como Marx chama, “fetichismo da mercadoria”, se encontra mais completo do que no passado. O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria. Porém, não se deve esquecer do caráter histórico de tal sistema econômico, o capitalismo não é natural, e sim uma construção sócio-histórica que veio a se impor no decorrer do início do século XIX. Isso, muito devido a sua pretensão de satisfazer diversas necessidades, constituindo uma esfera econômica distinta e dominante, com mecanismos abstratos e impessoais de um mercado supostamente autorregulado.

Outro ponto a ser mencionado, e que posteriormente será melhor discutido, que sofre influência direta do capital e reverbera na conjuntura das manifestações aqui abordada, é a constante submissão dos terrenos urbanos a uma desenfreada especulação, que prima pelo capital imobiliário e o lucro em detrimento de necessidades e direitos sociais, tendo como consequência a existência de milhares de sem-teto, mesmo em países ditos de “primeiro mundo” no que tange seu desenvolvimento econômico.

Mas nenhum desses esforços para promoção da mundialização econômica seria possível sem os pesados investimentos da indústria em pesquisa e tecnologia<sup>43</sup>. Tais investimentos circulam entre os maiores gastos das maiores indústrias/empresas do

---

<sup>42</sup> Termos tais como “países em desenvolvimento”, “terceiro mundo” e “emergentes” além de passarem uma ideia positivista de desenvolvimento, se configurarem como pejorativos e são denominações rebatizadas pelas elites para se referirem a países com um nível diferente de desenvolvimento econômico. Por isso optamos por utilizar outras denominações para abordar esse conjunto de países. Para uma visão crítica e latino-americana sobre capitalismo ver autores como: Ruy Mauro Marini, Anibal Quijano entre outros. Pablo G. Casanova (2006, p. 208) citando Prado Junior afirma: “[...] los países actuales se diferenciarían por distintos niveles de desarrollo que se escalonan en una trayectoria económica que todos siguen o deben seguir, aunque con ritmo diferente para cada uno, que puede ser eventualmente nulo o hasta negativo; pero que cualitativamente siempre es el mismo, de naturaleza y carácter igual, consistiendo en aquello que se entiende más o menos ambigualmente por ‘progreso económico’. [...] En suma, la teoría corriente del desarrollo considera sólo el aspecto cuantitativo del desarrollo (la ‘cantidad’ de progreso económico) sin dar mayor atención a las diferencias cualitativas del desarrollo, a saber, al tipo o categoría de la situación o de la evolución económica en que está cada país o grupo de países.”

<sup>43</sup> De acordo com Chesnais (1996), em 1988 os países da OCDE já gastavam um total de 285 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia. Desse total, os EUA respondiam por 48,4%, os países da CEE (Comunidade Econômica Européia) por 27,7%, o Japão por 17,9% e o conjunto de demais países ficaram responsáveis por 6%.

mundo, com alta concentração de recursos e se tornaram fator de competitividade muitas vezes decisivo.

Mas a crise desse próprio sistema de regulação se cristaliza em meados do final da década de 1970. Reverter os efeitos colaterais dessa internacionalização, seus encadeamentos conjunturais desfavoráveis, se mostrou problemático para o sistema capitalismo e os Estados.

O papel desempenhado pela internacionalização do capital, no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação fordista, adquire importância ainda maior, quando se leva em conta a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações. (CHESNAIS, 1996, p. 299)

O que surtiu efeitos diretos em países com um nível de desenvolvimento deferente daqueles beneficiados diretamente com a internacionalização do capital. Confiou-se completamente aos mercados o destino do dinheiro e das finanças, os governos e as elites dirigentes deixaram o capital-dinheiro se tornar uma força incontrolável diante do crescimento mundial e os Estados tiveram sua capacidade de intervenção reduzida. Para acrescentar: o efeito das mudanças tecnológicas destruiu mais postos de trabalho do que criou novos empregos. E tudo isso não pode ser dissociado da mobilidade de ação alcançada pelo capital, graças, justamente, a liberalização do comércio internacional.

O elevado desemprego estrutural, o agravamento da desigualdade na distribuição de renda, a marginalização frente o comércio internacional de regiões inteiras do planeta (e entre as grandes potências) e a intensa concorrência tem gerado conflitos comerciais graves (como o que Chesnais cita entre EUA e o Japão). Posteriormente, a conjuntura mundial dos anos 1990 apresenta as características de uma longa depressão econômica.

Só o investimento privado possui, pelo menos em princípio, a capacidade de contrabalançar os encadeamentos de caráter depressivo, tanto em função dos recursos financeiros que só ele possui, como no plano da legitimidade social que monopoliza. Mas o investimento, ou mais exatamente o capital, não enxerga além do mercado, isto é, na maioria dos casos, da rentabilidade a curto prazo. Por sua vez, as instituições que durante mais de quarenta anos corrigiram a avaliação e orientação dos mercados, ou seja, os Estados, foram incapacitados de agir. Não somente perderam boa parte de seu poder de contrabalançar a depressão, mas, ainda, tudo os empurra a implementarem políticas que irão agravá-la ainda mais. (CHESNAIS, 1996, p. 309)

Tal década se liga ao processo de transnacionalização do capital, em uma crise<sup>44</sup> do modo de desenvolvimento, crise de tendência cíclica, e muito evidente no episódio da crise imobiliária de 2008. O capitalismo de tipo financeiro-monetário no qual estamos inseridos hoje impôs sua autonomia perante o capital industrial. De acordo com Martin e Schumann (1999), os economistas e políticos neoliberais pregam ao mundo o “modelo dos Estados Unidos”, porém em nenhum outro lugar a decadência social se faz tão clara: a criminalidade, a época em que os autores escreveram o livro, atingiu proporções epidêmicas, os cidadãos americanos gastavam duas vezes mais que o Estado com segurança.

Isso tudo vai influenciar não só a economia de mercado, mas cada indivíduo no que diz respeito ao seu trabalho, condições de vida, nível de consumo, formas de se relacionar com outras pessoas, renda, oportunidades, etc. A ideia de integração, de uniformização em escala mundial (principalmente devida a indústria cultural), do “cidadão global”, do fim das barreiras, etc. é uma falácia usada para ofuscar o processo de exploração em escala internacional e sua expansão<sup>45</sup>. Ocorre que essas áreas centrais se desenvolvem em detrimento das áreas periféricas. Estas últimas, se desenvolvem subordinadas aos países de centro.

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) desenvolveu um relatório, em 2004, com 18 países, sobre a situação das democracias na América Latina e constatou que os trabalhadores latino-americanos enfrentam altos níveis de pobreza e a mais alta desigualdade do mundo. Em 2002, 42,9% da população da região tinha renda abaixo do nível de pobreza. E mais, o relatório apresentou resultados tais como: os níveis de desigualdade não diminuíram entre 1990 e 2002, a pobreza nos países do Cone Sul, durante o mesmo período, passou de 25,6% para 32,2%, assim como nos países andinos, que foi de 52,3% para 53,3%. Mesmo o PIB real per capita e o índice de democracia eleitoral tendo tido relativo aumento entre 1981 e 2002, problemas como o desemprego urbano persistem. Neste mesmo período, os índices de desemprego para o Brasil foram de 5,2% para 7,1%, na Sub-Região Andina a variação foi de 8,8% para

---

<sup>44</sup> Segundo Chesnais (1996), a crise fiscal do Estado conjuga os efeitos das políticas neoliberais, leva a redução de emprego no serviço público e a aceleração das privatizações e desregulamentações.

<sup>45</sup> Países mais desenvolvidos, o que muitos chamam de países de primeiro mundo, exploram e exportam seus hábitos e visões de mundo para os países subordinados.

12%, assim como na Sub-Região do Cone Sul que de 8,8% chegou a 12,1% em 2002. No geral, o desemprego urbano na América Latina entre 1981 e 2002 cresceu de 8,4% para 10,4% além da piora nas condições trabalhistas. Apenas o México (4,2% para 2,6%) e a América Central (9,1% para 8,8%) diminuíram os índices de desemprego. Porém o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, aumentou em todos os casos citados.

As diversas crises políticas pelas quais passou a América Latina durante os anos setenta e a primeira parte dos anos oitenta conspiraram contra o êxito da mesma. E nos anos noventa, depois do esfacelamento da União Soviética, surgiram nos países do Norte, especialmente no Estados Unidos, visões que propunham a primazia de um “pensamento único”, que fosse global e “salvador” das sociedades de todos os seus problemas. Com uma aproximação eficientemente persuasiva, uma das características mais marcantes do triunfo neoliberal se apoia menos em sua débil estrutura argumentativa e mais na enorme influência advinda da ideia de primazia de que o “pensamento único” se materializava nas “condições” que as grandes instituições financeiras internacionais (principalmente o FMI e o Banco Mundial) impunham as economias do Sul (para fins de neoliberalização de suas economias), que ainda sofriam por causa da dívida externa.

A relação entre essas regiões é assimétrica, geralmente dependente e vista como secundárias por quem “faz e comanda a política em Washington”, que por sua vez, como afirma Boron e Lechini (2006), mantem a convicção de que grandes potências devem impor seus critérios as nações subalternas.

El poder imperial norteamericano se estableció por etapas. El primer círculo de su expansión se encuentra en América Central y el Caribe a fins del siglo XIX y principios del XX. La política del “gran garrote” inauguró la primera fase de lo que habría de ser una activa y creciente presencia de Washington em América Latina. [...] La segunda etapa se inició com la “política de contención” del comunismo, própria de la guerra fría y que perduró hasta 1989. [...] La tercera etapa se inició com el fin de la guerra fría y el incremento de la marginalidad y falta de significación de los países latinoamericanos para EE.UU. En tanto, la región há experimentado transformaciones relevantes. A pesar de la instalación de procesos democráticas, las mayorías no han cambiado sus condiciones de vida, generándose un cuadro de desencanto democrático; la región se há hecho aún más pobre (44% de sus habitantes) y más desigual, acentuando sus peores rasgos históricos. (BORON e LECHINI, 2006, p. 14-15)

Posteriormente, com a crise mexicana de 1994, a asiática em 1997, a brasileira em 1999, etc. os novos governos latinoamericanos fracassaram ao tentar manter a política de ajuste fiscal, comum na conversão socialdemocrata do pós-democratização. Assim, até hoje, essas sociedades se caracterizam por serem cada vez mais fragmentadas e desiguais, amplos setores excluídos de direitos básicos, ideologias de consumo e com economias carentes de dinamismo próprio e inseridas em uma crescente financeirização, que as tornam sumamente vulneráveis as crises periódicas que atingem o sistema financeiro internacional e o sistema capitalista como um todo. As práticas e políticas neoliberais, tais como abertura ao mercado internacional, privatizações, desregulação econômica e a flexibilização do trabalho se deram à custa do capital produtivo e do bem-estar geral de suas populações.

Para os supracitados autores (2006), há dois momentos decisivos na história: o primeiro é o nascimento da modernidade (e do capitalismo) e a ideia de que o ser humano é fazedor de sua própria história, o conceito de razão aparece indissociado do conceito de emancipação, em uma ligação a-histórica, com o tripé clássico de “liberdade, igualdade e propriedade” em sua base. Mas esta, que é a razão burguesa não é emancipadora, muito pelo contrário, ela é instrumental e iguala “mercado” com a ideia de “democracia”, se tornando, como os autores escrevem, “una empresa de demolición de la humanidad”. Contudo, o segundo momento decisivo vem com a crítica de Marx a razão emancipadora burguesa.

En la práctica, el pseudo-reformismo de las recetas del Consenso de Washington sólo produjo una fenomenal concentración de la riqueza, a través de la apertura comercial, las privatizaciones y la desregulación financiera. Por consiguiente, las mal llamadas reformas no son más que contrarreformas que han acentuado el proceso de involución social, detenido el crecimiento económico, debilitado al estado y, junto con él, a las esperanzas puestas en la democracia. Los ejemplos de Argentina, México y Bolivia dan cuenta de las variadas aristas de este proceso. (BORON e LECHINI, 2006, p. 22)

Sejam assumidamente neoliberais, ou de ditas sociais-democratas, o que se percebe é que reformas pontuais para “atender” necessidades sociais acabam por não ter resultados efetivos a longo prazo. Rosa Luxemburgo trabalha bem essa questão, para ela não se poderia desprezar os efeitos do imperialismo e do capital financeiro na geração das crises proferidas por Marx, produzindo um competente e atual material contra o revisionismo e o reformismo, o movimento dos trabalhadores deveria lutar por

reformas, porém jamais poderia perder de vista a conquista do Estado pela revolução. (SANTOS, 2009)

Assim, os múltiplos problemas derivados da polarização social promovida pelo neoliberalismo também foram combustíveis para formas diferentes de participação política, organização e crítica, as quais a democracia deliberativa não é capaz de atender. Movimentos populares de resistência, de variados tipos, à mundialização do capitalismo neoliberal se intensificaram a partir dos anos de 1990 (destaque especial para os movimentos que tentam dar conta da fragmentação do espaço urbano).

Inicialmente, via tais como ONGs<sup>46</sup> e o FSM (Fórum Social Mundial) pareciam uma boa opção de combate a essa conjuntura, contudo propostas de cunho reformista tem se mostrado deficitárias, justamente por seu caráter reformista, que não aborda o problema em seu ponto decisivo, como se vê na crítica feita por Rosa Luxemburgo.

Mas a América Latina não é o nosso foco, voltemos ao neoimperialismo, eufemisticamente chamado de “globalização”, como afirma Viana (2009). Se por um lado existe a face da pobreza, por outro, o caráter individualista e pós-modernista das mudanças culturais trazidas pelo capitalismo, por meio das grandes redes de comunicação, tenta esconder sua face real e dar um caráter mais humanista e social a grandes instituições (como a ONU, bancos, etc.), que em essência são engrenagens do neoliberalismo.

Por fim, podemos concluir que a globalização se torna apenas um apelo a tudo que é (ou melhor, se pensa ser) fácil, rápido e simples. Uma monotonia da homogeneidade nos dias atuais. O império da mídia moldando pensamentos e vontades. A ilusão do “cidadão do mundo”. A transnacionalização é a utopia (não realizada de fato!) da padronização do mundo. “[...] pode-se escolher entre dúzias de modelos de automóveis,

---

<sup>46</sup> Segundo Harvey (2012), e este trabalho adota essa visão, “[...] Como as pessoas mais necessitadas não têm recursos financeiros para defender seus próprios direitos, a única maneira de esse ideal poder se articular é a formação de grupos de advocacia. A ascensão desses grupos e de ONGs (o chamado ‘terceiro setor’) acompanhou, como os discursos sobre direitos de modo mais geral, a virada neoliberal, tendo passado por um aumento espetacular a partir de mais ou menos 1980. As ONGs em muitos casos vieram preencher o vácuo de benefícios sociais deixado pela saída do Estado dessas atividades. Isso equivale a uma privatização via ONGs. [...] as ONGs funcionam como ‘cavalos de Tróia do neoliberalismo global’. Além disso, as ONGs não são organizações inerentemente democráticas. Tendem a ser elitistas [...]” (p. 190)

mas não decidir a favor de melhor transporte público. ” (Martin e Schumann, 1999, p. 27).

A predominância de uma economia de mercado e de um mercado mundial, com um desenvolvimento que caminha lado a lado com a corrupção, a repressão política, a degradação ambiental, a exploração dos empregos, as guerras fiscais, etc. Que geraram movimentos, como o ocorrido em Seattle, em 1999.

O mundo está virando um só mercado e ele provavelmente abrigará um comércio pacífico. Não será a realização de um sonho da humanidade? Não deveriam os povos ricos apreciar a ascensão de tantos países em desenvolvimento? A paz global já não está próxima? Não. A visão lançada pelo futurólogo canadense Marshall McLuhan, de uma ‘aldeia global’ e do mundo como um povoado homogêneo, não se cumpriu de forma alguma. Enquanto comentaristas e políticos constantemente usam e abusam dessa metáfora, vai ficando claro quão pouco o mundo real se integra. [...] A proximidade e a simultaneidade criadas pela mídia em nível planetário não conseguem criar comunhão cultural, muito menos adaptação econômica. (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 37).

### 1.3 - O neoliberalismo e a transnacionalização no Brasil

*[...] o capitalismo em sua nova forma, o neoliberalismo, atacou o trabalhador no plano das ideias, da subjetividade, buscando introjetar valores individualistas, que têm por objetivo fragmentar, dividir os trabalhadores, para que eles diluam cada dia mais sua revolta contra a opressão capitalista, perdendo, cada dia mais e o mais possível, sua capacidade de organização e de luta – Ricardo Antunes, em Os Sentidos do Trabalho.*

Como vimos no tópico anterior, as ideias neoliberais começaram de fato sua relação intrínseca com o capitalismo ao fim da década de 70 do século passado. Quando esse encontrou a ideologia neoliberal, essa se tornou sua nova ofensiva e sua nova forma de justificar suas políticas. O que contribuiu muito para este processo foi o que chamamos de transnacionalização. Mas não tomemos esse processo como contemporâneo, mesmo que esta seja sua fase mais evidente, Marx e Engels, em O manifesto do Partido Comunista, já abordavam temas referentes a isso<sup>47</sup>. Mas, obviamente, é um contexto

---

<sup>47</sup> “A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por

histórico diferente do atual, este advém da reconfiguração do domínio do capital na ordem mundial e dos avanços tecnológicos. Aqui, o nosso foco não é em si a relação capitalismo-transnacionalização, e sim as consequências da vigência desse modelo nos países de passado colonial, mais especificamente no Brasil.

De 1964 a 1985, o Brasil passou por uma ditadura militar, mas com a abertura política ao fim desta e os experimentos econômicos resultantes da crise e das transformações estruturais que o capitalismo, em âmbito mundial passava, temos um quadro com dilemas e mudanças enfrentados pela sociedade nesse período. Some-se a isso, a aceitação praticamente hegemônica do ideário neoliberal tanto no Estados Unidos quanto na Europa e a derrocada do socialismo real, com a queda do muro de Berlim em 1989, fim da Guerra Fria, etc.

A crise mundial de 1973, encerrando a chamada “Era do Ouro”, deu nova configuração a economia e as políticas públicas em caráter mundial. No Brasil, tal conjuntura demonstrou as frágeis bases do chamado “milagre econômico”, levou ao endividamento e congelou o ritmo de crescimento. Assim como em outras partes do mundo, tratava-se de uma crise no padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e baseado em uma aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação (Maciel, 2011)<sup>48</sup>. Adotamos um padrão de acumulação que trouxe, e traz, baixa remuneração salarial e está voltado para o capital externo, integrando-se, como afirma Antunes (2005), na chamada fase de mundialização ou globalização, que resultou no ampliamiento da dívida externa<sup>49</sup>.

Foi ao longo dos anos de 1990, entretanto, sob condução de um projeto ideológico-político de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente em nosso país, através da *lean*

---

artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual”. (MARX e ENGELS, 1997, p. 33)

<sup>48</sup> Seguindo a onda dos países atingidos pela crise econômica no final da década de 70 e início da década de 80 que buscaram auxílio em entidades internacionais mediante adequação ao Consenso de Washington, o Brasil aceitou acriticamente tais normas.

<sup>49</sup> Tal dívida conseguiu ser zerada durante o governo Lula, mas isso não eliminou os problemas na economia brasileira (<http://www.folhapolitica.org/2013/05/lula-pagou-divida-externa-verdade.html>), nem mesmo com as diversas taxas de crescimento positivo nesse período.

*production*, do sistema *just in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, etc. (ANTUNES, 2005, p. 133)

A crise do Estado desenvolvimentista foi ampliada pela crise política advinda da Ditadura Militar, o que acirrou o processo de luta de classe, ameaçava a hegemonia burguesa e desenhava as condições para o vislumbre da agenda neoliberal como sendo a única solução.

Apesar de obter sucesso em sua empreitada política, frustrando a perspectiva democrática de amplos setores sociais, o governo Sarney viu naufragar a perspectiva desenvolvimentista com o fracasso do Plano Cruzado e da política econômica heterodoxa. Nessa situação, o conflito político e social se intensificou progressivamente, tendo o Congresso Constituinte como cenário principal e tendo como pano de fundo a crise do sistema de representação política [...] (MACIEL, 2011, p. 100)

Na década de 1980, a política econômica brasileira estava marcada por ajustes determinados pela crise de endividamento externo, pela instabilidade, recessão, indefinição da política econômica e descontrole inflacionário. Devido a isso, a política de comércio exterior estava voltada para a contenção das importações e incentivos às exportações.

A ditadura foi o meio encontrado pela burguesia nacional para assegurar seu poder de dominação e neutralizar as forças democrático-populares que se espalhavam pela Europa e pelo resto do mundo. Durante esse período houve a continuidade do padrão de acumulação econômica e exclusão política das classes populares (ALVES, 2004). A busca por uma rápida acumulação financeira levou o regime a investir em uma economia de produção de bens de consumo duráveis, beneficiando o capital estrangeiro e as grandes indústrias. Houve um rápido ciclo expansivo, entre os anos de 1967 e 1973. Porém, a crise inflacionária e a recessão acabaram por atingir o país e se arrastar por toda a década de 1980, como estava também ocorrendo no cenário internacional. Caracteriza-se a crise do Estado então por uma paralisia fiscal, crise econômica, política e social, devido a pressão da dívida externa que levou à adoção de políticas de contenção do crescimento, de recessão e a conclusão de que o modelo de Estado vigente era deficitário.

No meio disso tivemos a transição democrática, mas esta não propiciou a reforma política e a construção de um novo regime, mesmo tendo eliminado o arcabouço institucional, as práticas do regime e delineado uma Constituição de inclinações

democráticas. É nesse contexto de pós-transição democrática e de uma ainda presente crise do Estado desenvolvimentista que surge na arena política do começo dos anos 1990 a candidatura de Collor, com seus discursos tentando passar para a população a ideia de que o modelo de Estado vigente até então era arcaico, e que o modelo neoliberal que propunha era o mais adequado às necessidades e exigências do momento. Sua proposta defendia combater a corrupção e implementar uma nova matriz de Estado para se chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização (ALVES, 2004). Optou-se então por um modelo de desenvolvimento e de intervenção estatal diferente do que vinha sendo seguido desde a década de 1930.

A base das políticas adotadas era a ideia de que o déficit fiscal do Estado seria o responsável pela alta inflação e os desajustes econômicos e sociais, devendo este ser o primeiro alvo da Reforma. Como proposta para a resolução da questão propôs-se a readequação dos gastos públicos, o chamado “ajuste estrutural”, e o fim dos monopólios estatais em setores econômicos de peso, tais como as telecomunicações, energético e de combustíveis, através de privatizações e de uma reforma tributária.

Estas condicionantes tendem então a dar o ritmo da implementação da Reforma do Estado e, como bem afirma Sola (1993), a mudança para o liberalismo e para a democracia faz com que a América Latina, e em especial o Brasil, se constituam em casos paradigmáticos de implementação de políticas neoliberais, o que a autora chamou de caso de *muddling through* entre neoliberalismo e democracia, porque combinou uma transição extremamente gradual para a segunda com um ajustamento estrutural lento, tardio, e indeterminado para o primeiro. (ALVES, 2004, p. 93-94)

Enquanto isso, no plano internacional passava por uma fase de transição, devido ao fim da Guerra Fria. Por exemplo, a Alemanha era uma das principais potências e elo entre a Europa Ocidental e os países do Leste, entretendo após a Segunda Guerra Mundial sua unidade territorial foi desfeita. Sob orientação dos EUA, ficou a República Federal da Alemanha, e sob a orientação soviética, ficou a República Democrática Alemã. Separadas por um muro construído em 1961, que perdurou durante 28 anos.

Com o fim da Guerra Fria estabeleceu-se um sistema político internacional mais complexificado, permitindo que os Estados menos desenvolvidos também pudessem atuar mais de acordo com suas prioridades e interesses do que na anterior estrutura bipolar. Somado a ruptura do sistema financeiro internacional estabelecido em Bretton

Woods e as crises do petróleo, tivemos a redefinição do papel do Estado, o fim do welfare state, onde ele ocorreu, e a universalização dos princípios liberais de mercado

Outra medida para a modernização da economia foi o lançamento do chamado “Plano Collor I”. Ortodoxo, com um amplo programa de privatizações, confisco de ativos e reduzindo os gastos públicos, tal plano anunciava o nascimento da era neoliberal. Contudo, como afirma Maciel (2011), esse plano econômico tinha no combate à inflação apenas o aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra direitos trabalhistas e sociais. Essa ofensiva atraiu o apoio da grande mídia, de parte do bloco no poder e do capital externo (e até mesmo de alguns setores das classes subalternas). Mas todo esse cenário foi insuficiente para se adquirir uma ampla base de apoio no parlamento e, para piorar, o plano Collor I se mostrou ineficaz, levando a adoção e execução do chamado “Plano Collor II”, logo no início de 1991, com menos de um ano de mandato. Para além disso, uma das medidas para promover a inserção do país na via neoliberal, foi a criação da PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior), medida de política externa de maior impacto do governo Collor. Sua precursora foi à medida provisória N°158 de março de 1990, que almejava promover e melhorar a abertura e a desregulamentação da economia.

Mas a escalada da inflação continuou, assim como o aumento no desemprego, a redução de salários e, por fim, o PIB cresceu timidamente. O descontentamento popular era geral, até mesmo em diversas frações burguesas. Em 1992 explodiu na mídia denúncias de esquemas de corrupção, situação que culminou no processo de *impeachment* em dezembro do mesmo ano. No seu lugar, assumiu o vice, Itamar Franco, até fim do processo eleitoral em 1994.

Na arena política, o principal marco de seu governo foi a aplicação do dispositivo constitucional que previa a realização de um plebiscito onde os brasileiros deveriam decidir qual o regime político e qual a forma de governo o país deveria adotar. A consulta popular ocorreu em abril de 1993, resultando na permanência da república presidencialista. Outro marco de seu governo foi a criação da CPI para investigar denúncias de corrupção envolvendo o orçamento da União. A CPI revelou o esquema popularmente conhecido como “caso dos anões do orçamento”.

Durante esse curto período, o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, assume o Ministério da Fazenda em maio de 1993. Para controlar a inflação (e combater os diversos escândalos de corrupção na mídia), Fernando Henrique apontou quatro frentes de batalha: controle orçamentário, fim da inadimplência do setor público, expansão das privatizações de empresas públicas e renegociação da dívida externa. Sendo assim

A reforma monetária se desdobraria em duas etapas: em primeiro lugar, a promoção de um alinhamento voluntário de preços e a consequente preparação para a derrubada da inflação através da utilização como termo de comparação de uma moeda estável, a Unidade Real de Valor (URV): posteriormente, o lançamento da nova moeda e a definição das regras cambiais e monetárias. (ALMEIDA, 2010, p. 31)

Fernando Henrique concorreu e ganhou as eleições presidenciais de 1994, mesmo ano em que ocorreu a troca das moedas, por meio da execução do Plano Real, ou Plano FHC, desenvolvido por ele enquanto ministro<sup>50</sup>. Consistindo em dar continuidade ao projeto neoliberal e a reforma estatal iniciada por Collor, FHC se focou em dar continuidade ao fim no modelo nacional-desenvolvimentista, instaurado a partir dos anos 30, e a reforma estatal para retomar o crescimento econômico e melhorar o quadro social brasileiro. Contudo, em seu governo a reforma ganhou um caráter técnico-administrativo e se munuiu de medidas provisórias para governar.

A reforma do Estado, empreendida em um contexto internacional de contra-reforma liberal aos problemas econômicos das potências, criou um outro tipo de regulação do Estado na sociedade, dando amplos poderes ao mercado. A reforma Constitucional foi o meio técnico e legal de se construir um outro tipo de Estado, o estado neoliberal. Assim, o governo FHC foi decisivo para dar os contornos do bloco no poder com o qual se deparou o governo do PT em 2003.

Fernando Henrique é sociólogo, do bojo dos teóricos da dependência. As suas concepções, já nas décadas de 1960 e 1970, sobre a noção de desenvolvimento dependente, permaneceram na década de 1990 e em sua atitude enquanto presidente, orientando-o nos dois mandatos. Segundo Teixeira e Pinto (2012), enquanto as análises

---

<sup>50</sup> O Plano Real, desenvolvido e implantado em seu governo conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, contudo seu governo tornou deliberadamente a política econômica externa e governamental reféns dos ingressos do capital financeiro internacional, que resultou em déficit na balança comercial. Os investimentos concentraram-se no setor de energia elétrica, telecomunicações e financeiro, promovendo uma desnacionalização da economia.

cepalinas e as teorias do imperialismo tratavam das relações entre nações periféricas e centrais de uma perspectiva reducionista e puramente economicista (Cepal) ou mecanicista, para Cardoso a análise do subdesenvolvimento e da dependência deveria levar em conta as relações entre o sistema econômico e o sistema político e social. Para caracterizar as mudanças no tipo de dependência que vinculava a economia brasileira à economia mundial, o autor atenta para o aumento dos investimentos das empresas estrangeiras no país, em particular a partir do Plano de Metas. Defende que estaria ocorrendo no também no Brasil o surgimento de um tipo diferente de dependência, diferente daquela que derivava da velha divisão internacional do trabalho onde os países periféricos se inseriam como exportadores, dependendo da demanda externa para seu desenvolvimento. Assim, os interesses externos estariam agora ligados à produção para o mercado interno, levando a um desenvolvimento industrial da periferia e conseqüentemente minimizando os efeitos da exploração burguesa por meio da busca de relações de solidariedade não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc.

Porém, a noção quanto as possibilidades de desenvolvimento se mostrou com o tempo perfeitamente coerente com as ideias neoliberais. Pode-se dizer que há duas áreas de afinidade entre o neoliberalismo e a versão do desenvolvimento dependente de FHC: primeiro, a crença no progresso trazido pelo desenvolvimento capitalista da periferia; e segundo, a crença na ideia de que o desenvolvimento capitalista da periferia só será trazido por meio da abertura do mercado interno para o capital estrangeiro. Ou seja, posturas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington.

Porém a implementação desse plano de governo não se deu de forma tranquila, principalmente pela conjuntura complicada pela qual passava a economia mundial, como a crise do México em 1994 e da Ásia em 1997, e as alterações resultantes desta. O que, de qualquer forma, não veio a impedir sua reeleição em 1998. As reformas implementadas no governo Collor continuaram a ser aprofundadas por FHC.

Apesar das distinções entre os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique, há um ponto de articulação entre ambos: a transformação da agenda neoliberal em programa de governo. A implementação das reformas ditas estruturais atua como ponto de interseção entre o “Caçador de Marajás” e o “Príncipe Paulista da Sociologia”. [...] A (des) organização econômica brasileira dos anos noventa legitimaria o projeto privatista. Assim, a privatização foi

caracterizada como uma saída consensual para as mazelas que o país então atravessava e a possibilidade de ter sido trilhado um caminho distinto, é anulada. (ALMEIDA, 2010, p. 34)

Entretanto, como se sabe, ao invés de tais reformas conduzirem ao tão sonhado desenvolvimento, o autor aponta que elas levaram a uma situação de instabilidade macroeconômica permanente e a um padrão de crescimento instável, dada a elevada vulnerabilidade externa da economia no período, abalada frequentemente pelas turbulências do mercado financeiro internacional, resultando em uma expressiva queda da formação bruta de capital da economia como porcentagem do PIB, elevado desemprego e baixas taxas de crescimento, além da deterioração fiscal.

O fracasso do modelo implantado por FHC foi inevitável, ainda mais em um contexto da dominância financeira da acumulação, inserindo assim, de forma subordinada, o Brasil na economia mundial, criando nova forma de relações de dependência. E também as estratégias neoliberais de desenvolvimento capitalista e a própria ideologia neoliberal, serviram não apenas para promover mudanças econômicas, mas, em grande parte, para moldar a superestrutura brasileira.

Parece plausível afirmar que a implementação continuada da política econômica de talhe neoliberal pelos governos brasileiros nos anos 90 estaria reconfigurando as bases de acumulação de capital no Brasil, de modo a criar um novo padrão de acumulação fundado num novo e mais profundo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional. A necessidade permanente e crescente de investimentos diretos estrangeiros (IDE) é apenas a expressão fenomênica do processo cujo fundamento é a absoluta e deliberada subordinação do espaço nacional, empreendida pela classe dominante brasileira, à acumulação financeira internacional do capital. (GENNARI, 2001, p. 42)

As economias capitalistas liberais e suas constantes e cíclicas crises acabaram por resultar em uma postura mais intervencionista por parte do Estado, através de políticas públicas, demonstrando os laços estreitos entre política e economia. Essa redefinição, que vem passando nos últimos anos, do papel do Estado alargou a área de atuação deste (ex: políticas sociais compensatórias), mas também estendeu o domínio da ação política.

Depois de dois mandatos no poder, em 2003, assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Finalmente um partido nascido do sindicalismo operário brasileiro chega ao poder. As esperanças de renovação e novos rumos para a condução da economia e das políticas sociais ganham as classes mais baixas, e preocupa a burguesia brasileira. Mas no decorrer dos dois mandatos nos quais Lula esteve à frente da presidência, a burguesia

acabou por se acalmar, enquanto a classe trabalhadora, decepcionada, seguiu com poucas melhoras nas suas condições de vida.

No início, Lula representava a esperança uma mudança política, social e econômica, tendo em vista a intrínseca relação do presidente, e do seu partido, o PT (Partido do Trabalhadores), com movimentos populares, destacadamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Mas o governo Lula apenas deu continuidade à política econômica neoliberal. O caráter social-democrata de seu governo permitiu medidas que melhoraram a qualidade das camadas mais pobres da população e, ao mesmo tempo, uma ascensão da classe média.

As consequências mais imediatas da adoção dessa estratégia político-econômica, especificamente no caso brasileiro, são: desemprego crescente, eliminação de boa parte da indústria de capital nacional, desestruturação do setor produtivo estatal, crescimento do déficit público, dependência externa, prejuízo e redução para os gastos sociais por parte do governo, envio de grandes valores de dinheiro para países centrais, etc.

Com o chamado “lulismo”, com o apoio passivo das massas trabalhadoras desorganizadas e a adesão do PT a um programa de neoliberalismo, permitiu que nas eleições de 2010 Dilma Rousseff, candidata do PT e apoiada por Lula, vencesse. Porém, a crise econômica mundial, evidenciada desde de 2008 com a “Crise Imobiliária” dos EUA, agravou seus efeitos no Brasil gerando uma intensificação nas políticas neoliberais e um esvaziamento no conteúdo político do regime democrático.

Deu-se continuidade a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, as políticas sociais compensatórias iniciadas com Lula (ex: bolsa família), aumento dos juros, privatizações, como a dos aeroportos, e nos cortes de gastos com políticas sociais e serviço público, na tentativa de combater os efeitos do capital mundial e fortalecer o mercado interno. Mesmo com a vulnerabilidade externa, o governo facilitou o acesso aos recursos do BNDES<sup>51</sup>. Mas tais medidas não surtiram o efeito desejado, fazendo o governo recorrer novamente a política do neoliberalismo extremado. Assim, o social-desenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma, estão mais para uma “administração”

---

<sup>51</sup> Exemplos dessa questão podem ser encontrados em diversas reportagem que circulam em grandes jornais, como em <http://oglobo.globo.com/economia/com-menos-dinheiro-da-uniao-estados-recorrem-bndes-agravam-crise-fiscal-17416983>.

da crise, e menos, para um projeto baseado na força reguladora do Estado, desenvolvimento nacional, distribuição de renda e de participação popular.

Em entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, em abril de 2014, Ricardo Antunes afirma que “o governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais”. Mesmo com os avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo, o PT permitiu o enriquecimento de inúmeros setores privados. Para o professor da Unicamp, uma análise mais crítica da realidade do trabalho no Brasil mostra que, mesmo com a ampla divulgação por parte do governo das taxas de desemprego e desenvolvimento econômico, o país não sofreu mudanças estruturais nesse setor. Há uma enorme rotatividade da força de trabalho e aumentou-se intensamente o trabalho no setor de serviços, criando um novo proletariado precarizado. Ainda na entrevista, ele afirma que comparado ao governo FHC, não há dúvida de que os governos Lula e Dilma foram melhores. Entretanto, o que se espera de um governo dito de esquerda é que ele enfrentasse a questão da superexploração do trabalho, o que não se concretizou. Um exemplo é que a lei do salário mínimo no país é incompatível para quem ocupa uma das dez maiores economias do planeta. Além disso, em mais de uma década de governo do PT, criou-se uma espécie de sindicalismo negocial de Estado, em que a função é a cooptação dos sindicatos.

Quando o Lula e o PT ganharam as eleições em 2002, sabíamos que nem o Lula nem o PT eram os mesmos e, tampouco, o Brasil era o mesmo. Eles já tinham padecido de um trágico processo de desertificação neoliberal, que nos atingiu na década de 1990. Inicialmente com Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso. [...] Evidentemente, as rebeliões de junho mostraram que a “res-pública” no Brasil tornou-se uma “res-privada”. Há uma diferença: o tucanato realiza a privatização selvagem; o PT realiza a privatização branda. Por exemplo, a Petrobras e sua crise com o pré-sal, os aeroportos. O tom é diferente, mas no substantivo ambos os governos privatizam.<sup>52</sup>

Em tal conjuntura, os movimentos sociais e a esquerda crítica intensificam as reivindicações quanto as demandas democráticas e populares, mas o governo se posicionou largamente hostil, mesmo com o histórico de lutas do partido e de Dilma. Preferiu-se uma postura de criminalização dos movimentos sociais. Assim, percebe-se

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanista Unisinos, nº 441, ano XIV, publicada no site em 28-04-2014. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5449&secao=441](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5449&secao=441)

no governo Dilma, uma transição, ou retorno, que vai do neoliberalismo moderado em direção a um neoliberalismo extremado, tendência que reforça os partidos da ordem e de alianças à direita. Um tipo de círculo vicioso que vem pautando a política, principalmente a política econômica, brasileira nos últimos anos.

#### **1.4 – Resistências**

*"Indigne-se!" – Um dos lemas usados por jovens manifestantes em Paris em solidariedade aos movimentos anti-austeridade na Espanha e na Grécia.*

A possibilidade de atuar conjuntamente na resistência e na construção de alternativas a atual ordem hegemônica por parte de organizações e movimentos, vindos de tradições, experiências e contextos político-culturais distintos, constitui um rico aprendizado coletivo, possibilitando a tomada de consciência da condição em que se insere a maior parte da população mundial, ou seja, a classe operária.

No que se refere a relação entre os movimentos sociais e as políticas neoliberais, essas últimas foram, e são, prescritas por organizações econômicas multilaterais que seguem a cartilha do capitalismo financeiro global, o que resultou no agravamento do desnível social e o aumento do desemprego e da concentração de renda em parcelas reduzidas da população em nível mundial, regional e local, contradizendo a promessa de redução da pobreza feita pelo neoliberalismo. Isso levou a reações sociais, em escala global, contra a globalização neoliberal, ou como preferimos adotar no presente trabalho, transnacionalização do capital. E não se deve confundir essa transnacionalização com o próprio neoliberalismo. Muitos dos novos movimentos sociais agem contra a transnacionalização neoliberal, mas não necessariamente contra a globalização. Por que a globalização, conceituada enquanto a reconfiguração socio-espacial por meio de uma crescente conexão entre pessoas, é uma possibilidade de formação de movimentos sociais, principalmente transnacionais, e facilita a atuação dos próprios ativistas – internet, viagens aéreas, etc. (Niemeyer, 2006).

Surgiram novas abordagens e possibilidades de expressão e luta. Para os mais otimistas o Fórum Social Mundial (FSM) é uma opção viável e a primeira grande iniciativa nesse sentido. Sua origem se deu como contrapé ao Fórum Econômico Mundial, em 2001,

para abordar as transformações causadas pela globalização nas condições de vida no planeta e trazendo como lema “Um outro mundo é possível”.

De acordo com Cândido Grzybowski (2005), antes do FSM, ainda nos anos de 1980 com a crise e a ascensão de Thatcher e Reagan e depois, mais especificamente, durante os anos de 1990, inúmeras insurreições de movimentos sociais e organizações contra os efeitos avassaladores da transnacionalização neoliberal apareceram ao redor do globo. O palco principal de tais manifestações foram reuniões do G-8, do Banco Mundial, do Fórum Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio.

O que ele considera a grande novidade do FSM é a criação de um espaço para que a diversidade de atores se encontre, se reconheça, troque práticas, se articulem, desenvolvam análises de experiência, crie novas redes<sup>53</sup>, etc. Tal encontro seria um espaço aberto a diversidade e ao debate para um novo modo de se fazer política, uma defesa e um exercício da democracia deliberativa. Em tese tudo parece bem, mais até onde esse método conseguiu chegar na prática? Ele foi mesmo a melhor opção de enfrentamento frente à transnacionalização do capital? Para nós não, pois os resultados são mínimos quando se pensa a realidade concreta das coisas.

A democracia deliberativa, muito longe de ser a melhor opção de vincular demandas sociais com a prática da política ou a melhor opção a ser adotada por movimentos sociais (participação em fóruns, câmaras deliberativas, orçamento participativo, etc.), deve ser vista de forma crítica pois nela há diversos problemas que em última instância promovem a manutenção do *status quo*.

Segundo Mendonça (2013), e utilizando como apoio para suas afirmações autores como Fraser e Sanders, as premissas básicas da deliberação pública alimentam processos opressivos, visto que pressuposições para o funcionamento da deliberação são caracterizadas pelo ideário iluminista da igualdade, da racionalidade e da possibilidade

---

<sup>53</sup> Não necessariamente redes sociais ligadas a internet, já que estas existiam antes do desenvolvimento tecnológico, mas mais especificamente rede de pessoas, de troca de experiências, de comunicação, de interação, de debates o que tende a ser dificultado pelo capitalismo. Um exemplo clássico é a divisão espacial promovida pela lógica do capital, onde a distância entre a fábrica e a casa do trabalhador é enorme, assim como, muitas vezes, as próprias moradias dos trabalhadores. Isso dificulta, por exemplo, tentativas de uma ação mais direta dentro da fábrica, provoca desgaste pelas longas viagens de ida e de volta, etc. desmotivando muitos trabalhadores a participarem de organizações para mobilizações, greves e discussões sobre suas condições de vida e trabalho.

do consenso. Porém, tais pressupostos, principalmente nas sociedades contemporâneas, obliteram a percepção de desigualdades profundas, ocultando o modo como o consenso racional pode reproduzir anseios de grupos dominantes. O modelo deliberacionista e suas exigências formalistas, possuem um lado positivo, com a valorização da sociedade civil e da participação popular, porém, não se deve deixar de lado que as análises de tal modelo afastaram a questão do poder, e dos interesses particulares dentro da política, assim como ocorre uma crescente mercantilização (levando a uma pseudo-participação discursiva) dos fóruns deliberativos e, apesar de suas contribuições, tais fóruns podem reproduzir relações assimétricas. Ou seja, o objetivo da deliberação passa a ser, não mais o estabelecimento de um consenso em torno do bem-comum, mas sim clarear o conflito e tentar conformá-lo.

Miguel (2001), também apontando os problemas que giram em torno da democracia deliberativa, afirma que apesar desta ter nascido da teoria crítica e ter se tornado a principal alternativa à visão liberal-pluralista hegemônica, ela é levada em consideração pelos próprios expoentes da percepção hegemônica, que a refutam ou, mais frequentemente, a incorporam em suas próprias construções teóricas. Para ele, apesar de Dryzek, em seu livro *Deliberative democracy and beyond*, apontar os impasses e limites da teoria deliberativa ele não aborda soluções, tendo assim uma visão ingênua frente a deliberação, ficando apenas em nível teórico e longe da realidade. Tal teoria vem sendo incorporada como um aspecto a mais dentro do constitucionalismo liberal.

[...]Participação de todos, argumentação racional, publicidade, ausência de coerção e igualdade são os valores que devem balizar as tomadas de decisão em regimes democráticos. A ausência de qualquer um deles compromete a legitimidade dos resultados. Embora, à primeira vista, os ideais da democracia deliberativa dêem pouco motivo para polêmica, fica a questão de sua relevância para as sociedades reais, com toda a desigualdade e dominação que nelas têm lugar. Boa parte dos deliberacionistas atuais, segundo Dryzek, parece acreditar que a batalha pela implantação (ou aprimoramento) dos mecanismos de democracia deliberativa gira em torno de mudanças constitucionais e legais. Aí reside a capitulação perante a perspectiva liberal. No entanto, os agentes de distorção da prática democrática "incluem discursos e ideologias dominantes, muitas vezes entrelaçados com forças econômicas estruturais. No mundo de hoje, a mais determinante de tais forças emana da economia política transnacional, impondo severos constrangimentos sobre o que é possível em termos tanto do conteúdo da política pública quanto do grau de democracia que pode ser tolerado na produção estatal de políticas. (MIGUEL, 2001, p. 175)

Observa-se que é um tanto duvidoso tal percepção do processo político, principalmente no que diz respeito a captar sua dinâmica real. Outro problema apontado por Luis Felipe Miguel é que teoria deliberativa privilegia “argumento racional” no debate: só ele teria lugar na boa discussão. Entretanto, como a habilidade no uso do argumento racional é desigualmente distribuída na sociedade, tal regra representaria um privilégio para determinados grupos.

Frente a tais problemáticas, tal forma de participação, exemplificada aqui pelo Fórum Social Mundial, frente a uma política cada dia mais refém do capital transnacional, temos que formas de manifestar resistência a tal conjuntura lutando por meio de ações diretas e da desobediência civil podem produzir efeitos mais contundentes. Seattle, em 1999, mostrou que isso era possível, e novamente o ano de 2011 foi recheado de ações desse tipo. Gohn (2008) escreve: “Talvez, se existir alguma resistência social, ela ocorra nos atos de desobediência civil ou em atividades de costas para o Estado.”

#### **1.4.1 – O N-30 (ou a Batalha de Seattle)**

Dentro dos chamados “novos movimentos sociais”, que abordaremos melhor no capítulo a seguir, encontramos muitos dos movimentos chamados de “movimentos alter-globalização”, onde se busca alternativas para além do neoliberalismo. Ou seja, como afirma Niemeyer (2006), pessoas que agem tendo como objetivo a criação de um outro modelo para além da transnacionalização do capital, baseada em outros princípios ideológicos e outros objetivos políticos, diferentes do neoliberalismo, que é a base da governança global contemporânea. Esse ativismo, que não é fenômeno recente, não se caracteriza por um todo homogêneo. Formas de ação, metas, objetivos, etc. são diversas, podendo ser divididas, segundo o autor já, em conformistas, reformistas, rejeicionistas e transformadores. Esses movimentos que questionam a globalização neoliberal e defendem uma mudança ideológica e de conduta dessas políticas, também são chamados de “movimento de movimentos”<sup>54</sup>.

Apesar de ser um movimento de caráter heterogêneo, ele identifica e compartilha semelhanças no que diz respeito a preocupação com temas e questões referentes a

---

<sup>54</sup> Por ser formado por “novos” e “velhos” movimentos, coletivos, redes de ativistas, ONGs, etc. que possuem em seu interior variados interesses, capacidades, recursos e tendências políticas.

transformação das atividades humanas em mercadoria e a exigência de uma democracia real frente ao poder exercido pelos mercados.

[...] o movimento social alter-mundialista visa redesenhar a cartografia política contemporânea, ao buscar desenvolver alternativas políticas conjuntas, em nível transnacional. Este teria se desenvolvido em resposta a uma percepção coletiva (em nível mundial e a partir de vários pontos do globo), que a política territorial nacional mostrar-se-ia cada vez menos efetiva para lidar com as novas questões surgidas em razão da globalização. (NIEMEYER, 2006, p. 58)

Assim, a origem desse movimento está diretamente ligada a complexos processos históricos de transformação estrutural, e remete a antes de 1990 e da própria “Batalha de Seattle”<sup>55</sup>. Contudo, depois desta, teria sido inaugurada uma nova fase, como afirma Niemeyer (2006), caracterizada por uma maior e mais rápida capacidade de articulação e propagação de campanhas em diversas localidades do planeta contra a globalização neoliberal.

A mesma autora, se valendo de Della Porta e Tarrow com seu conceituado livro *Transnational protest and global activism*, nos traz que enquanto movimentos de décadas passadas tendiam a se burocratizar e institucionalizar, os atuais adotam formas de organização mais flexíveis, se preocupando com justiça social e adotando como formas de ação tanto os protestos como a desobediência civil e a ação direta. Com organizações não autoritárias, não hierárquicas e autônomas, descrentes da política tradicional, sem comprometimento com partido político, mantendo o direito a identidade e a individualidade e considerando as diferenças como vantagem. Mesmo podendo abordar múltiplas questões, os objetivos desses movimentos não seriam pura e simplesmente institucionais, eles lutam contra o modelo econômico e o desenvolvimento excludente. Outro ponto de destaque dessa forma de ativismo é que eles se baseiam no local, mas sem deixar de lado o global (seja em que nível for)<sup>56</sup>.

O repertório de ação desta nova geração de ativismo transnacional é marcado pela propensão a “levar as pessoas para a rua” (Della Porta & Tarrow) para protestar, em contraste com a geração de ativismo anterior, que tinha uma tendência mais moderada. Os protestos são combinados com campanhas educativas – que tem como objetivo educar a opinião pública sobre os efeitos nocivos da globalização neoliberal -, apresentações cômicas e outras estratégias, originais e criativas, que garantem espaço na mídia, percebida como uma

---

<sup>55</sup> A exemplo do Piqueteiros, na Argentina, e dos Zapatistas, no México.

<sup>56</sup> Um exemplo, é que movimentos de cunho ou de destaque global (como ocorreu na Turquia em 2013) podem influenciar os locais quanto as práticas, ações, repertórios, etc.

importante ferramenta para a divulgação e propagação da mensagem para o maior número de pessoas.<sup>57</sup> (NIEMEYER, 2006, p. 60)

Mas esses movimentos não são intrinsecamente positivos, eles enfrentam problemas e dificuldades, que muitas vezes acabam por refletir, mesmo eles tendo um discurso diferente, estruturas sociais pré-existent e revelam hierarquias e posições de poder, como ocorre nas formas “tradicionais” de ação. Um exemplo que a autora acima cita, é que grande parte desses movimentos, é composto de homens, brancos e com alto grau de escolaridade, o que torna a representatividade problemática. Outro problema são as tensões entre o local, o regional e o global, sendo necessário negociações ou renegociações constantes. Além do problema da divergência estratégica dentro dos movimentos, onde alguns defenderam a ruptura com o sistema e outros preferem reformas institucionais, legitimidade, transparência, relações ambíguas, etc<sup>58</sup>.

A “Batalha de Seattle” ou o N-30, como ficou conhecida as manifestações ocorridas em novembro de 1999, na cidade de Seattle, Estados Unidos, consistiu uma das maiores manifestações de resistência aos efeitos da transnacionalização e em busca de alternativas ao neoliberalismo. Na ocasião estava ocorrendo a terceira conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio, com discussões de temas polêmicos, como os referentes a questão ambiental, e visando uma maior integração da economia mundial. Contudo o que chamou mesmo a atenção foi a presença de milhares de pessoas indo as ruas se manifestar contra a reunião, os rumos do capitalismo e a transnacionalização econômica.

Depois da crise no final dos anos 1970 e a posterior implementação da política neoliberal, os efeitos do capitalismo selvagem já eram sentidos. A OMC enquanto representante dos interesses das corporações globais, contribui na promoção ao desrespeito aos direitos trabalhistas, as soberanias nacionais, no incentivo de práticas comerciais sem dar prioridade a questão ambiental, além de ser um símbolo do chamado capitalismo desenvolvido.

---

<sup>57</sup> Em capítulo precedente, abordaremos as características e a atuação do Tarifa Zero. Qualquer semelhança não será mera coincidência.

<sup>58</sup> Muitas das análises desse objeto se voltam par ao Norte global e não para o Sul global. Isso configura também um problema, dependendo do contexto em que se encontra o objeto. Como trataremos do Brasil, o contexto latino-americano será trabalhado.

Participaram das manifestações estudantes, sindicatos, ambientalistas, anarquistas, ONGS, entre diversos outros grupos. Apesar das motivações distintas, todos os lados estavam interessados em combater o avanço das políticas neoliberais, defendendo direitos humanos, uma melhor distribuição de renda e a preservação do meio ambiente, atingido pelo desenvolvimento de grandes empresas estatais e privadas.

Com a implantação no NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e das políticas desregulatórias para impulsionar o livre comércio, até os países do chamado “primeiro mundo” estavam a sentir os efeitos negativos da transnacionalização do capital. Junta-se a isso o fato de Seattle ter um forte movimento sindical, as acusações, por parte dos ativistas, de tráfico transnacional de influência corporativa e os prejuízos da globalização em países mais pobres.

O objetivo dos ativistas era barrar as negociações que ocorreriam. Para tanto, meses antes organizações locais, nacionais e internacionais começaram o planejamento. Com isso, no dia 30 de novembro, a Rede de Ação Direta<sup>59</sup> colocou o “plano” em prática. Centenas de manifestantes ocuparam as ruas nas proximidades de onde ocorreria o evento, tomando o controle dos principais cruzamentos.

Na realidade, o protesto em Seattle foi parte de um grande movimento transnacional – conhecido por diversos nomes, entre eles movimento antiglobalização ou “alterglobalização”, ou “movimento dos movimentos” – que aproveita cúpulas feitas pela OMC, pelo FMI, pelo G8, pelo G20, pela UE e assim por diante, para organizar vários dias de conferências e ações perto da cidade anfitriã. Esse movimento amplo e heterogêneo se expressa através de diversas ações de ruas. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 52)

Dentre os diferentes grupos que aderiram a tais manifestações, alguns eram adeptos a expressões pacíficas de indignação, por outro lado, outros preferiam a ação direta e até mesmo a desobediência civil, usando táticas como a do Black Bloc para promover atos de dano à propriedade privada, mas não propriedades alheias e sim aquelas relacionadas

---

<sup>59</sup> Grupo de organizações anarquistas e antiautoritárias formada no intuito de coordenar as mobilizações contra a OMC em Seattle. Tal organização desempenhou papel de destaque tanto pelas ações como pela forma de organização (formadas por grupos de afinidade - autônomos, comunitários e francamente democráticos e com membros ligados por laços intensos, alimentados por ideias e práticas comuns - que coordenavam ações por meio de assembleias e as tomadas de decisões eram feitas por consenso). Para mais informações, ver Dupuis-Déri (2014) ou em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede\\_de\\_A%C3%A7%C3%A3o\\_Direta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_de_A%C3%A7%C3%A3o_Direta) .

a grandes corporações<sup>60</sup>. Tal enfrentamento frente ao aparato estatal gerou uma resposta violenta da polícia, resultando em feridos e presos.

No decorrer das manifestações, os grandes meios de comunicação norte-americanos ao invés de relatar e informar o que ocorria, visto que as manifestações perduraram por mais alguns dias, fizeram foi servir como meios de desinformação e construir uma imagem negativa do movimento, fato recorrente na mídia como um todo, não só na norte-americana, quando se trata da sua relação com movimentos sociais.

Indignados com as distorções dos meios de comunicação, alguns ativistas criaram e desenvolveram o projeto Indymedia (ou Centro de Mídia Independente<sup>61</sup>), onde os próprios ativistas escreviam as notícias, publicavam relatos, fotos, vídeos, etc. A iniciativa perdura até hoje. Outra consequência da “Batalha de Seattle” é que táticas e formas de organização similares as usadas na ocasião, tanto por manifestantes como por policiais, foram repetidas em outras reuniões da OMC, assim como também do FMI, do Banco Mundial, ALCA, convenções de partidos e nas próprias manifestações no Brasil em 2013.

Vale ressaltar que diversos estudiosos tecem críticas ao acontecimento, contudo nosso foco aqui é o caráter de resistência desse e dos demais movimentos citados nesse tópico. A título de exemplo, o periódico de divulgação científica em Relações Internacionais, Mundorama, publicou em 2009<sup>62</sup>, em comemoração aos dez anos da “Batalha”, artigo intitulado “*Dez anos da Batalha de Seattle: lições sobre os perdedores no comércio internacional*”. No texto, os colaboradores defendem a ideia de que os argumentos do movimento não resistem a uma análise mais profunda, porém para embasar tal afirmação eles dizem, por exemplo, que a OMC não tem autoridade para impor sanções ou para obrigar países a aderir a suas regras. Visão essa, como vimos no decorrer dos

---

<sup>60</sup> Tais como grandes bancos e lojas como a Nike e a Levi's (largamente acusadas de comercializar produtos advindos de mão de obra semiescrava). Francis Dupuis-Déri, traz o depoimento de um anônimo, retirado do livro *Occupy Everything!*, que diz: “[...] Em 1999, no auge da prosperidade neoliberal, participantes do Black Bloc na cúpula da OMC em Seattle emitiram um comunicado detalhando os crime de seus alvos.” (2014, p. 98).

<sup>61</sup> Link da página: <https://www.indymedia.org/or/index.shtml> e link da página na sua versão brasileira: <http://www.midiaindependente.org/>.

<sup>62</sup> <http://mundorama.net/2009/11/30/os-dez-anos-da-%E2%80%9Cbatalha-de-seattle%E2%80%9D-licoes-sobre-os-perdedores-no-comercio-internacional-por-gustavo-resende-mendonca/>

tópicos anteriores, totalmente distante da realidade, principalmente no que diz respeito as engrenagens do comércio capitalista transnacional.

#### 1.4.2 – GOD SAVE THE QUEEN

Em 2011, eclosões simultâneas e contagiosas de mobilizações e protestos sociais atingiram diversas regiões e influenciaram movimentos sociais posteriores, como as lutas pelo transporte coletivo em diversas cidades brasileiras. Iniciadas no norte da África, com a luta anti-ditaduras, estendeu-se pela Europa, com a luta anti-austeridade principalmente, e chegou aos Estados Unidos, reivindicando principalmente a dependência do governo do dinheiro de grandes companhias e os cortes em decorrência da crise financeira.

Em agosto daquele ano, a Inglaterra viu se intensificar as manifestações frente aos efeitos negativos do modus operandi do neoliberalismo, da crise de 2008 e da crise da dívida pública da Zona do Euro. As bases dessas revoltas orbitam em torno do índice de desemprego, na época em torno de 8%<sup>63</sup>, atingindo principalmente os jovens, cortes nos planos de política social, medidas de austeridade e perda do poder de consumo. Participaram sindicatos, trabalhadores e estudantes.

O estopim para os protestos nos subúrbios de Londres foi o assassinato de Mark Duggan pela polícia, evidenciando também as tensões raciais e sociais presentes no país<sup>64</sup>.

A perda de direitos sociais, políticos e sindicais e as características de inorganicidade das novas camadas do proletariado, especialmente na Europa, são marcadas pela presença de um *apartheid* em relação aos imigrantes ilegais e por uma maior exclusão dos direitos também nas novas gerações de trabalhadores. (HARVEY et al. , 2012, p. 13)

Milhares de pessoas foram às ruas em vários dias de protesto, além da presença de grupos usando a tática “black bloc”. Diversos manifestantes quebraram, saquearam lojas e queimaram produtos<sup>65</sup>. A reação truculenta da polícia também não ajudou em nada, muito pelo contrário.

---

<sup>63</sup> <http://www.indexmundi.com/map/?v=74&r=eu&l=pt>

<sup>64</sup> Outro exemplo dessas tensões sociais foi o assassinato do brasileiro Jean Charles, em 2005, confundido com um terrorista, no metrô de Londres.

<sup>65</sup> Tais ações, assim como a presença de Black Blocs, iram se repetir em diversas outras manifestações pela Europa e fora dela.

A questão do uso da violência, e o seu próprio significado, é algo complexo e vai muito além do que é abordado nesse tópico e neste trabalho, mas julgamos ser importante um breve comentário sobre. Dupuis-Déri (2014), por exemplo, já aborda o fato de que quase todos os regimes liberais atuais, que dizem defender e incorporar os valores de liberdade, igualdade e justiça, foram fundados com base em atos bem mais violentos do que as ações diretas conduzidas pelos grupos de ativistas de hoje. Além do mais, o monopólio da autoridade política do Estado se dá pelo monopólio da violência via polícia e Forças Armadas, por mais liberal que tal Estado possa ser. Nesse sentido, é bastante plausível que o uso da força na arena política pode ser um meio eficaz de gerar debates e mudanças em situações que parecem imutáveis à primeira vista. A pressão gerada pelas ações violentas tende a levar as autoridades a pensar seriamente em aceitar um certo grau de emancipação com o objetivo de isolar e neutralizar mais fácil e rapidamente as pessoas envolvidas nesses atos. E o autor ainda nos questiona: “ Eles teriam levado a sério as preocupações dos manifestantes pacíficos? E por que alguns black blockers têm o poder – quebrando algumas vitrines – de desviar a atenção dos líderes do G8 de questões importantes sobre a globalização? ” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 160). Esses atos têm muito mais um valor simbólico do que de violência pura em si<sup>66</sup>.

Com a transnacionalização do capitalismo, as classes desprivilegiadas não encontram acesso a bons empregos, tendo que recorrer a assistência social por parte dos governos, e as comodidades do desenvolvimento capitalista. Junta-se a isso o fato de ser comum a concentração de minorias étnicas e/ou imigrantes em bairros inteiros, onde o índice de criminalidade e desemprego é alto. Com a crise financeira em 2008, que se iniciou nos EUA mas devido a ligação transnacional das economias ela se espalhou rápido pelo mundo, e seus efeitos principalmente nos países europeus, obrigou governos a adotarem medidas de austeridade, reduzindo recursos de muitos dos programas sociais promovido pelos Estados, atingindo famílias inteiras. Ou seja, punindo os mais pobres. Tal fenômeno, não foi diferente na Inglaterra.

### **1.4.3 – NÓS SOMOS 99%**

---

<sup>66</sup> Outros aspectos sobre essa questão podem ser encontrados no texto *Tolerância repressiva*, de Herbert Marcuse, disponível em: [http://www3.est.edu.br/nepp/revista/012/ano06n1\\_03.pdf](http://www3.est.edu.br/nepp/revista/012/ano06n1_03.pdf) . Outro autor que trabalha o tema seguindo essa mesma linha de raciocínio é Anselm Jappe no *Violência, mas para quê?*, publicado em forma de livro em 2013 pela editora Hedra.

Assim como as outras formas de ação ocorridas nesse período, o movimento Occupy, ou “Occupy Wall Street - OWS” como ficou mais conhecido, também não foi diferente: ocupação de praças<sup>67</sup>, uso de redes sociais, recusa de espaços institucionais tradicionais, recusa de estruturas político partidárias e sindicais vigentes, desejo de uma democracia direta e real, além do caráter de decisão horizontal.

Como afirma Castells<sup>68</sup> (2013), a indignação já estava no ar, centenas de pessoas já haviam perdido suas casas, ou grande parte do valor pago nelas, em decorrência da especulação imobiliária e posterior colapso do sistema financeiro. Em 2007, um ano antes de “estourar” a bolha imobiliária e desencadear a crise, a parcela apropriada pelo sistema financeiro nos ganhos totais da produtividade americana era de 40%. Entre 1980 e 2007, o valor das ações desse setor subiu de 6% para 23%, mesmo ele empregando apenas cerca de 5% da força de trabalho do país. Resumindo, nesse mesmo período o 1% mais rico da população norte americana se apropriou de 58% do crescimento econômico no decorrer desse mesmo período. O que explica a adoção do lema “Nós somos os 99%” pelo OWS.

Algumas organizações de ativistas, como a Aaped Status, já a algum tempo tentavam promover mobilizações desse cunho, mas foi apenas com a publicação, em julho de 2011, de um texto sob influência da “Primavera Árabe” e dos acontecimentos na praça Tahrir, no blog do grupo Adbusters, que o movimento explodiu nos EUA. Assim, em 17 de setembro manifestantes em Wall Street ocuparam o Zuccotti Park com dezenas de barracas, em uma “união dos corpos no espaço público”, como chama David Harvey.

Outro ponto de concordância é que o capitalismo vive não apenas uma crise cíclica de “destruição criadora”, mas um momento de declínio geral, que ameaça até mesmo, como ressalta Noam Chomsky, a sobrevivência da espécie. Neste momento, opõe-se uma plutonomia, como ele designa a economia conspícua de produtos de luxo em nichos globais, a um proletariado cada vez mais precarizado. (HARVEY et al. , 2012, p. 11)

---

<sup>67</sup> Segundo Barbosa (2012, p. 4): “Todo movimento de resistência social implica na ocupação de espaços, na constituição de novas espacialidades, somente posterior a isso é que se configura como resistência, pois a demonstração de poder está justamente na destruição da ordem estabelecida; assim, praças, avenidas, ruas, prédios públicos e parques quando ocupados são sentenciados a serem materialmente os porta vozes dos manifestantes. ”. Ou para um melhor entendimento da questão urbana e sua relação com movimentos sociais ver Erminia Maricato: *O impasse da política urbana no Brasil*.

<sup>68</sup> Vale ressaltar que, apesar da visão romântica e otimista frente ao uso da internet, e em especial das redes sociais, é possível encontrar nesse autor dados, estatísticas e até mapas bastante úteis para a análise.

A desregulamentação global e a perda de direitos sociais em nome da flexibilização, levou a camada social mais precarizada a gritar críticas contra a desigualdade econômica. A polícia respondeu com truculência, não só no movimento Occupy, mas nos diversos movimentos surgidos a partir de 2011 como um todo, como no caso das reivindicações estudantis no Chile.

Além da conjuntura social e econômica, a resposta por parte da polícia fez com que se espalhasse cada vez mais os protestos. Em outubro, diversas cidades, por todo o território americano já possuíam seu próprio movimento Occupy e seus acampamentos: Chicago, Washington, Boston, Austin, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Salt Lake City, Seattle (novamente), entre outras.

Em 1º de outubro, 5 mil pessoas tomaram a Brooklyn Bridge, onde a polícia montou uma armadilha, conseguindo prender mais de setecentas. Em resposta, no dia 8 de outubro, atendendo a uma convocação do Occupy Wall Street, juntamente com os sindicatos, 15 mil pessoas manifestaram-se desde a Foley Square, em Lower Manhattan, até o Zuccotti Park. (CASTELLS, 2013, p. 127)

Mas apesar da espontaneidade dos protestos e sua posterior consolidação, o OWS foi um movimento de resistência, mas não de revolução (BARBOSA, 2012). Obviamente as organizações capitalistas não desejavam qualquer desvio da ordem social, econômica, política ou espacial, assim, em poucos dias começaram as muitas prisões. Essa violência motivou os trabalhadores a continuarem as ações coletivas e organizaram-se ainda mais, porém, quatro anos depois, apesar do movimento ainda existir e promover ações<sup>69</sup>, ele perdeu sua força inicial.

#### **1.4.4 – A PRAÇA SYNTAGMA E O 15-M**

Com a crise financeira desencadeada em 2008, passou a ser bastante complicado para alguns países da União Europeia pagar ou refinar suas dívidas públicas, o que acarretou em uma outra crise, a da dívida pública da Zona do Euro. Um dos países mais afetados por esses acontecimentos foi à Grécia. Com a recessão, o governo (Pasok) cedeu a política econômica de austeridade imposta pela chamada troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI), obtendo 110 bilhões de euros em 2010, o chamado “Primeiro pacote de austeridade”. No entanto, a situação não melhorou,

---

<sup>69</sup> Exemplo de mobilização promovida pelo Movimento Occupy Wall Street em 2015: <http://www.diarioliberalidade.org/mundo/reportagens/55654-mais-de-200-manifestantes-presos-durante-protesto-em-solidariedade-%C3%A0-freddy-gray-em-nova-york.html>

déficits públicos, desemprego, pobreza e queda de produtividade eram a realidade cotidiana do país<sup>70</sup>.

Daí que o governo conservador da Nova Democracia, em coalizão com o Pasok, legenda que detinha a hegemonia do governo no pós-segunda guerra, continuou as reformas exigidas para a liberação dos recursos para manter a Grécia na Zona do Euro. O programa de austeridade não rendeu frutos e os juros continuaram elevados. No início de 2012 um “segundo pacote de austeridade” foi necessário, em um valor de 130 bilhões de euros, resultando em uma dívida equivalente a 175% do PIB<sup>71</sup>. Outros empréstimos foram feitos, mas de lá para cá ficou claro que o programa não surtiu o resultado desejado. Privatização de imóveis públicos foi uma das exigências do FMI e do Banco Central Europeu para a liberação do dinheiro, os altos impostos castigam a classe média, a produtividade teve grandes quedas, e o nível de desemprego entre jovens de 25 a 35 anos chaga a casa dos 50%. Além disso o plano prevê aumentos em mais impostos, cortes no orçamento e redução de benefícios previdenciários, durante um período de cinco anos. Para o setor público, o pacote do governo estabelece redução de ganhos de servidores e tetos salariais. E a Grécia não pode declarar moratória por ser membro da zona do euro.

Nessa conjuntura, centenas de pessoas saíram às ruas em protestos contra os pacotes de austeridade, o desemprego, a violência, a corrupção no governo e os baixos salários. Manifestações gigantescas se espalharam pelas ruas de Atenas, pessoas atacaram prédios públicos, tais como o do Ministério das Finanças, e duas greves gerais foram convocadas por diversos sindicatos no decorrer dos dias, paralisando trens, ônibus, balsas e todo o serviço de transporte terrestre. Os aeroportos suspenderam suas atividades por horas.

A reação da polícia não foi diferente da adotada em outras manifestações (como em Portugal, Islândia e EUA) desse tipo: truculência, violência e dezenas de prisões. Conflitos entre manifestantes e policiais marcaram a Praça Syntagma e as ruas da capital grega. Uma das consequências desses acontecimentos foi à chegada ao poder do

---

<sup>70</sup> Para informações complementares, ver dossiê sobre o tema realizado pelo site Passa Palavra: [www.passapalavra.info/2014/11/100748](http://www.passapalavra.info/2014/11/100748).

<sup>71</sup> <http://www.cartacapital.com.br/internacional/grecia-entenda-a-criese-e-conheca-o-novo-governo-6117.html>

partido Syriza, ou Coligação da Esquerda Radical, nas últimas eleições. Tal partido foi fundado em 2004 por meio da fusão de partidos mais à esquerda da política grega. O Syriza é o primeiro partido antiausteridade da Zona do Euro, e defende principalmente o perdão da dívida grega com a troika. Entretanto, apesar de diversos meios de comunicação internacionais o ter apresentado como uma “esperança” ao povo grego, o futuro do partido, do país e do governo de Alexis Tsipras ainda é incerto, visto que se defende a permanência da Grécia no sistema do euro e que o grupo da esquerda radical fez uma coalisão para formar o governo com a Anel, os conservadores direitistas do Gregos Independentes, criando embaraços em seus círculos internos.

Em um contexto não tão diferente temos o caso da Espanha, que também em 2011 foi palco de manifestações, ocupações e greves. Os Indignados da “Puerta del Sol”, saíram as ruas e montaram suas barracas, no mesmo modelo do movimento Occupy, em uma das principais praças de Madri em prol da luta contra as políticas de austeridade, o alto índice de desemprego que assola principalmente os jovens e por uma alternativa as organizações políticas instituídas que não promovem uma democracia real. Essa série de protestos de cunho espontâneo inicialmente foi organizado por redes sociais e idealizado pela plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!* O primeiro protesto ocorreu no dia 15 de maio, por isso da adoção do nome “movimento 15-M”, e em poucos dias se espalhou pelo país, interrompendo a então campanha eleitoral em curso. Também nesse caso, policiais e a tropa de choque entraram em conflito com manifestantes e agiram de forma truculenta, houve feridos e dezenas de presos<sup>72</sup>.

Influenciados pelas rebeliões de massa que impulsionaram a Primavera Árabe, eles também surgem no bojo de uma aguda crise financeira.

Há um desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da “flexibilização” que ampliou a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens. Esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos *shabad* (“jovens”) do mundo árabe, são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e da carência de projetos coletivos para o futuro. (HARVEY et all. , 2012, p. 13)

---

<sup>72</sup> Informações complementares podem ser obtidas, por exemplos, em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Cresce-na-Espanha-a-Revolucao-dos-Indignados/6/16739> ; <http://www.esquerda.net/dossier/movimento-15-m-os-indignados-de-espanha> ; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_de\\_2011\\_na\\_Espanha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_de_2011_na_Espanha) ; <http://www.marxismo.org.br/search/node/grecia> .

Quatro anos depois, a Espanha é o caso mais evidente das consequências possíveis para onde podem caminhar esses grupos de protesto. O movimento 15-M ainda existe, em comissões, como a jurídica para defender os manifestantes que ainda respondem processo, assembleias de bairro, escritórios e “subgrupos” como o *15MpaRato*. Mas a maior parte dos seus membros hoje fazem parte do Podemos, partido com base de origem no 15-M, o que não significa dizer que ambos são a mesma coisa, e seu descrédito em relação à forma tradicional de se fazer política.

De acordo com os participantes, o Podemos tem a intenção de romper a hegemonia dos dois grandes partidos espanhóis, o PP (Partido do Povo) e o PSOE (Partido Socialista), que se revezam no governo desde o final da ditadura Franco. Além disso, os partidos da chamada “esquerda tradicional” foram acusados, por manifestantes dos “Indignados” e a população no geral, de não oferecerem uma solução as dificuldades pelas quais passa o país. Em suma, a essência do Podemos é a complementariedade entre democracia participativa e democracia representativa, para preencher o “vazio” criado pela atual máquina política. A proposta é de promover a batalha no plano político-institucional a partir de uma nova ferramenta.

Para isso o Podemos somou o apoio de 50 mil pessoas em apenas 24 horas e em menos de dois meses já era um partido político habilitado a concorrer às eleições. Gastaram apenas 200 mil euros, arrecadados via crowdfunding, conseguindo eleger cinco eurodeputados para o Parlamento Europeu. Os 7,98% obtidos nessas eleições colocaram o Podemos como a quarta força política da Espanha. Conta atualmente com cerca de 260 mil integrantes. Seus espaços de participação popular, ou “Círculos Podemos”, já ultrapassam a casa dos 500 e estão presentes não somente na Espanha, mas também no Brasil, Estados Unidos, China, Argentina e outros 28 países<sup>73</sup>.

Mas todos temos um “teto de vidro”, como diz o ditado popular, e o Podemos não é diferente. De acordo com Rivero (2015), o partido ainda possui o paradigma de seguir como um movimento ou se, pelo contrário, passa a adotar realmente para si formas mais tradicionais de partido. O que já gerou os primeiros rachas internos. A postura de Pablo Iglesias, um dos membros do “*quinteto titular*” do partido também levanta questionamentos pois em seus posicionamentos a frente do partido, principalmente

---

<sup>73</sup> <http://revistaforum.com.br/digital/175/podemos-as-origens-do-rola-compressor-espanhol/>.

quando se fala de meios de comunicação, tem dado a impressão de que o partido se resume a ele, de que sem ele o Podemos não existe. Por fim, seu discurso ambíguo gera dúvidas em muitos cidadãos e também esperança em muitos outros.

El proceso de elaboración de su programa político ha dado muestras de inconsistencia y cambios sobre la marcha en asuntos que van desde la implantación de una renta básica universal, como medida económica, hasta sus planes de actuación en el terreno deportivo. Pero incluso en esa sensación de desconocimiento, de certezas e incógnitas, Podemos sigue avanzando [...]. (RIVERO, 2015, p. 12)

Como tentamos demonstrar no decorrer desse capítulo, o capitalismo é marcado por crises, que ao longo da história, buscou-se solucionar-las de diferentes maneiras. Se por um lado, a adoção de políticas do chamado Estado de Bem-Estar social, muito comum nas sociais-democracias europeias do pós Segunda Guerra, foi capaz de conter os conflitos de classe por um dado período de tempo, por outro lado, esse modelo foi uma exceção em outras partes do mundo.

O neoliberalismo é um movimento teórico e político de mínima intervenção do Estado na economia. A adoção desse modelo na tentativa de colocar de volta nos eixos a economia das grandes potências nas últimas décadas do século XX, fez com que os grandes grupos capitalistas pudessem reorganizar as formas de sua internacionalização e modificar suas relações com a classe operaria, principalmente em decorrência das inovações advindas da programação por microcomputadores. E com a transnacionalização do capital, processo que consiste na dispersão do capital em um processo de superação das fronteiras nacionais, se reorganizando em um plano internacional para sua reprodução, o neoliberalismo fez-se hegemônico.

Entretanto, essa transnacionalização do capitalismo neoliberal provocou a precarização das relações de trabalho, enorme rotatividade da força de trabalho, baixos salários, desemprego, grande aumento de mão-de-obra que vai para o setor de serviços, etc. Ou seja, nem a “esquerda tradicional”, com uma visão que crê nas reformas de Estado e na ilusão keynesiana de desenvolvimento, nem a política do estado neoliberal democrático conseguiu conter os efeitos negativos do capitalismo sobre a grande massa de trabalhadores, tanto do chamado “norte global” quanto do “sul global”.

A de se lembrar que a atual geração de trabalhadores, é a geração mais bem formada no que concerne o acesso à educação e a mais bem munida de diferentes fontes de informação. Assim, se tornou comum, principalmente nessa uma década e meia de

século XXI, uma grande porcentagem da juventude chegar ao mercado de trabalho e vislumbrar, ao invés de oportunidades e ganhos, uma crise econômica, intensificada a partir de 2008, e que recai principalmente na classe operaria e na periferia global. E, se de um lado, esses jovens encontram crise econômica, do outro, encontram governos reféns do capital transnacional das grandes instituições e que não conseguem sustentar os direitos sociais.

A falta de alternativas políticas, já que a diferença entre a esquerda e a direita é praticamente inexistente, e a percepção de que a democracia está mais para um discurso utópico do que para uma prática real, levou milhares de pessoas, não apenas jovens, a tentar fazer política diferente da atual. Assim surgiram movimentos como o Occupy e o 15-M.

Contudo, devemos nos atentar, e esse é um dos intuitos desse trabalho, que a política das ruas não é o mesmo que a política da burocracia e a democracia deliberativas, defendida por vários movimentos sociais se mostrou, como vimos, um meio pouco eficiente para fazer uma política para além das amarras do Estado, muito pelo contrário. Outro ponto a ser pontuado, é que é mais interessante para o capital ter governos de caráter de esquerda no poder, visto que isso tende a promover o apaziguamento da classe trabalhadora. Exemplo disso é o governo do PT nesses últimos doze anos. Apesar dos avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo, o Partido dos Trabalhadores permitiu o enriquecimento de inúmeros setores privados, em detrimento de setores públicos importantes, como o setor de transporte urbano, o que veio a desencadear e ser o principal foco, mas único, das manifestações de maio e junho de 2013.

No próximo capítulo, veremos um pouco das teorias que envolvem o estudo dos movimentos sociais e como isso se dá no estudo das já citadas manifestações. Isso pode ser um ponto de partida, mesmo que cada movimento social em particular seja marcado por limitações e por um dado contexto, para entendermos os movimentos sociais contemporâneos, seu afastamento de partidos, lideranças políticas, órgãos sindicais, etc.

## CAPÍTULO 2 – “QUERIDA ESQUERDA, GRANA E DIREITA”<sup>74</sup>

### 2.1-Por uma tentativa de definição

*“A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos” – Maurício Tragtenberg em Reflexões sobre o Socialismo.*

A temática dos movimentos sociais é um campo fértil em pesquisas dentro da sociologia, mas nem por isso é um campo fácil de ser estudado. Em primeiro lugar, por que o próprio conceito do termo “movimento social” não é um consenso nas ciências sociais, segundo Jensen (2014), esse é o maior problema teórico nas análises desse fenômeno. Por exemplo, enquanto uma abordagem mais histórico-estrutural privilegia a análise com relação a ação de classe e a tomada de poder, uma abordagem de cunho culturalista se voltaria para as ações dos indivíduos e para uma disputa fora do âmbito do estado, voltada para a construção de novos espaços de socialização, autonomia, liberdade e participação.

Levando em consideração que a presente pesquisa optou por adotar uma visão baseada na luta de classes e na disputa de interesses destas, vemos os movimentos sociais como uma coletividade de caráter conflitivo, um grupo de pressão, cujo desenvolvimento implica mudanças ou conservação de privilégios, valores, regras, normas, etc. São forças que visam contestar um sistema estabelecido de ação histórica e procuram desviar o desenvolvimento da sociedade para uma direção diferente. Mas engana-se quem afirma que os movimentos sociais são apenas a luta de uns para se libertar da opressão de outros, existem movimentos que não visam romper com as estruturas de opressão e dominação<sup>75</sup>.

Segundo a visão marxista, todo movimento é político (JENSEN, 2014), mas então qual a diferença deles com os partidos? Segundo Bottomore (1981), a distinção entre um movimento e uma formação política organizada como os partidos está, em grande

---

<sup>74</sup> Trecho da música *Esquerda, Grana e Direita*, do músico brasileiro Tom Zé.

<sup>75</sup> Segundo Bottomore (1981), essa ideia do poder inovador dos movimentos se deve em muito aos acontecimentos dos anos 1960, quando apareceram movimentos em grande escala que expressavam descontentamento maciço e oposição relativas à ordem social e política vigentes.

medida, no fato de que os movimentos em grande escala tendem a produzir uma variedade de grupos em maior ou menor grau diretamente políticos, como aconteceu com o movimento trabalhista no século XIX e o curso subsequente da ação política deve ser entendido parcialmente em termos da relação entre o movimento mais amplo e os diversos grupos organizados.

Entretanto, como nos lembra Jensen (2014), a causa de um movimento social é simultaneamente interna e externa, então só é possível compreendê-lo analisando a constituição do grupo social que lhe dá vida. Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos, significa um conjunto de pessoas com algo em comum, uma consciência comum. Os movimentos sociais que se fundamentam em um grupo que tem como aspecto comum de todos os seus membros somente a visão de mundo ou o projeto político, acabam por ser mais frágeis e propensos a divisões internas. O surgimento de um movimento social marca um período de desenvolvimento da consciência e da experiência do grupo social que lhe dá sustentação, ou seja, o grupo adquire mais unidade e eficácia política.

Mas, se na última parte do século XIX o movimento trabalhista foi tido como o paradigma de um movimento social (BOTTOMORE, 1981), o desenvolvimento e a complexificação da sociedade acabaram por colocá-lo de lado e outros paradigmas surgiram. Os movimentos e a sociedade a qual pertence estão em constante relação dialética, e mais: um movimento social modifica não só o grupo que lhe sustenta, mas também a relação deste com o conjunto da sociedade e isto significa uma mudança social, que se reflete, por sua vez, no próprio movimento. Os movimentos sociais são movimentos produzidos por grupos sociais que provocam alterações tanto nestes quanto no conjunto da sociedade e no próprio desenvolvimento do movimento e vice-versa.

Segundo Tarrow (1997):

El poder de los movimientos se pone de manifiesto cuando los ciudadanos corrientes unen sus fuerzas para enfrentarse a las elites, a las autoridades y a sus antagonistas sociales. Crear, coordinar y mantener esta interacción es la contribución específica de los movimientos sociales, que surgen cuando se dan las oportunidades políticas para la intervención de agentes sociales que normalmente carecen de ellas. Estos movimientos atraen a la gente a la acción colectiva<sup>76</sup> por medio de repertorios conocidos de enfrentamiento e

---

<sup>76</sup> Ainda segundo Tarrow (1997), ação coletiva é a base dos movimentos sociais. Ele afirma: “[...] La acción colectiva adopta muchas formas: puede ser breve o mantenida, institucionalizada o disruptiva,

introducen innovaciones en torno a sus márgenes. En su base se encuentran las redes sociales y los símbolos culturales a través de los cuales se estructuran las relaciones sociales. (TARROW, 1997, p. 17)

Um outro ponto importante a ser frisado sobre o nosso objeto de estudo é que os movimentos só existem sob determinadas condições históricas. Isso resulta, como nos aponta Jensen (2014), em que eles devem ser compreendidos em sua generalidade e também em suas especificidades. O que é comum a todos é o fato deles possuírem como fundamento um grupo social e provocarem alterações sociais, porém cada movimento possui uma dinâmica própria, ou seja, possui objetivos específicos que são respostas a questões específicas. Contudo, mostra Tarrow (1997), o que ocorre com grande frequência são estudos que se centram em determinadas teorias ou aspectos pontuais de um movimento em detrimento de outros. E pior, em detrimento de uma generalidade.

Movimentos sociais possibilitam oportunidades políticas, criação de identidades coletivas e agrupamento além de um mecanismo para tomada de consciência da realidade capitalista a qual estamos inseridos. Tarrow (1997), afirma que as formas contenciosas de ações coletivas associadas aos movimentos sociais além de históricas e socialmente distintas possuem poder por desafiar seus oponentes e despertar solidariedade. Os movimentos sociais estão envolvidos pela dinâmica da luta de classes podendo estar sob a hegemonia ideológica da burguesia e/ou de suas classes auxiliares ou sob a direção revolucionária do proletariado. No primeiro caso, enquadram-se os movimentos sociais conservadores e reformistas e, no segundo, enquadram-se os movimentos sociais revolucionários<sup>77</sup>. Porém, com o passar do tempo e o desenvolvimento das lutas essa divisão ficou cada vez mais tênue. Muitos movimentos que iniciaram sua trajetória como revolucionários, acabaram por se tornarem reformistas ou ferramentas do estado.

Mas o desenrolar desse fenômeno não é homogêneo e muito menos linear, há diferentes tipos de movimentos em diferentes localidades e períodos. Podem haver semelhanças, mas cada movimento terá suas especificidades, um exemplo foram os diversos protestos

---

monótona o dramática. [...] Da lugar a movimientos sociales cuando los actores sociales conciertan sus acciones en torno a aspiraciones comunes en secuencias mantenidas de interacción con sus oponentes o las autoridades”.

<sup>77</sup> Pereira (2009), por exemplo, afirma que os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos, assim eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão inseridos. E eles também podem ser movimentos antidemocráticos, como atestam as experiências do entre-guerras na Europa, em que o fascismo se desenvolveu.

chamados “Occupy”, o mais famoso deles ocorrendo em Nova Iorque, mas que também ocorreu em outras cidades americanas e em outros países, como Londres, e onde cada um deles possuía características gerais parecidas, mas também especificidades decorrentes da conjuntura local.

O desenvolvimento acelerado dos movimentos sociais nas sociedades industriais durante os anos 60 dependeu em parte do crescimento econômico sustentado, do pleno emprego, da expansão do ensino universitário e de um sentimento generalizado de que essas sociedades entraram no que frequentemente se chamou de uma era de pós-escassez“ [...]. O êxito a longo prazo dos movimentos sociais depende também de várias condições gerais. Em primeiro lugar, é essencial que tais movimentos formulem uma doutrina capaz de despertar entusiasmo e confiança para sustentar a atividade política. (BOTTOMORE, 1981, p. 44)

Um outro ponto, lembrado e trabalhado por diversos autores, tais como Jensen (2014) e Pereira (2012), é a importância dos movimentos sociais nos processos políticos, principalmente no que diz respeito a democracia, visto que ela e os movimentos possuem uma relação contraditória. Os movimentos sociais tendem a se fortalecer em regimes ditatoriais ou em períodos de crise de legitimidade do estado e isto ocorre porque a democracia burguesa e os partidos políticos, de direita e de “esquerda”, são meios de corromper os movimentos sociais. Em períodos de crise de legitimidade do Estado capitalista ocorre, simultaneamente, uma crise de legitimidade dos partidos políticos e da democracia burguesa, o que favorece o desenvolvimento de lutas autônomas por parte dos movimentos. A democracia representativa tem como uma de suas características canalizar todas as lutas políticas rumo ao estado capitalista, assim, ela consegue, mas nem sempre, impedir o desenvolvimento da luta direta dos movimentos sociais e das classes exploradas (JENSEN, 2014). No que diz respeito as democracias contemporâneas, os movimentos são uma das principais formas de ação coletiva que permitem a articulação e a mobilização de coletividades em relação a diferentes demandas, através de diferentes repertórios de ação (PEREIRA, 2012). O que pode acarretar também na transformação de movimentos sociais em ferramentas ou propaganda eleitoral para o Estado.

No que se refere as propriedades básicas de um movimento social, destacamos a importante contribuição de Tarrow (1997). Segundo ele, na atualidade muitas das teorias que buscam explicar esse fenômeno tendem a se voltar, motivadas pelo agravamento das tensões étnicas e nacionalistas, em especial na América Latina, para

três facetas: extremismo, privação e violência. Mas isso é não enxergar de forma profunda o fenômeno. Para o autor, o extremismo é uma forma exagerada dos marcos de significado, a privação é uma fonte particular dos objetivos comuns que todos os movimentos refletem e a violência é uma manifestação exacerbada dos desafios coletivos. Partindo disto, ele irá definir quatro propriedades empíricas dos movimentos sociais: desafio coletivo, que é o mais característico dos movimentos; os objetivos comuns, consistindo nas exigências frente aos adversários, aos governantes ou as elites; a solidariedade, que é o denominador comum dos movimentos; e a manutenção da interação, visto que isso é um desafio coletivo frente ao egoísmo pessoal, a desorganização e a repressão do estado e a razão básica é que as mudanças na estrutura das oportunidades políticas criam incentivos para a ação coletiva (essas propriedades serão melhor discutidas posteriormente). Assim, a magnitude e a duração destas dependem da mobilização das pessoas através de redes sociais e símbolos desenhado em torno de quadros culturais identificáveis de significado.

De acordo com as ideias de Pereira (2009), uma democracia sem movimentos sociais acaba por fechar vias críticas de mudança. Para ele um dos principais objetivos dos movimentos é desenvolver uma nova concepção de democracia. Assim, o papel de tais movimentos é promover alterações nas relações sociais, através da redefinição de papéis, normas, identidades, discursos existentes, entre outros aspectos dessa esfera<sup>78</sup>. Trazendo as palavras de Donatella Della Porta, Pereira (2009) nos mostra que os movimentos apreendem uma crítica fundamental da política convencional e afirmam a legitimidade, se não a primazia, de alternativas à democracia parlamentar, criticando tanto a democracia liberal quanto a democracia dos partidos políticos.

Com base nisso, o autor supracitado, aponta duas evidências da influência recíproca que existe entre os movimentos sociais e a democracia, principalmente quando pensamos no período pós redemocratização no Brasil. A primeira relação causal pode ser pensada a partir da análise histórica do momento em que as eleições passaram a ser centrais dentro do processo político, visto que a ampliação de direitos tais como a manifestação e a organização durante os processos eleitorais também favoreceram o surgimento de movimentos sociais. E a segunda é que os movimentos sociais também podem favorecer a democracia explicitando a tensão inerente a qualquer decisão política, permitindo um

---

<sup>78</sup> Em movimentos sociais de cunho reformista, o intuito é promover a democratização dessas relações.

aprofundamento e uma radicalização dos ideais democráticos, do reconhecimento e a tematização de novas demandas até então não existentes ou silenciadas (Pereira, 2009). Mas na análise desse fenômeno, não se deve esquecer, e o próprio autor acima nos relembra, que muitos movimentos não possuem os recursos adequados para o jogo institucional, ou não enxergam neles um meio eficiente para seus fins, como os grupos de interesse e os partidos políticos, daí as ações disruptivas podem ser um melhor recurso.

Com isso, reconhece-se e traz de volta às discussões teóricas o “conflito”. Segundo Pereira (2009), a principal diferença entre esse e outros tipos de ação coletiva, é a capacidade que o conflito têm em trazer para o centro da arena política indivíduos que a princípio não teriam acesso aos canais institucionais. Podendo influenciar diretamente tanto a opinião pública quanto em propostas e decisões políticas, como acabou acontecendo com a questão do preço da tarifa do transporte coletivo após a intensificação das mobilizações em 2013. Mas essas formas de ação podem se desenvolver de maneira diferente, a depender do contexto, visto que são fruto de um processo histórico cumulativo de atividades anteriores e que se adequam as necessidades, aos constrangimentos do grupo e as mudanças tecnológicas.

Sidney Tarrow (2009), realizou detalhada pesquisa sobre o confronto político. Para ele, assim como para Charles Tilly e Karl Marx, o conflito é considerado como parte normal da sociedade e não uma anomalia, como na visão de Emile Durkheim, por exemplo. Tarrow (2009) afirma que essa categoria se dá quando pessoas comuns juntam forças para fazer frente as elites e/ou autoridades e é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais sem recursos próprios. Tentaremos explicar melhor essa ideia e, conseqüentemente, como se dá a relação de um movimento social e do confronto.

Ainda utilizando as ideias desse autor, entendemos que esses atores em situações de confronto, como apresentado acima, irão agir através de repertórios conhecidos e expandi-los. Assim o confronto político conduz a uma interação sustentada frente aos opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por instigantes símbolos culturais daquele contexto, orientando para a ação. O que resulta disso é um movimento social.

Mas, cuidado. Nem todo evento é um movimento social, estes se designam enquanto sequência de confrontos políticos que se baseiam em redes sociais, com vigorosos esquemas de ação coletiva e que conseguem se manter frente a opositores poderosos, tais como o Estado. Segundo Tarrow (2009), existe um universo de confronto político e os movimentos sociais são parte deste.

Preocupado em entender quais são os elementos fundamentais, e por isso comuns, aos movimentos, independente do lugar onde ocorrem, ele apresenta como base dos movimentos sociais (também protestos e revoluções) a ação coletiva de confronto. Esta, ocorre quando a ação coletiva é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, seja com demandas novas ou aquelas não atendidas.

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. [...] relacionam-se com as autoridades de modo conflitivo, por serem elas responsáveis pela lei e pela ordem e por estabelecerem as normas para a sociedade. (TARROW, 2009, p. 19)

Mas reunir e manter pessoas em uma interação é algo deveras complicado e exige primeiramente instigar objetivos e quadros culturais comuns, assim como construir a solidariedade por meio de estruturas de ligação e de identidades coletivas.

Tarrow (2009) advoga por uma visão dos movimentos não como expressões de extremismos, privações e violência, mas sim como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social em uma interação sustentada com as elites, opositores e autoridades e compostos por quatro propriedades empíricas. A primeira dessas propriedades é o protesto ou desafio coletivo, que se caracterizam por contenções através de ação disruptiva direta contra grupos ou códigos culturais opositores. Essa ruptura é geralmente pública, mas também pode se dar por meio de resistência pessoal ou de afirmação coletiva de novos valores. Esses desafios coletivos costumam se distinguir por interromper ou tornar incerta as atividades de outros, particularmente em sistemas repressivos. Podem ser simbolizados por frases, vestimentas, músicas, etc<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> De acordo com os estudos de Tarrow (2009): “Mesmo nos estados democráticos liberais, as pessoas se identificam com movimentos através de palavras, formas de se vestir ou se apresentar e de comportamento privado que traduzem o seu propósito coletivo” (p.21).

Essa propriedade é a forma característica dos movimentos de interagir com outros atores. A segunda propriedade, o objetivo comum, consiste na organização de reivindicações comuns, são interesses e/ou valores coletivos ou justapostos que consistem na base das ações. Quanto a terceira propriedade, solidariedade e identidade coletiva, esta é o denominador mais comum de um movimento. Segundo o autor, o que irá traduzir o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento dos participantes quanto a seus interesses comuns<sup>80</sup>. Por fim, a quarta propriedade é a interação sustentada do confronto político, pois é apenas quando uma ação coletiva contra antagonistas é sustentada que tal episódio se torna um movimento social. Segundo Tarrow (2009), a sustentação da ação coletiva em interação com poderosos opositores diferencia os movimentos das formas iniciais de protesto.

Porém, como sustentar tal desafio frente a individualidade e o medo da repressão do Estado? Principalmente se pensarmos em eventos mais recentes, como os de 2013, em especial a atuação do MPL e do TZ, temos a emergência de uma maneira, fora do que era comum até então, de se ver, pensar e analisar os movimentos sociais, já que vários desses coletivos não se configuram como os movimentos tidos como tradicionais, a exemplo de não possuírem uma liderança central. A hipótese de Sidney Tarrow é que as mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas, o contexto sócio-político de cada situação, criam os incentivos para iniciar novos ou novas fases de confronto.

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social. Quando o confronto se espalha por toda uma sociedade, como as vezes acontece, vemos um ciclo de confrontos; quando tal ciclo é organizado em torno de soberanias opostas ou múltiplas, o resultado é uma revolução. [...] acima de tudo, acredito que os confrontos resultem do fluxo e refluxo da luta política. (TARROW, 2009, p. 27)

---

<sup>80</sup> Vale ressaltar brevemente que, segundo essa teoria, um tumulto ou uma multidão não se configuram como movimentos sociais, por que normalmente os participantes destes têm apenas uma solidariedade temporária, não podendo assim manter seus desafios contra os opositores. Essas formas de protesto, além das reuniões ou manifestações espontâneas, estão mais para uma indicação de que há um movimento em processo e/ou em formação, do que um movimento em si.

Onde as oportunidades se referem a recursos externos ao grupo contestante, geralmente ligadas a dinâmica do Estado, ao atendimento das necessidades sociais e a implantação de políticas públicas. As restrições se configuram enquanto fatores, tais como repressão, violência policial e outras barreiras para conter insurgentes<sup>81</sup>, que desencorajam o confronto. E por repertório entendemos o conhecimento acumulado de rotinas inscritas na história de uma sociedade ou movimento<sup>82</sup>. As formas de confronto podem ser herdadas, podem ser habituais, novas ou pouco conhecidas, podem ser solitárias ou parte de uma campanha; podem estar ligadas a temas inscritos na cultura daquela sociedade ou podem ser criados, contudo o mais comum são elementos convencionais com novos quadros de significação.

Um outro ponto fundamental em qualquer análise sobre movimentos sociais, e que este autor também trabalhará, é a relação destes com o estado. Essa importância se dá pelo fato de que constantemente os estados enquadram questões no intuito tanto de receber apoio para suas políticas, quanto para contestar os significados propostos pelos movimentos no espaço público. E nessa luta não é raro os movimentos ficarem em desvantagem frente aos estados e as elites, pois estes não apenas controlam os meios de repressão, mas possuem a sua disposição importantes instrumentos para a construção de significados<sup>83</sup>. Assim, a batalha entre esses dois polos, movimentos e estados, não ocorre apenas nas ruas, mas também no âmbito da significação.

Após esse breve percalço teórico, citamos Tarrow (1997), novamente, para uma breve definição final do que entendemos ser os movimentos sociais: “desafios colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidaridad en una interacción mantenida con las elites, los oponentes y las autoridades”. E citando Charles

---

<sup>81</sup> O exemplo mais atual que podemos citar é a chamada “Lei do Terrorismo”.

<sup>82</sup> Tarrow (2009) afirma: “Se, a curto prazo, as pessoas que desafiam as autoridades sofrem repressão, num prazo mais longo o novo repertório aumenta o poder das pessoas comuns para desafiar governantes forçando-os, por sua vez, a criarem maios de controle sociais mais sutis do que uma carga de cavalaria ou um ataque com tiros de canhão” (p. 65).

<sup>83</sup> A grande mídia brasileira é um ótimo exemplo, visto que, além dela ser controlada por poucas famílias da elite nacional, ela historicamente sempre se mostrou ligada a grupos políticos de direita, podendo desvirtuar dessa linha em algumas dadas ocasiões onde seus interesses pessoais são prejudicados. A opinião pública brasileira ainda tem como grande meio de comunicação influenciador a televisão. Com o desenvolvimento da internet esse contexto vem mudando e se complexificando, contudo não se deve enxergar a internet como um meio de comunicação totalmente livre, os mecanismos de controle também estão presentes nela, porém de forma diferentes e mais velada que nos outros meios de comunicação ditos tradicionais.

Tilly, ele ainda acrescenta que pensar a agitação popular como desordem é imprudente, já que quanto mais se examina o confronto mais ordem descobrimos. Uma ordem criada pelo enraizamento da ação coletiva nas rotinas e na organização da vida social cotidiana e por sua implicação em um processo contínuo de sinalização, negação e luta com outras partes cujos interesses são afetados pela ação coletiva.

O conflito deve ser visto como algo natural, inerente ao ser humano e ao processo democrático. Grande parte do pensamento crítico não tem espaço, mesmo se invocando a criatividade, a inovação e o saberes locais nas análises atuais. A democracia também é vista como uma ordem autofundada. Não se localiza grupos de interesses, conflitos, lutas por poder e, como já citado acima, elimina-se a dimensão política e cultural das práticas sociais da análise. Daí que esses aspectos são substituídos por configurações ideais, que por sua vez se tornam as diretrizes da maioria dos programas e projetos sociais oficiais. Para Gohn (2008), Pierre Bourdieu forneceu-nos bons argumentos para a crítica da supracitada abordagem ao destacar que as desigualdades são produzidas e reproduzidas e é a naturalização das relações sociais que permite se criar um imaginário social onde a pobreza é vista como falta de oportunidades e/ou fracasso pessoal e que a aquisição de novas práticas e hábitos seria a mola para alavancar processos de mudança.

## **2.2- Uma breve visão em âmbito mundial**

*“Life for you, has been less than kind / So take a number, stand in line  
[...].” – Trecho da música Survive, da banda Rise Against.*

Em uma breve trajetória histórica sobre o tema, fizemos um recorte e optamos por iniciar adentrando o século XX. Para isso, Gohn (2004) possui um volume extenso de produções referentes ao tema aqui abordado, contudo um dos pontos mais positivos de seu trabalho é a apresentação didaticamente prática que ela faz sobre os principais paradigmas das teorias dos movimentos sociais. Por isso, no presente tópico, utilizaremos vários de seus textos.

Para fins didáticos, muitos autores dividem esses principais paradigmas em três partes: paradigma norte-americano, paradigma europeu e o paradigma latino-americano. Mas tal divisão não significa algum tipo de desenvolvimento evolutivo, ou superioridade de uma parte sobre a outra. Ambos os paradigmas se desenvolveram do decorrer do século XX e ocorriam de forma simultânea. Na presente pesquisa seguiremos a ordem de

apresentação formulada por Gohn, assim começaremos apontando os principais pontos referentes à pesquisa norte-americana.

No que se refere as teorias clássicas das ações coletiva nessa linha de pensamento, temos como principal nome a Escola de Chicago e seu interacionismo, onde os movimentos sociais são vistos como reações psicológicas frente as estruturas de privação socioeconômicas. Outra das teorias clássicas usada nesse paradigma é o da sociedade de massa, assim como a teoria sociopolítica, a do comportamento coletivo visto de uma ótica funcionalista, como nos trabalhos de Parsons e Turner. Temos também aqueles estudos que abordam os movimentos sociais por um viés organizacional-comportamentalista.

Se por um lado temos essa abordagem convencionalmente chamada de “clássica”, por outro lado, temos as chamadas “teorias contemporâneas” dentro dos paradigmas norte-americanos. Nessa perspectiva, a teoria mais visibilizada é a da mobilização de recursos e suas causas, a exemplo dos trabalhos de Olson. Outra abordagem importante do paradigma norte-americano é a perspectiva histórica trazida pelos escritos de Charles Tilly, com suas sequências históricas e sua análise dos recursos comunais. No que se trata dos estudos dos movimentos sociais na era da globalização, o paradigma norte-americano manteve seu foco na teoria da mobilização de recursos, mas reformulou-a dando maior ênfase no processo político e redescobrimo o peso da cultura e da psicologia social, assim como de conceitos tais como os “frames” utilizado pelo interacionismo simbólico.

Vale ressaltar que a teoria da mobilização de recursos desenvolveu um debate importante com o paradigma europeu dos chamados “novos movimentos sociais”. Tais paradigmas europeus constituem a segunda parte da divisão feita por Gohn (2004) e é dela que trataremos a seguir. De forma sintética, segundo a autora:

Podemos distinguir dois grandes deles [paradigmas] na Europa depois de 1960, agrupados em duas grandes linhas de abordagens, a saber: a neomarxista e a culturalista-acionalista, que se consagrou como a dos Novos Movimentos Sociais. Na corrente neomarxista temos as teorias dos historiadores ingleses Hobsbawm, Rude e Thompson, e a teoria histórico-estrutural representada pelos trabalhos de Castells, Borja, Lojkine, nos anos 70 e 80. (GOHN, p. 119, 2004)

No que se refere a corrente dos Novos Movimentos Sociais, essa foi construída a partir da crítica à abordagem marxista e promoveu um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano. Essa perspectiva possui três linhas que se sobressaem: a

histórico-política, a psicossocial e a acionista, com Touraine.

Mas, enquanto no paradigma neomarxista fez-se uma revisão da teoria marxista sem romper totalmente com postulados básicos, na teoria dos movimentos sociais se propôs ambígua, algumas, como em Melucci, partindo de premissas bastante diferentes do marxismo, outras romperam na forma de abordagens, algumas mantiveram o trabalho com macroestruturas societárias e outras questionam a própria validade de prognósticos marxistas defendendo a necessidade de atualizá-los em decorrência das transformações históricas, tais como a ascensão do neoliberalismo, a emergência de ONGs, o fim do “Estado de bem-estar social” (para aqueles países que o adotaram), diversas mudanças culturais, etc.

Esses movimentos continuam nos anos 1990 e novos sujeitos também emergem, como o terceiro setor. Muitos teóricos destacam esse deslocamento da questão classista (movimentos tidos como tradicionais) para a questão da identidade como sendo uma das principais características desses novos movimentos. Se junta a isso o fato de, a partir das últimas décadas do século XX, o mundo começou a passar por um intenso processo de globalização, marcado em grande parte pelo desenvolvimento de novos meios de comunicação que eliminaram as fronteiras espaço-tempo e favoreceu o desenvolvimento de um mercado capitalista global.

Ambas as linhas influenciaram vários trabalhos na América Latina, assim como teorias de caráter mais crítico. Contudo, a conjuntura latino-americana é diferente da europeia e da norte-americana. Como por exemplo, temos a importante atuação da Teologia da Libertação em diversos movimentos sociais, e isso não pode ser deixado de lado quando se olha para a produção de conhecimento realizada nessa região.

Para além dos novos movimentos sociais, vale mencionar também, como já feito brevemente no capítulo um e como será novamente retomado no próximo capítulo, há os chamados Movimentos Transnacionais, que abrangem muitos desses novos movimentos e também influenciaram as pesquisas na América Latina, principalmente após a emergência do movimento zapatista no México, tido como um dos movimentos pioneiros no uso e divulgação de informações locais via internet.

No que se refere a dimensão transnacional do confronto político, onde a ação coletiva contemporânea se difunde mais rapidamente do que nos movimentos do século XIX devido a sua associação com a internacionalização da economia mundial e o desenvolvimento dos transportes e das novas tecnologias de comunicação, voltamos

novamente à Tarrow (2009). A transnacionalização do capital não corroeu as fronteiras dos estados-nação, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo em que promoveu a ascensão de instituições a nível internacional, como no caso da ONU, também surgiram movimentos de cunho nacionalista, protecionistas, étnicos, etc. Como afirma João Bernardo (1991), a pluralidade de fronteiras é um fator de dispersão e é precisamente essa ausência de coesão que importa ao capital transnacional, para tecer as redes que unem os estabelecimentos nos vários países e articular, em cada um deles, os polos de desenvolvimento e a manutenção de vastas áreas estagnadas.

A comunicação e as novas tecnologias, cada vez mais rápidas e interligadas, assim como também o transporte de pessoas e mercadorias, estão criando um número cada vez maior de movimentos transnacionais. Mas esse aspecto é um fenômeno antigo, como Tarrow (2009) irá retomar, já no século XIX em diversos casos de revoluções, como a de 1848, essas reverberaram em outros países. A exemplo de quando a Segunda Internacional serviu para cristalizar os laços frouxos que ligavam o movimento da classe trabalhadora por toda Europa.

[...] a história não ensina apenas que o confronto transnacional não é algo de novo sob o sol; ela mostra que ele assume formas variadas e se integra de modo diferente no interior de sociedades domésticas, exigindo conjunturas especiais de incentivos e de oportunidades para ser preparado e transmitir novas normas e identidades. Antes de concluir que o mundo está se tornando rapidamente uma sociedade civil global, deveríamos examinar essas formas e níveis de integração e perguntar para onde estão levando e quais delas têm mais probabilidades de produzir novas formas e identidades. Duas observações extraídas desses breves exemplos históricos podem ajudar a decifrar os diferentes aspectos da política transnacional no mundo de hoje. Primeiro, muitos dos fenômenos que devem ter parecido estruturalmente transnacionais em sua época passaram a ser parte de processos que terminam quando mudaram as condições políticas. Segundo, muitos dos exemplos de confronto transnacional não tinham bases sólidas em redes sociais domésticas. (TARROW, 2009, p. 231)

Assim, teremos uma definição de movimentos transnacionais que diz que estes são interações contenciosas contra opositores, nacionais ou não, através de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais. O autor cita como exemplos, os movimentos pela paz nos anos de 1980 e os fundamentalismos religiosos. Isso nos leva de encontro a diversas associações não-governamentais, composta por cidadãos ligados em torno de questões ambientalistas, de direitos humanos, etc. Muitas vezes essas associações são assimiladas aos movimentos transnacionais, o que configura um erro. Segundo Tarrow (2009), é melhor classifica-las como sendo “redes

transnacionais de ativismo”, que são atores relevantes, trabalhando internacionalmente por uma causa e que estão ligados por valores compartilhados, discurso comum e densas trocas de informação e serviços. Elas são basicamente comunicativas em conteúdo, mobilizando isto para ganhar poder sobre organizações e governos e se beneficiam do suporte financeiro em outras instituições.

Mas, se os movimentos sociais transnacionais são importantes, as redes de ativismo transnacional também o são. Embora elas sejam analiticamente distintas dos movimentos, elas são uma força poderosa para promover mudanças e isso se deve, segundo os estudos do autor acima citado, por três razões: muitas delas são biográfica e /ou tematicamente devedores de movimentos sociais; é uma alternativa segura para milhões de pessoas, em relação aos movimentos sociais, em lugares onde há condições subdemocráticas ou de regimes com tendências ao autoritarismo; e, por fim, seu papel mais importante pode ser definido com o de fornecedor de mecanismos para a difusão de quadros interpretativos de ação coletiva para atores em contextos domésticos com poucos recursos, podendo assim ajuda-los a construir até mesmo seus próprios movimentos sociais.

Como um exemplo dessa difusão de quadros de ação, podemos citar a tática do Black Bloc<sup>84</sup>, que com o tempo e a facilidade na proliferação de informações e troca de experiências, independente da distância entre os ativistas, etc., acabou se tornando uma prática amplamente utilizada em diversos movimentos, como a Frente de Luta em Goiânia, principalmente em atos onde ocorrem confrontos com a polícia. No entanto, os movimentos sociais transnacionais, suas características e funções não são o foco desse trabalho, até por que nosso objeto de estudo, o TZ – Goiânia, não é um movimento desse tipo. Sendo assim, não nos prolongaremos mais neste ponto, pois este além de já ter sido trabalho por diversos autores e linhas teóricas, não é o foco deste estudo.

### **2.3- Os movimentos sociais na América Latina e Brasil**

*“E não acredite nisso, não, tudo muda e com toda razão / Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco/Sem parentes importantes e vindo do interior [...]” – Trecho da música Apenas um rapaz latino-americano de Belchior.*

---

<sup>84</sup> Para uma análise mais detalhada do assunto, consultar Dupuis-Déri (2014).

A presente pesquisa não pretende apresentar aprofundada discussão referente a produção teórica desenvolvida sobre o tema dos movimentos sociais, principalmente a ocorrida da segunda metade do século XX para cá. Sendo assim, citaremos os principais pontos dos estudos referente aos movimentos sociais da conjuntura latino-americana e brasileira e, por fim, trataremos de forma mais detalhada o que convencionou-se chamar de “movimentos sociais urbanos”.

Muito mais que abordar a questão do trabalho a obra de Ricardo Antunes (2011), *O continente do labor*, fala sobre a intrínseca relação entre trabalho-Estado-neoliberalismo-lutas sociais e seus reflexos aqui no continente. Aborda as contradições acumuladas entre a força de trabalho e as forças produtivas, entre o sistema produtivo e o sistema financeiro em um território desertificado pelo horizonte neoliberal.

O primeiro ponto que deve ser destacado é o diferencial latino-americano frente as sociedades capitalistas europeias e norte-americana. Nossas sociedades, antigas colônias das metrópoles europeias, se desenvolveram sob o signo da subordinação e, em paralelo e como reflexo disso, historicamente mantiveram uma postura de recusa a curvar-se perante o centro capitalista, sendo muitas vezes vista como um símbolo de resistência as opressões.

Contudo, rupturas e mudanças profundas que transformam a base estrutural dessas sociedades não são comuns, optando-se geralmente pela dependência e pelo subdesenvolvimento como forma de integração global. Sobre isso, Antunes afirma (2011):

Esse traço é marcante em quase toda a América Latina de origem senhorial e colonial, que conformou a especificidade da nossa (do Brasil e de outros países do continente, à exceção dos Estados Unidos) revolução burguesa sem revolução. Países que vivenciaram uma via não clássica de constituição do capitalismo, cujos traços peculiares nos distinguiram das revoluções ocorridas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, além dos casos tardios, como a Alemanha, a Itália, o Japão etc. (ANTUNES, 2011, p. 62)

Há uma subordinação estrutural da América Latina ao imperialismo, assim o dilema é: ou realizar uma revolução dentro da ordem, em uma reforma capitalista visando superar a dependência e a subordinação; ou uma revolução contra a ordem, porém essa opção é cogitada apenas na impossibilidade de se realizar a primeira.

Mas o próprio Antunes (2011), relembra nas ideias de Florestan Fernandes que tal revolução dentro da ordem é travada pela classe dominante, temerosa de que massas

despossuídas consigam tornar viável a revolução contra a ordem. O que se percebe bastante condizente, o autor acrescenta, na situação da América Latina, onde a sociedade de classes está, na realidade, repetindo o ciclo explosivo de origem estruturais que levou a já conhecidas revoluções.

Mas o nosso corte histórico-temporal faz com que nos debrucemos apenas em uma época mais recente, mais especificamente em fins do século XX, com a ascensão do neoliberalismo. Como esse tema já foi abordado anteriormente, apenas trabalharemos sua relação com diversas lutas sociais ocorridas no continente latino-americano. A crise dos anos de 1970 enfraqueceu os regimes militares e estes foram praticamente forçados a abrirem sua economia (queda da participação do Estado). Os ajustes neoliberais visavam extinguir a dívida externa e reintegrar os países a economia mundial. Contudo, a subordinação dessas economias aos países do chamado Primeiro Mundo permaneceu e com a desertificação neoliberal, a reestruturação produtiva e a desorganização do trabalho, resultante das medidas obrigatoriamente implantadas, houve também uma significativa ampliação da classe trabalhadora, principalmente no mercado informal.

Foi nessa contextualidade que se desenvolveu a reestruturação produtiva na América Latina, com profundas consequências para o mundo do trabalho dos países que compõem o continente. A aplicação do receituário neoliberal, baseado no Consenso de Washington, simultaneamente à reorganização da produção, trouxe uma significativa redução do parque produtivo industrial, como foi o caso exemplar da Argentina. O quadro se definiu com a agressiva política de privatização do setor produtivo estatal, como siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, setor bancário, entre outros, aprofundando ainda mais a subordinação do continente latino-americano aos interesses financeiros hegemônicos, especialmente aqueles sediados nos Estados Unidos. [...] todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011, p. 39)

Junte-se a isso o processo de desenvolvimento tecnológico e informacional das últimas décadas. Assim, surgiram várias centrais sindicais e movimentos, tais como os *Piqueteros*, na Argentina e os *Zapatistas*<sup>85</sup>, no México, repudiando tal modelo com

---

<sup>85</sup> Para um estudo mais detalhado, ver o texto “Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios em América Latina” de Mariistella Svampa (disponível em: [https://kobra.bibliothek.uni-kassel.de/bitstream/urn:nbn:de:hebis:34-2010110334865/1/OWP\\_Working\\_Paper\\_2010\\_01.pdf](https://kobra.bibliothek.uni-kassel.de/bitstream/urn:nbn:de:hebis:34-2010110334865/1/OWP_Working_Paper_2010_01.pdf)) e a dissertação de mestrado, em Ciências Sociais na UNESP, de Diego Marques P. dos Anjos, intitulada “Votán-Zapata contra a Besta-fera: escritos do EZLN contra o capitalismo no México” (disponível em:

diversas modalidades de enfrentamento<sup>86</sup>. A América Latina apresenta uma conjuntura social e política bastante diversificada da que é encontrada em países centrais do capitalismo mundial, o que resultou, por exemplo, na radicalização do processo democrático e no surgimento de movimentos étnicos e movimentos nacionalistas. Todos esses movimentos têm enorme significado para a resistência e a luta dos povos desse continente contra a mundialização dos capitais e sua lógica destrutiva.

Contudo, quando se propõem pensar os movimentos sociais na América Latina, o principal erro cometido é a importação de teorias europeias e/ou do Norte, desconsiderando a conjuntura específica do continente, marcada pelo autoritarismo e por um processo de industrialização diferente do ocorrido em países ditos desenvolvidos, uma industrialização excludente. Tais temas foram comuns nas pesquisas dos anos de 1960 e início dos 70.

A elaboração destes temas marcou a contribuição intelectual latino-americana nesta época e colocou como problema as especificidades do processo de industrialização dos países em desenvolvimento. Entretanto, as inovações que estas teorias inegavelmente trouxeram terminaram por se esgotar na constante reformulação das mesmas questões. (CARDOSO, 1987, p.1)

Também em termos metodológicos, a desilusão com os esquemas globalizantes influenciou fortemente a forma de se ver os movimentos<sup>87</sup>. Segundo a autora supracitada, a capacidade de construir identidades políticas com novos autores e uma autonomia frente ao sistema político representativo são duas atribuições constituintes do conceito de movimento social. Entretanto, ela ressalta que em um grande número de pesquisas sobre esses novos atores, representados principalmente pelos chamados Novos Movimentos Sociais, e os quais abordaremos melhor mais adiante, não questionam as inter-relações entre esses dois campos.

No que concerne o campo do sistema representativo, nós acrescentamos que no grande volume bibliográfico pesquisado para realização deste estudo, não encontramos (no que

---

[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/anjos\\_dmp\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/anjos_dmp_me_mar.pdf).

<sup>86</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, com pesquisas de autores latino-americanos contemporâneos, indicamos, entre outros, o livro *“Prefigurar lo político: disputas contrahegemónicas em América latina”*, coordenado por Paula Camara, Armando Chaguaceda, Blanca Fernández, Florencia Puente e organizado pela CLACSO.

<sup>87</sup> Segundo Cardoso (1987), nesse período as revisões do marxismo estavam despertando um grande interesse, consumia-se fortemente Althusser e as releituras de Gramsci, procurando compatibilizar o marxismo com as ilusões e, posteriormente, com as desilusões de 1968.

diz respeito ao mainstream da sociologia política) perspectivas que levem os movimentos para além do âmbito do Estado. Tudo parece ter fim quando uma demanda é atendida, em uma espécie de “meio” para se chegar a um “fim”. Simplifica-se a solução dos problemas sociais, optando por reformismos<sup>88</sup> e uma vez atingida uma demanda para a qual um grupo se mobilizou, ele se dissipa. Tal fenômeno se insere em desdobramentos da realidade cotidiana advindos da época neoliberal, da servidão financeira, do capitalismo transnacional, das ideias pós-modernas, das “revoluções passivas” e do reformismo que levaram, entre outras coisas, a falência da esquerda. Paralelo a isso, os ideólogos e intelectuais do neoliberalismo procuram apresentar-se como defensores de uma “terceira via” entre o liberalismo puro e a social-democracia “estatista”, ou seja, como representantes de uma posição essencialmente ligadas às exigências da modernidade e, conseqüentemente, do progresso, fazendo da “reforma” sua bandeira. Breno Bringel e Enara Echart (2008), afirmam que apesar do avanço no debate sobre os limites da democracia representativa, a crise dos partidos políticos e a emergência de novos atores sociais e de formas de contestação política, a maioria das abordagens continua circunscrita em dimensões específicas, havendo uma disputa incessante entre uma definição substancial e uma definição procedimental.

Por “Estado”, visto que partimos de uma visão teórica marxista, nas sociedades divididas em classe, consiste na organização dessa dominação de classe (GARCIA, 2010; COUTINHO, 2010), ou seja, o Estado se torna a unidade política da classe dominante. Assim, como afirma Garcia (2010), as classes subalternas apresentam demandas à classe dominante, que via Estado intervém. Mas não para representar o interesse de outras classes, e sim para dar continuidade a sua necessidade de legitimação e a sua própria manutenção, seja por meio de concessões aos trabalhadores ou por coerção. Segundo essa autora, no caso brasileiro, mesmo com a ascensão a presidência de um governo dito social-democrata, esse Estado não abandonou seu caráter repressivo, mas agarrou-se às vantagens e facilidades do consenso.

Os estudos sobre movimentos sociais, apontam o estado como o foco ao qual esses movimentos direcionam suas reivindicações, na medida em que cabe a ele, como mencionado anteriormente, de prover as necessidades materiais básicas da sociedade.

---

<sup>88</sup> Para uma discussão mais aprofundada do termo, ver: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1928/12/02.htm> .

De acordo com Miranda (2011), os movimentos sociais, sobretudo os que têm surgido na América Latina no final do século XX e início do século XXI, apontam para o estado como a antítese das aspirações populares, evidenciando seu caráter de classe. Assim os movimentos deveriam ter autonomia frente ao estado para representar, de forma isenta e independente, sua base social.

Mas não é isso que de fato muitas vezes ocorre. Desde meados da década de 1980 com o processo de redemocratização e ascensão do neoliberalismo em todo o mundo, essa relação se modificou, passando muitas dessas lutas a serem institucionalizadas, ou seja, de uma posição de reivindicação para uma de administração da sua relação com órgão e entidades do governo.

Muitos dirigentes passaram a fazer parte da estrutura do Estado e a funcionar como anteparos às lutas populares, em um fenômeno de “conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular”, como afirma Miranda (2011), onde muitos movimentos e dirigentes passaram a ter outra concepção política ou foram cooptados pela máquina burocrática estatal, constituindo uma estratégia política no capitalismo contemporâneo de apassivamento das lutas sociais. Segundo Coutinho (2010), as chamadas participações populares por meio de conselhos foi uma dessas formas. Cabe salientar que com isso grande parte dos movimentos passaram a uma postura mais sistêmica, sem pautas de contestação antisistêmica, entrando em uma fase de conciliação e parcerias, onde as ONGs terão papel de destaque.

Entretanto, como nos alerta Harvey (2012), devemos lembrar que as organizações não governamentais (ONGs) e as organizações do terceiro setor (OTSs) também se desenvolveram e se proliferaram notavelmente sobre o neoliberalismo, gerando a crença de que a oposição mobilizada fora do aparato de Estado e no interior de entidades da sociedade civil é a força motora da política oposicional e de transformação social. Essas instituições, em muitos casos, preenchem o vácuo de benefícios sociais deixado pelo estado com sua minimização frente as políticas neoliberais<sup>89</sup>, ou seja, é uma espécie de privatização via ONGs, salienta Harvey (2012). As ONGs são “cavalos de Troia do neoliberalismo global” e não são organizações inerentemente democráticas, tendem a ser elitistas e não costumam prestar contas, por mais progressistas ou bem-

---

<sup>89</sup> Segundo Harvey (2012), em alguns casos as ONGs ajudaram no afastamento ainda maior do estado frente a benefícios sociais.

intencionadas. Gohn (2008), também defende uma posição semelhante, onde para ela a lógica das ONGs é reformista, visando apenas a obtenção de uma dada política pública<sup>90</sup>.

A promessa neoliberal de corte nos gastos públicos não se realizou conforme o esperado, ao contrário, os gastos sociais muitas vezes aumentaram devido ao desemprego. As políticas sociais sofreram cortes e foram desmontadas, assim como muitos sindicatos e partidos, mas os gastos não diminuíram (MARICATO, 2007). O Estado não se tornou mínimo como prometia a receita neoliberal, ele simplesmente mudou e adquiriu, frente a necessidade de suprir demandas populares, uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si.

[...]nunca a esfera da política esteve tão cheia e, ao mesmo tempo, tão vazia. Do Banco Mundial, passando pela Banco Itaú e um número incontável de ONGs, a participação democrática está em todas as agendas envolvendo, de preferência, também os pobres da periferia. No World Urban Fórum, que teve lugar em Vancouver, em 2006, a representante do Banco Mundial foi uma das mais fervorosas defensoras da participação democrática em uma mesa redonda denominada Poverty Alliviation and Participation. Certamente, a diretora do Bird se referia à participação dos moradores na busca de soluções para aplicar de forma eficiente, e sem corrupção, os parcos recursos destinados a melhorar a rua, a casa ou o bairro, local de moradia da comunidade. Não passava pela sua cabeça incentivar a participação dos pobres urbanos no debate sobre a gigantesca transferência de recursos públicos para a esfera financeira por meio do pagamento de juros da dívida pública [...]. É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento, habitação etc, mas, aparentemente, nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo. (MARICATO, 2007, P. s/n)

Nas palavras de Veloso (2015), há uma confluência perversa entre o projeto participativo democratizante e o projeto neoliberal, que deveria consubstanciar um efetivo processo de alargamento da democracia, com uma crescente participação da sociedade civil no que se refere a deliberação e tomadas de decisões, resultou na radical conversão e redução do significado político crucial da participação à gestão. Daí a

---

<sup>90</sup> Outro intelectual que trabalhou e teceu diversas críticas as ONGs foi James Petras. Alguns de seus escritos sobre o tema podem ser encontrados em: <http://www.revistateina.es/teina/web/teina11/dos4.htm> ; <http://www.nodo50.org/pchiapas/varios/documentos/petras-ong.htm> ; [http://www.lahaine.org/b2-img13/petras\\_ongs.pdf](http://www.lahaine.org/b2-img13/petras_ongs.pdf) .

ocorrência de cidadãos engajando-se politicamente fora dos restritos e excludentes meios institucionalizados. Partindo dessa ideia, a autora nos apresenta um instrutivo exemplo olhando para a cena sócio-política do Brasil em 2013, onde é possível supor que sem os protestos contra o aumento da tarifa do transporte coletivo e adoção do passe livre, as decisões políticas em favor de tais demandas não teriam sido tomadas naquele momento.

Donatella Della Porta (*apud* Veloso, 2015), afirma que ações coletivas, tais como os protestos, são um meio indireto de influenciar tomadas de decisões, se caracterizam como um canal de expressão e mobilização política, mensagens dirigidas a adversários, ferramenta importante para diversos atores, principalmente movimentos sociais, para atrair a atenção ou intimidar, fazer com que suas reivindicações sejam vistas e ouvidas, impactando assim a arena política e ajudando na criação de novas arenas que tenham maior visibilidade que as esferas institucionais de tomada de decisão.

Mas não devemos deixar de lado dois pontos importantes nessa relação. Os movimentos sociais, e quanto maior pressão exercem sob aqueles que estão no poder, são importantes na configuração de políticas públicas, no entanto tais políticas se configuram como reformas dentro do sistema capitalista vigente. Enquanto reformas elas podem ser pensadas com base nos estudos de Rosa Luxemburgo, e é esse o primeiro ponto a ser destacado aqui, onde as reformas, hora ou outra, acabam por se chocar com os limites dos interesses do capital (LUXEMBURGO, 1986). E mais, segundo a autora, as reformas e mobilizações com tal intuito podem até servir como instrumento para o desenvolvimento da consciência revolucionária da classe proletária, para ampliação dos direitos e para melhorar a prática organizacional dos grupos que lutam por essas melhorias, porém, na mesma medida, elas demonstram que se não houverem transformações radicais nas relações de poder, tais reformas acabam apenas aprimorando os mecanismos de exploração. Políticas públicas enquanto mecanismo de reforma para algum aspecto deficiente na vida em sociedade têm seu peso e importância, mas elas não devem ser vistas com um horizonte último. Ou seja, não se trata de ignorar a luta por espaços institucionais por via eleitoral ou qualquer outra via, mas de dar a ela a devida dimensão no processo de construção de um outro mundo marcado por outras relações sociais (MARICATO, 2007).

O outro ponto a ser lembrado é que, como mencionado antes, a formulação de políticas públicas advindas do clamor popular serve em grande medida para o apaziguamento de contestações advindas da classe trabalhadora em direção das elites dominantes, mas movimentos sociais e suas pautas também podem servir a interesses particulares em contextos de disputa e jogo eleitoral. Em períodos eleitorais, candidatos visa apoio popular, consenso, maior número de votos, buscam em última instância se eleger. A frequência na ocorrência de protestos, suas pautas e a atuação de variados movimentos funcionam, entre outros mecanismos eleitorais, como termômetro de demandas da população e isso, por sua vez, se torna promessa de campanha, tema de debates entre candidatos, etc. Exemplo disso tivemos em Goiás, nas eleições de 2014, onde a questão dos subsídios para o transporte coletivo e o passe livre estudantil se configuraram como promessa na campanha do candidato Marconi Perillo. Por diversos fatores, e para além das manifestações ocorridas em Goiânia no ano anterior, que influenciaram o contexto político do período, o candidato citado acabou sendo eleito. Não se promoveu políticas públicas realmente efetivas para o transporte coletivo da capital e região-metropolitana, tendo cumprido apenas parcialmente tais promessa de campanha, o que gerou novas mobilizações populares de protesto no ano seguinte.

Já quanto ao campo da noção de identidade, esta se tornou o fio condutor do conhecimento produzido, isso reforçou a tendência de se classificar, de se separar, o “tradicional” e o “novo” dentro da lógica da ação coletiva. Isso, muitas vezes, atrapalhou a capacidade analítica e foi confundida ou tomada como uma opção ideológica.

Revestida de um caráter moral, a participação tornou-se sinônimo de convivência igualitária e de contestação. Desde os movimentos libertários dos anos 60 (feminismo, anti-racismo, pacifismo, etc.) que este significado ganhava espaço. Mas, é preciso não esquecer que a noção de participação se aplica ao conjunto de formas de manifestação da sociedade frente ao Estado. As ações reivindicativas dos grupos populares se colocam ao lado de outras formas de organizar interesses que permanecem e cumprem funções diferentes. (CARDOSO, 1987, p. 3)

Obteve-se então uma redução do campo de investigação, que passa a debruçar seu olhar apenas sobre os grupos reivindicativos, levando o pesquisador a tomar o discurso elaborado pelos movimentos como a descrição de suas ações. Poucos trabalhos descrevem os conflitos ou debates existentes para definir suas táticas e ações, ou ainda,

que partam as ações para definir um movimento, se ela contradiz ou não seu discurso, etc<sup>91</sup>.

Segundo Cardoso (1987), os autores da região, não se atentaram, em muitos casos, a uma análise mais cuidadosa das modificações das relações entre o Estado e a sociedade. Da perda de ênfase dos movimentos operários, onde o trabalho era a categoria central, ao foco nos chamados Novos Movimentos Sociais, período que comporta da década de 1960 para cá, os novos conceitos adotados nas análises foram, e Gohn (2008) já apontava isso, simplesmente transplantados sem maiores críticas e o processo das decisões em nível estatal foi apresentado como resultado da oligopolização, como assimilado ao centralismo autoritário e repressivo. Reconhecer os impasses, as dinâmicas e as especificidades de cada luta é o melhor caminho para explicar, os discursos e os próprios movimentos.

Outra autora que se dedica aos movimentos sociais é Camille Goirand (2009), da Universidade de Lille, na França. Assim, como grande parte dos autores, o foco nos movimentos sociais dado pela sociologia emerge a partir da década de 1960, como em todo mundo ocidental, em grande medida devido a “novidade” dos “novos movimentos sociais”. No contexto latino-americano, ao fim da década de 1970 e início da de 1980, emergiu a participação de oposição aos regimes autoritários, com grande influência e ajuda da igreja Católica e sua Teologia da Libertação, fomentando e apoiando mobilizações e afirmando a dignidade dos pobres.

Essa lógica da “novidade” desse tipo de ação se dá pelo afastamento de sindicatos e partidos, pela construção de redes transnacionais com o uso das novas tecnologias de comunicação e por pautas que exigem o reconhecimento de direitos. De acordo com Goirand (2009), a comum aspiração à mudança social e política em nada distingue esses movimentos dos movimentos dito clássicos ou antigos, como no caso do movimento operário. A associação entre essa aspiração a mudança e uma estrutura organizacional frouxa, fluida e fragmentada consiste no diferencial entre os dois movimentos. O estudo

---

<sup>91</sup> Discursos que, por exemplo, exaltam a igualdade nem sempre realmente existem, principalmente se formos pensar em questão de raça ou de gênero (ou os dois, para complexificar mais ainda). Discursos como esses são constantemente usados por militantes, usados para acentuar a tomada de consciência mediante a práxis e na homogeneidade de interesses. Discursos assim valorizam as ações coletivas e o espírito igualitário, revolucionário, etc. Contudo, é bastante comum ele permanecer apenas do campo do dizer, o que afeta tanto o movimento em si, como seus horizontes objetivados e as análises que possam haver sobre. Por isso é de suma importância para o pesquisador se atentar a isso.

dos novos movimentos sociais preza pela ausência de um envolvimento de classe claramente definido assim como uma estrutura ideológica unificada no interior desses grupos<sup>92</sup>.

No continente, a década de 1970 foi marcada pela contestação dos regimes autoritário em um contexto de desigualdades sociais crescentes e crise econômica em grande amplitude. Mas a recomposição das esquerdas e dos sistemas partidários abriu para essas expressões um espaço político que não existia e, posteriormente, embasou o processo de redemocratização. As análises desse período proporcionaram um intenso debate entre as teorias americanas e europeias, mas em ambos os casos houve uma tendência em generalizar os questionamentos em torno das estratégias e racionalidade dos atores, a mobilização de recursos e a estrutura organizacional dos movimentos pesquisados.

Entre os anos de 1980 e 1990, a atenção voltou-se para a questão dos valores e das demandas de mudança social, para o sentido dado as mobilizações e para as sociedades e democracias em construção. Assim, a abordagem pelos novos movimentos sociais se mostrou dominante no continente, a sociologia política latino-americana estruturou o seu olhar, em grande medida, sobre tais questionamentos. Promovendo uma importação de teorias.

Entre 1970 e 1990, Goirand (2009) afirma que um aspecto particular desse continente teve bastante importância nos movimentos, o “basismo”. Aqui, frequentemente a expressão “movimento popular” é preferível a expressão “novos movimentos sociais”, designando organizações operários, de classe média, camponesas e de moradores de bairros de periferia, tudo ao mesmo tempo. Como já mencionado anteriormente, o universo dos movimentos sociais, por sua amplitude e complexidade, possui como uma de suas principais dificuldades metodológicas a própria definição do termo, variando de autor para autor ou da corrente teórica utilizada na pesquisa. No âmbito dos “novos movimentos sociais” não é diferente, alguns autores querem distinguir os movimentos a partir da ideia de “novo” se referindo, assim, aos movimentos sociais “clássicos” como coisa do passado. Barrett (1996), afirma que para autores como Laclau e Mouffe a expressão “novos movimentos sociais” é insatisfatória, no plano mais elementar, por

---

<sup>92</sup> Fator claramente visto nas pesquisas referentes a grupos como a Frente de Luta Pelo Transporte, atuante em Goiânia nas mobilizações de 2013.

codificar sua própria marginalidade histórica, visto que são “novos”, justamente, por serem movimentos não classistas, segundo essa visão, e essa referência à classe continuará a existir enquanto se usar esse estilo de denominação. Aquilo a que se está fazendo referência é o fenômeno dos novos antagonismos que vêm sendo articulados, com respeito a relações sociais cada vez mais numerosas.

Por um outro lado, para autores como Melucci (1999), as transformações sociais advindas da globalização e do avanço das novas tecnologias promoveram uma transição e uma rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade, gerando uma disputa fútil. Segundo essa visão, fenômenos contemporâneos em sua unidade empírica são constituídos por uma diversidade de elementos e, a menos que estes últimos sejam identificados, é inútil comparar as formas de ação que pertencem a diferentes períodos históricos. Contudo, como a presente pesquisa optou por uma metodologia de cunho marxista, enxergamos sim nos movimentos, além da sua capacidade de transformação social, a presença do aspecto de classe. Suas dinâmicas e composições não são como as do movimento operário, mas o fator classista não desapareceu, até por que ele se mantém presente nas sociedades. Mas, após esse breve parêntese sobre questões de nomenclatura, voltemos a apresentação histórica dos movimentos na América Latina e na questão do basismo.

Esse fenômeno se inscreveu aqui em um duplo processo. Primeiramente, com a liberalização dos sistemas políticos a partir do fim da década de 1970 possibilitando a expressão de demandas. Em toda parte, com esses processos de abertura institucional veio acompanhado de mobilizações populares de massa. Um exemplo foi no caso da América Central com as “transições insurgentes”, onde as mudanças institucionais foram acompanhadas de fortíssimas mobilizações e conflitos armados prolongados (GOIRAND, 2009). Em segundo, paralelamente à multiplicação dos novos movimentos sociais, desenrolaram-se mobilizações de rua de alcance nacional e diretamente ligadas à mudança política e as exigências de democratização das instituições políticas, como as “Diretas Já”, no Brasil.

Com a emergência do neoliberalismo, ao fim dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, em todo o continente, os movimentos de contestação se organizaram nos meios populares, em diferentes setores, como creches associativas, sopas populares, acesso a tratamentos médicos, por terras urbanas, reconhecimento indígena, o MST, etc. E os da

classe média, deram ênfase aos direitos humanos, como a campanha “Tortura nunca mais!”, o movimento feminista priorizando o direito a reprodução e a igualdade política, movimento de denúncia contra fraude eleitoral no México, etc.

[...] a conjugação da liberalização progressiva de uma parte dos regimes autoritários, do esgotamento das ideologias e dos grupos revolucionários que defendiam a luta armada, assim como da crise econômica brutal da década de 1980 explica que as mobilizações tenham inaugurado novas formas de organização, ao mesmo tempo em que apresentavam uma forte heterogeneidade. A partir de 1980, essas transformações traduziram-se inicialmente na fragilização e logo no dismantelamento dos corporativismos de Estado, que por muito tempo haviam representado instrumentos de enquadramento das mobilizações nas mãos dos regimes nacional-populares. Com a fragmentação da paisagem sindical [...], a centralidade do trabalho organizado como ator político na América Latina foi minada[...]. Paralelamente, as associações de solidariedade e ajuda mútua, tanto microlocais quanto nacionais, tornaram-se canais importantes de participação social e políticas para as classes médias e populares [...]. (GOIRAND, 2009, p. 329-330)

Assim, a coexistência de repertórios de ação coletiva diferentes e as formas assumidas pela contestação, dependeram, neste período, do nível de industrialização, da estrutura sindical e das desigualdades sociais. Assim como, também, o grau de abertura política de cada país do nosso continente. Destaca-se também que a politização das reivindicações variou, e até hoje varia, de acordo com a posição social ocupada pelos grupos, ou seja, nessa época as classes médias e altas tinham reivindicações institucionais e de exigência de democratização política, ao passo que as classes mais baixas, davam prioridade a questões de cunho econômico e de condições de vida. Em meados dos anos de 1990, houve uma queda de intensidade das mobilizações e os limites de suas conquistas ficavam cada vez mais visíveis. A instauração de governos de tendências conservadoras não se apoiou em uma democratização profunda de tais sociedades, que na verdade se tornavam cada vez mais violentas e desiguais. Com isso, uma vez que as demandas materiais eram atendidas, muitas das organizações locais surgidas na década anterior perderam, em muitos casos, sua capacidade de reivindicação e mobilização. O que levou a interpretações que viam a institucionalização dos novos movimentos sociais como um fracasso, mas também uma outra gama de interpretações que levavam em consideração os resultados nesse processo e a trajetória individual dos militantes nos espaços sociais e políticos, amenizando assim a ideia de fracasso. Com os anos 2000 e a liberalização dos regimes políticos, a economia e a mobilização pelo amplo território latino-americano se redefiniram. O movimento operário prosseguiu declinando, como indicou a queda do número de greves na década anterior, continuando

a tendência de mobilizações que se afastam da esfera do trabalho, de buscar a afirmação de identidades culturais, os repertórios de ação coletiva continuaram a se enriquecer, principalmente a partir das marchas pacifistas e das campanhas de oposição a ALCA e com o advento das novas tecnologias de comunicação de massa (GOIRAND, 2009).

Ao mesmo tempo, movimentos mais antigos, como o de defesa dos direitos humanos, permaneceram ativos e se fortaleceram, como no caso das Mães da Plaza de Mayo, na Argentina. Mas a primeira década do século XXI foi, principalmente, marcada pela ampliação e fortalecimento das mobilizações indigenistas, reivindicando terras, educação bilíngue, reconhecimento cultural, acesso a recursos naturais, etc. No âmbito desses movimentos, essa década foi sobretudo a da institucionalização, principalmente no caso boliviano e equatoriano, onde no primeiro se viu a criação do Movimento para o Socialismo (MAS), que se fortaleceu enquanto partido, passando assim da ação contestatória e competição eleitoral institucionalizada, selada pela eleição de Evo Morales. Já no Equador, vários membros do CONAIE<sup>93</sup>, exerceram funções burocráticas sob a presidência de Lúcio Gutierrez, enquanto o movimento Pachakutik decidia apresentar seu próprio candidato na corrida eleitoral de 2006, com Luis Macas.

De acordo com Goirand (2009), essa década foi marcada por elementos de continuidade e também de rupturas. As mobilizações populares preservaram ou recuperaram forte intensidade e continuaram a se apoiar em organizações territorializadas e fragmentadas e o discurso da justiça e dos direitos continuou se apoiando em valores como a diversidade cultural e na construção indentitaria. Porém:

Por outro lado, enquanto alguns movimentos se desfizeram e perderam toda combatividade, outros se unificaram parcialmente em nível nacional, não obstante sua fragmentação, como no caso dos *piqueteros*, ao mesmo tempo em que passavam por um processo de institucionalização bem adiantado, fosse quando seus dirigentes eram chamados a exercer funções governamentais, fosse quando os movimentos se transformavam em partidos políticos aptos a participar da competição eleitoral. Globalmente, portanto, os movimentos da década de 2000 apresentam muitos elementos de continuidade em relação aos que pareciam “novos” nas décadas anteriores, ao mesmo tempo em que passaram por inevitáveis transformações. (GOIRAND, 2009, p. 333)

De forma sintética, podemos afirmar que os chamados novos movimentos sociais, além de sua composição social heterogênea, suas características essenciais residem na ênfase

---

<sup>93</sup> Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador.

a valores como a identidade, reconhecimento, respeito ao indivíduo, direitos humanos, contradições da vida e a participação nas tomadas de decisões. E essas mobilizações, contribuíram ao mesmo tempo para politizar a vida cotidiana e as relações sociais, transformando-as em objetos de demandas<sup>94</sup>, além de expressar a redefinição das clivagens fundamentais das sociedades contemporâneas. Os novos movimentos apresentaram um caráter cambiante, pouco homogêneo, muitas vezes informal ou descontinuo, marcado por rejeições frente a sistemas dominantes de representação de interesses e demandas as vezes extremamente localizadas. A questão da autonomia frente a estruturas sociais e políticas e a capacidade de mudar esses sistemas, construindo espaços públicos verdadeiramente democráticos, foi o que embasou os movimentos nesse continente.

Mas essa década e as vitórias de partidos de esquerda com cunho social-democrata, construídos nas contestações desde os anos de 1980, inscreveu esse processo em uma realidade onde, hoje, diversas demandas se tornaram políticas públicas ou são objetos da agenda política, seja local, nacional ou ambas. Assim, em todo o continente as chamadas políticas participativas inscreveram-se nessa dinâmica de recomposição que institucionalizou novos canais de mediação e acentuou a rotineirização dos movimentos.

De maneira genérica, os movimentos sociais que se afirmaram na América Latina a partir do fim da década de 1970 foram apresentados como “novos” e comparados aos do Norte, em virtude de sua proximidade com o pós-materialismo e do recurso a discursos construídos em torno das demandas de dignidade e respeito, da recusa das discriminações e da invocação da “participação”. Mas esses movimentos latino-americanos também se distinguiram por reivindicações prioritariamente concretas e materiais, pelo predomínio dos grupos populares e por seus efeitos limitados nos alinhamentos partidários até a década de 2000. O ponto comum entre essas diferentes mobilizações – sua estrutura e seu modo de organização – foi afinal considerado secundário para a construção das análises. De fato, a instabilidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos movimentos latino-americanos foram sobretudo deploradas, sendo raramente observadas em termos de recursos, modos de ação ou oportunidades. (GOIRAND, 2009, p. 336)

---

<sup>94</sup> Pude perceber ao logo dos estudos sobre movimentos sociais que este é um ponto bastante importante e intrigante no que se refere a esses grupos, visto que demandas estão diretamente ligadas ao Estado, que usa isso como forma, muitas vezes de cooptar ou eliminar um movimento, ou ainda para fins eleitorais (como ocorreu no caso da tarifa do transporte coletivo em Goiânia). E de fato, muitos movimentos parecem não ter um projeto de sociedade, visando apenas reformas em algum aspecto, acabando por terminar ou se enfraquecem após ter sua ou suas demandas supridas. Não parece haver um horizonte para além do Estado. Mas este é um tópico para outra pesquisa, sendo assim não será abordado com profundidade aqui.

Atualmente, um forte debate levantado é o da institucionalização dos movimentos sociais, assim como os limites destes. Segundo Tatagiba (2008), essa relação é marcada por uma tensão intrínseca entre os princípios da autonomia e da eficácia política, com repercussões sobre as estratégias de ação dos movimentos. A eficácia política remete aos esforços para afetar o jogo político e a produção das decisões, numa direção que seja favorável à realização dos seus interesses. Entretanto, essa disputa pelo acesso ao Estado e aos recursos públicos, muitas vezes acaba resultando numa sobre determinação dos aspectos instrumentais e estratégicos da ação, relegando ao segundo plano a comunicação dos movimentos com suas bases. Quando isso acontece, a identidade do movimento passa a se definir muito mais pela sua relação com o Estado ou com os partidos, do que a partir da sua localização societária. Os movimentos passam a atuar muito mais como demandantes de bens e serviços, do que como atores que oferecem à sociedade novas alternativas, a partir do exercício de sua função crítica.

No que se refere ao caso brasileiro, Tatagiba (2008) afirma que com a ascensão do PT as fronteiras entre movimento, partido e governo ficaram menos nítidas. Para Gohn (2004), a produção teórica sobre os movimentos sociais é recente no nosso país, tendo se iniciado nos fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 e já sofrendo um declínio de interesse por esses estudos ainda nos anos de 1990. Mas vamos começar do início: quando as pesquisas aqui começaram, houve a necessidade de se construir esquemas explicativos abordando as especificidades históricas do caso brasileiro e não a simples importação de esquemas vindos de outras realidades socioeconômicas, culturais e políticas, o que, infelizmente, ocorreu (e ocorre) com grande frequência, tanto que os primeiros estudos aqui sobre os movimentos sociais urbanos possuíam uma filiação teórica explícita, segundo Gohn (2004): Jordi Borja e Manuel Castells.

No primeiro decênio do nosso recorte teórico, anos 70 do século passado, as pesquisas giravam em torno de algumas temáticas: a realidade brasileira e o populismo na política, como nos trabalhos de Octavio Ianni; a crítica à teoria da marginalidade e as críticas às interpretações dualistas do modelo de desenvolvimento; sobre a burguesia brasileira, com Florestan Fernandes; sobre o processo de participação e acumulação no país; além dos trabalhos sobre o Estado e o modelo de desenvolvimento dependente, onde se destaca os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Gohn (2004), nos anos de 1980 a produção teórica desses movimentos passou por algumas mudanças, primeiramente devido a conjuntura explosiva que marcou os anos de 1978/79, com suas greves generalizadas, e, segundo, devido a importantes publicações aprofundando uma temática pouco trabalhada, a da institucionalização, partindo da crítica a autores como Castells, retomando análises que debruçam sobre o comportamento de grupos e o estudo de organizações, além da retomada das teorias norte-americanas. Assim, há um panorama novo nas práticas e nas teorias sobre o assunto.

Nos estudos sobre os movimentos sociais, algumas influências difusas presentes ao final dos anos 70 se esclareceram. Isto graças, também, a um crescimento da influência de filósofos e estudiosos europeus, defensores de propostas tidas como novas: Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guattari, E. P. Thompson, Thoreau, Claus Offe etc. Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento. (GOHN, 2004, p. 279)

O período foi marcado pela ascensão, nas pesquisas, dos chamados “novos movimentos sociais”. A temática dita “clássica” da pesquisa referente aos movimentos sociais perdeu espaço. Houve um efervescente entusiasmo por parte dos pesquisadores quanto ao caráter aparentemente inovador desses movimentos, de forma que tal entusiasmo por vezes confundiu práticas dantes ocorridas com práticas inovadoras. Tentava-se diferenciar um movimento do outro, mas ambos continuam a se relacionar com o poder e o Estado e a demonstrar os antagonismos e oposições sociais. Os novos movimentos sociais ganharam expressão nessa década, como o das mulheres e o ecológico, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos de 1970.

A emergência desses novos estudos, [...] demarcou duas novidades: uma nova concepção para o novo e uma divisão paradigmática. Quanto a primeira, o novo passou a ser referência para movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários a sobrevivência cotidiana – característica básica das ações dos movimentos populares, que inscreviam suas demandas mais no campo dos direitos sociais tradicionais: direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas para a sobrevivência elementar do ser humano. O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc. referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo. A divisão paradigmática ocorreu no âmbito das interpretações das ações, nas análises. [...] podemos dizer que o que perdurou nos anos 70 e início dos 80 foram as análises de cunho marxista [...]. (GOHN, 2004, p. 283-284)

Nos anos de 1980, mais especificamente, as análises são mais influenciadas pelas ideias

de Foucault, Guattari, Melucci e outros. A abordagem culturalista ganha força e emergem-se movimentos que não se encontravam em condições de miserabilidade, se organizando em torno da problemática da qualidade de vida.

Enquanto o debate entre o paradigma europeu (construção da identidade) e o norte-americano (estratégias políticas para obtenção de bens) no âmbito dos novos movimentos sociais ocupava os pesquisadores de países de capitalismo avançado, na América Latina a ênfase estava na identidade dos novos atores políticos. O dilema a ênfase aos aspectos das mudanças socioculturais ou os aspectos referentes às transformações políticas que os movimentos teriam probabilidade de gerar. Ainda no início dessa década, a conjuntura político-econômica deu origem a outros tipos de movimentos também, como o de desempregados e o das Diretas Já.

Ao longo dessa década, as pesquisas nessa temática passaram do otimismo a uma descrença, o fenômeno do associativismo institucional cresceu, assim como o aparecimento das ONGs, a capacidade de mobilização e o esforço voluntarista da sociedade civil nos anos de 1970 perdeu força e a profissionalização dentro dos movimentos sociais produziu efeitos contraditórios criando dirigentes cada vez mais distantes das bases de seus movimentos de origem. Segundo Gohn (2004), quando o PT ascendeu ao poder em diversos municípios houve uma redefinição de posturas políticas e a problemática principal se tornou a capacidade técnica das lideranças para atuar em políticas públicas. Grande parte dos dirigentes de movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos.

Isso nos remete a discussão sobre a autonomia e a autogestão de um movimento. Por “autonomia” entendemos ser um termo que se refere a capacidade de se autogovernar, está muito ligada a capacidade racional do indivíduo e está presente em diversas áreas, tais como na moral, na filosofia e na ciência política. Na filosofia ela se refere a liberdade de cada um em gerir sua própria vida de forma racional. Já na ciência política, esse foco no indivíduo muda para governos, regiões e grupos que elaboram suas próprias leis e regras sem a interferência de um comando central<sup>95</sup>. É esse o aspecto que nos interessa no estudo dos movimentos sociais. Muitas vezes autonomia é tida como sinônimo de autogestão, mas nesse trabalho elas são vistas como complementares. Autonomia estaria mais ligada com valores ético-ideológico de um dado movimento, a

---

<sup>95</sup> Mais sobre isso, pode ser visto, por exemplo, em uma coletânea de textos no site do Passa Palavra: <http://www.passapalavra.info/2015/12/107150>

sua visão de mundo e a sociedade que ele deseja construir, sendo imprescindível para a libertação do ser humano e da superação dos malefícios capitalistas. A autonomia é conquistada pelo coletivo e não pelo indivíduo. Paralelamente, a autogestão está ligada a dinâmica de condução da luta, tem como base a igualdade e é uma espécie de gerência horizontal de um organismo por seus próprios membros, por meio de um regime de democracia direta. Elimina-se hierarquias na tomada e na execução das decisões<sup>96</sup>.

No que tange a conjuntura brasileira, desde o início dos anos 2000 percebe-se formas de organização diferentes daquelas normalmente vistas por partidos políticos, etc. Essas novas formas de mobilização se baseiam em processos descentralizados, assembleias horizontais e a ação direta da população<sup>97</sup>. Tais formas horizontais ganharam destaque a partir de maio e junho de 2013, com as lutas pela redução da tarifa do transporte coletivo em diversas cidades, e vem se tornando cada vez mais comum nas lutas contra o estado capitalista, visto a defasagem e pouca eficiência das formas clássicas de organização, com suas lideranças e cargos cristalizados, etc. Se as formas clássicas de organização surtiram pouco ou nenhum efeito, talvez esta, presente na história da esquerda, porém de certa forma marginalizada, tenha melhores resultados, visto que, de acordo com João Bernardo (1991), as formas de contestação não necessariamente promovem mudanças estruturais, mas dependendo da sua forma ela evidencia aspectos desta que podem levar a mudança.

Qualquer que seja o campo em que os conflitos se organizem de maneira coletiva e ativa, eles rompem, não negativamente, mas positivamente, com a disciplina capitalista, substituindo-lhe um outro sistema de relacionamento social. É esta a definição da autonomia dos trabalhadores na luta. Nos casos mais frequentes, um conflito coletivo não se processa em moldes exclusivamente ativos, mas combina em graus e maneiras variadas a passividade e o ativismo. Mesmo então, a autonomia é um dos componentes do processo de luta, influenciando no seu desenvolvimento tendencial. A autonomia é o resultado prático de uma forma de luta que as relações sociais capitalistas opõe outro tipo de relação. (BERNARDO, 1991, p. 323)

Assim, serão essas novas relações sociais, surgidas do inter-relacionamento dos indivíduos e das relações de solidariedade, que constituirão o elemento de transição

---

<sup>96</sup> Para um melhor aprofundamento desses termos, conferir: <http://www.passapalavra.info/2014/04/94699> ; <https://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/autonomia-autogestc3a3o-e-a-dificuldade-de-libertac3a7c3a3o-o-caso-da-comunidade-autc3b4noma-utopia-e-luta.pdf> ; <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf> .

<sup>97</sup> Um exemplo desse afastamento de modelos hierarquizados é a Revolta do Buzu, ocorrida em 2003, em Salvador.

possível para um modo de produção futuro. O primeiro aspecto dessas novas relações é o igualitarismo, já que na condução do conflito as decisões e o controle estão abertos a todos. O segundo aspecto é o coletivismo, que é tanto condição como resultado do caráter ativo da participação. O sistema não se configura como a hierarquia capitalista, visto que a irrevogabilidade permanente é a forma básica de funcionamento de instituições regidas pelo igualitarismo e pelo coletivismo. Há “delegados” e não “dirigentes”.

Com isso, temos que autogestão, em uma definição mínima e baseada nas concepções de Rosa Luxemburgo, é um tipo de organização horizontal onde o poder de decisão dos assuntos coletivos cabe a seus próprios integrantes, inexistindo um corpo separado de funcionários especializados na gestão dos assuntos coletivos (ALMEIDA, 2014). Ou ainda, nas palavras de Tragtenberg (1986), é a dura crítica a burocracia capitalista, uma experiência alternativa de oposição a burocracia de estados, partidos e sindicatos, onde a autogestão real busca superar a antinomia entre estado e sociedade civil. Tal autor demonstra, com exemplos históricos, em seu livro *Reflexões sobre o Socialismo*, que esta é uma prática realmente possível, e não uma utopia.

A Oposição Operária dos anos 20 na URSS, a Rebelião de Kronstadt (1921), a Revolução Makhnovista na Ucrânia (1918-1921) e as rebeliões na Hungria, Polônia e Tchecoslováquia representam a prática da autogestão das lutas pelo proletariado, nas quais sempre ressurgem as reivindicações de controle operário da produção, autonomia sindical e dos conselhos operários e rejeição da ditadura do partido único. [...] É na Espanha, no período 1936-39, que se dará, em 80% do país, a prática da autogestão das lutas operárias contra o fascismo e o capitalismo e da coletivização das fábricas e das terras. (TRAGTENBERG, 1986, p. 65)

Essa é uma forma de superação da completa alienação promovida pelo capitalismo e uma aspiração que vem acompanhando diversos movimentos, principalmente o operário, desde o século XIX, o que acabou por acarretar as categorias de autonomia e autogestão nas pesquisas referente a movimentos até os anos de 1970. As ideias acerca da autogestão eram, e ainda o são, pensadas em sintonia com as condições materiais de existência, com as necessidades das lutas cotidianas e dos conflitos políticos de uma sociedade onde tal movimento toma parte ativamente (ALMEIDA, 2014)<sup>98</sup>. Preza-se pelo protagonismo popular, das massas, onde o movimento social esteja livre de

---

<sup>98</sup> Vale ressaltar que, como o referido autor afirma, o cooperativismo e empreendimentos de economia solidária em uma sociedade capitalista, muitas vezes podem se configurar como uma pseudo-autonomia.

hierarquias e com um senso de responsabilidade para com o trabalho a ser desempenhado que não necessita de vigilância.

Porém, se antes, essas duas categorias tinham peso nas pesquisas, elas passaram a ser um tanto quanto problemáticas visto que a partir de 1982 o cenário político passou por mudanças e os movimentos passaram a ser convidados a participar de mesas, fóruns, conselhos, etc. Em uma dinâmica de incluir para apaziguar. E na última década do século XX, duas categorias serão o carro chefe das análises, a exclusão social e a cidadania coletiva.

Em relação às influências teóricas e aos paradigmas adotados, a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste Europeu deixa como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais, que enfatizavam a problemática das contradições [...]. A nova referência são os novos atores sociais – mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. [...] O pensamento dos cientistas sociais brasileiros, ao incluir a temática dos “excluídos” nas análises sobre os movimentos sociais, segue uma tendência internacional. (GOHN, 2004, p. 288)

Contradições sociais foram deixadas em segundo plano e em seu lugar entrou a procura de elementos que conferissem identidade aos movimentos. Posteriormente, tais diferenças começam a ser demarcadas fazendo com que a produção se especializa cada vez mais, a exemplo das publicações sobre o feminismo. Deixou-se de lado, e até hoje isso ocorre, o fato de que questões como a de classe, de gênero e de raça se inter-relacionam, elas estão conectadas no que se refere à construção da consciência do sujeito e que, por sua vez, reverbera na construção e atuação de um movimento – ignorar grandes contradições da sociedade é ignorar aspectos constitutivos importantes. Nesse período abordado, o eixo Rio - São Paulo - Belo Horizonte possuíam os núcleos de pesquisa de maior destaque.

Na década de 1990, o cenário dos movimentos e das pesquisas se altera. De acordo com Gohn (2004), as pesquisas brasileiras passam a se focar na temática da violência, da exclusão social, das novas práticas civis, a exemplos dos mecanismos institucionais da democracia, projetos para atender demandas específicas, além da centralidade dada as ONGs. Contudo, mesmo com o declínio da pesquisa sobre os movimentos sociais nos anos 1990 e início dos anos 2000, antes de sua retomada de folego muito devido as grandes manifestações ocorridas em 2013, criou-se um grande acervo de conhecimento sobre a realidade do país, promoveram-se encontros e publicações, além da criação de

bancos de dados organizados, como é o caso do URBANDATA<sup>99</sup>, bastante uteis para pesquisas como esta que estamos desenvolvendo.

O conflito entre as classes perdeu centralidade, voltou-se para o atendimento de demandas específicas, muitas vezes por meio de políticas públicas, e a ênfase na diferença. Esquece-se que o conflito de classes perpassa a própria constituição da consciência do indivíduo e conseqüentemente é algo que reflete nos próprios movimentos. Em um mesmo movimento pode haver diferentes visões de mundo, por exemplo: em um movimento estudantil, membros da periferia podem ter uma percepção diferente, sobre o movimento, sua função e o motivo por terem ingressado nele, de membros vindos da classe média ou alta<sup>100</sup>. Por outro lado, existem manifestações promovidas pela classe média e média-alta, onde a centralidade costuma ficar em aspectos morais e éticos ou ocorrem em desagrado a alguma política de governo que afeta o seu cotidiano e não para suprir alguma necessidade como moradia, transporte, direitos trabalhistas, etc., isso pode ser visto nas manifestações chamadas de “panelaços” ocorridas em diversas cidades do país, entre os anos de 2014 e 2015, que se manifestavam contra o governo da presidenta Dilma muito devido à crise financeira e a casos de corrupção.

Mas a maior dificuldade dos estudos referente a esse tema no Brasil, e na América Latina como um todo, é a pouca criação de paradigmas para se explicar nossos movimentos. Geralmente, coloca-se em ação nas nossas análises categorias, termos, teorias e matrizes das abordagens científicas estrangeiras, em especial as franco-espanholas. Não é que se deva ter um pensamento desvinculado das tendências mundiais, mas reivindicar um pensamento social autônomo que não abandone nossas especificidades na explicação da nossa realidade evitaria erros graves. Gohn (2004), por exemplo, defende como uma alternativa possível a isso a realização de estudo e pesquisas históricas que utilizem a análise comparativa, não para achar pontos em comum e produzir generalizações abstratas como fez a sociologia americana entre os anos de 1950 e 1960, mas sim para ver as especificidades locais como sendo

---

<sup>99</sup> URBANDATA é o banco de dados sobre o Brasil urbano, criado no fim dos anos de 1980. Disponível em: <http://urbandata.iesp.uerj.br/>.

<sup>100</sup> Diferenças ideológicas também é um fator bastante interessante a ser estudado dentro da constituição dos movimentos. Nas manifestações do ano de 2013 pelo transporte público brasileiro, coletivos como a Frente de Luta pelo Transporte (atuante em Goiânia) foram compostos por marxistas, anarquistas, trotskistas, maoístas, etc. Contudo, tal ponto não será abordado com profundidade no presente estudo devido à extensão que isso tomaria. Este é um aspecto dos movimentos sociais para próximos estudos.

extremamente significativas enquanto indícios para o novo, as tensões, o sentido e a direção da mudança. A própria metodologia da dialética marxista, já a muito tempo, aponta a necessidade de se considerar a conjuntura histórica própria de cada fenômeno.

Vale destacar também, que há uma fragilidade nos movimentos sociais brasileiros, pós anos 2000, e a explicação mais provável para isso, segundo Gohn (2008), é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. Ou seja, é o processo de captação dos movimentos pelo Estado, em grande parte por meio de políticas públicas, ONGs e o terceiro setor.

A maioria das análises sobre o tema deixou de lado tanto a dimensão política como a conexão entre classe e movimento social para dar ênfase as ONGs, identidade dos sujeitos, diferenças, formas de organizar a participação e a mobilização social e na relação dos movimentos com o sistema político vigente. Gohn concorda com Touraine quando este defende que a subordinação de qualquer movimento social à ação do Estado constitui-se na limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma. Contudo, o movimento social, enquanto sujeito social e coletivo, não pode ser pensado e entendido fora de seu contexto histórico e conjuntural. Outro problema encontrado é que atualmente poucos movimentos podem ser colocados na categoria de atuação autônoma. A maioria não tem um agir coletivo autônomo porque são monitorados, coordenados mediante regras e normas e escolhas externas.

Na relação entre o Estado e a sociedade civil há uma mudança no foco central da análise. Percorre-se um caminho que vai do agente em direção à demanda a ser atendida. Raça, etnia, gênero, etc passam para a cena principal. Com isso o sujeito coletivo se desfaz, fragmenta-se em múltiplos campos isolados, gerando o enfraquecimento da força coletiva e transformando o Estado no ponto de convergência entre eles. A institucionalização das ações coletivas impera como regulação normativa e campos demarcados (não um campo relacional).

## CAPITULO 3 – “O MOVIMENTO DO TRÁFEGO”<sup>101</sup>

### 3.1 - A cidade capitalista

*“A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver” – sociólogo Robert Park.*

Para tratar da cidade capitalista, a cidade na contemporaneidade, vamos começar com algumas das ideias de Lojkine (1981), pois segundo ele a sociedade capitalista se organiza para a produção e esse processo gera contradições que vão para além do político e do ideológico, elas vão se territorializar conflitivamente no próprio espaço urbano. Por sua vez, esse movimento vai se explicitar na organização do Estado, possibilitando para a classe que o controla a aplicação de políticas, que atingem a sociedade como um todo e a aplicação destas no meio urbano, privilegiam interesses próprios de classe.

Seguindo as ideias de Marx, esse autor enfoca o quanto as contradições e conflitos do tipo de sociedade em que nos encontramos estão presentes e compõem a formação do urbano. As relações sociais e as relações de produção próprias do capitalismo promovem uma ligação intrínseca entre o Estado e o espaço urbano e como o primeiro gesta as políticas urbanas. Isso origina vínculos entre a organização voltada para a produção, a socialização contraditória dessa produção e a constituição do poder político estatal, que na visão teórica aqui defendida, acaba por definir uma série de ações e intervenções no intuito de otimizar a reprodução ampliada do capital, reforçando as já existentes contradições na divisão do trabalho. E é na cidade, onde se dará a maior expressão desse fenômeno. Mas não é correto considerar o desenvolvimento urbano como puro reflexo de ampliação do capital, visto que este também possui seus limites. Essa política urbana capitalista é perpassada por uma lógica de segregação espacial e social, principalmente no nível da habitação, dos equipamentos coletivos e do transporte casa-trabalho. E é a urbanização, em sua relação com a acumulação do capital que gera as diversas aglomerações urbanas (Lojkine, 1981).

É com base, também, na teoria da acumulação de Marx, que Harvey vai desenvolver um produtivo e vasto estudo sobre as cidades. A teoria do crescimento sob o capitalismo

---

<sup>101</sup> Trecho da música *Alucinação*, do músico brasileiro Belchior.

situa a acumulação do capital no centro das coisas, assim a acumulação é o motor cuja potência aumenta o modo de produção, fazendo do sistema capitalista algo bastante dinâmico e inevitavelmente expansível. Quatro aspectos, e/ou a combinação deles, fornecem novas oportunidades para o processo de acumulação: a penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas ou por meio da expansão dos pontos de troca dentro do sistema e a diversificação da divisão do trabalho; a criação de novos desejos e novas necessidades; a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional em um índice compatível com a acumulação a longo prazo; e a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e expandindo o mercado mundial (Harvey, 2005). Essa relação entre a acumulação e a produção das estruturas espaciais promoveu a necessidade de eliminação do espaço pelo tempo, atribuindo assim grande importância aos transportes, a comunicação e a integração espacial. O trecho a seguir se mostra um pouco extenso, mas é bastante pertinente para demonstrar a concepção que utilizamos:

O surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e “anular o espaço pelo tempo”, criam-se estruturas espaciais, que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos. [...] Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à “derrubada das barreiras espaciais” e, no fim, até à “anulação do espaço tempo”. (HARVEY, 2005, p. 53)

Dá que o capital precisa criar, cada vez mais, novos espaços para a acumulação. Porém, a produção e a troca capitalista são fundamentalmente complexas e anárquicas, e é nesse processo que a relação com o Estado se mostra importante. Este, idealmente seria neutro, mas o Estado capitalista tende a funcionar como meio por onde os interesses da classe no poder, no caso a capitalista, se expressam nos mais variados campos, além de ser importante na regulação da competição, da exploração do trabalho alheio, etc. Mas como Harvey (2005), no mesmo texto, reafirma: o estado não é uma categoria adequada para descrever de forma real os processos pelos quais se exerce o poder, enxergar o

estado como força em movimento no decorrer de análises históricas concretas, é envolver-se em uma mistificação. É preciso ficar atento.

Entretanto, deixando de lado esse breve parêntese sobre o estado, voltemos para a expansão geográfica e os mercados. O capitalismo tende a criar mercados mundiais, intensificando o volume de trocas e produzindo novas necessidades e produtos, promovendo, com isso, novos recursos em novas regiões (expansão do mercado consumidor) e, conseqüentemente, espalhando a mão-de-obra por todos os lugares e sob a dominação do capital. Baseada nessa lógica marxista, surgiu-se uma interpretação, exemplificada aqui pelos escritos de David Harvey, de que a real geografia histórica do capitalismo é fruto do imperativo descrito acima. Mas, a dialética interna desse processo assegura a existência de contradições, constantemente superadas, mas também constantemente situadas. Um exemplo disso é que as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica<sup>102</sup>.

Um outro ponto nessa discussão, que aproxima novamente Harvey e Lojkine, é que o crescimento e o progresso tecnológico são aspectos necessários na circulação do capital, conseqüentemente na constituição do espaço, mas são também, ao mesmo tempo, antagônicos entre si. As novas tecnologias de transporte e de comunicação, alteraram drasticamente a geografia da produção, da troca e do consumo. A anulação do espaço pelo tempo no sistema capitalista foi realizada mediante o progresso tecnológico<sup>103</sup>.

Com anos de pesquisas referentes ao capitalismo, a geografia e ao espaço urbano, e inspirado nas obras de Lefebvre, Harvey irá lançar mão do conceito de direito a cidade, para assim promover uma explicação de como o espaço urbano é um canal de absorção do capital excedente no decorrer da história, qual papel da urbanização na mudança social. E, para além disso, a visão desse autor será importante para entendermos como os governos enxergam e lidam com as cidades, no que convencionou-se chamar de “política urbana”.

---

<sup>102</sup> Segundo Harvey (2005): “[...] o capital e a força de trabalho excedentes são aplicados para criar nova capacidade produtiva em novas áreas, então os excedentes se mantêm para ser absorvidos por períodos muito mais longos. O investimento em infra-estruturas, básicas, como vimos, é a longo prazo, enquanto a expansão continua de uma economia capitalista regional inteiramente nova cria uma demanda continua e crescente pelos excedentes de capital e força de trabalho produzidos na região natal” (p. 155).

<sup>103</sup> Mas vale ressaltar que a classe capitalista não faz isso sob circunstâncias históricas e geográficas de sua própria escolha, mesmo quando desempenham papel importante ao moldar dadas circunstâncias.

O direito a cidade e o acesso aos recursos urbanos, diz respeito a mudar nós mesmo pela mudança da cidade, diz respeito a laços sociais, estilo de vida, valores, relação com a natureza e com as tecnologias. É a ideia de um esforço coletivo para moldar o processo de urbanização visando o bem-estar da coletividade e não de interesses particulares e mercadológicos, que voltam suas ações e se esforçam em defender a ideia da cidade ser, ou pelo menos parecer, acima de tudo um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir, em detrimento de um olhar sobre a cidade que a veja como o lugar da existência e da coexistência. Mas será que é possível a existência do direito a cidade no capitalismo? Entendemos que não.

Desde o início as cidades emergem de concentrações do excedente de capital em determinadas áreas geográficas, conseqüentemente, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe:

Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2012, p. 74)

Assim, a urbanização desempenhou e desempenha papel ativo, dentre outros gastos estatais e inovações tecnológicas que definem novas carências e necessidades, na absorção do excedente produzido pelos capitalistas na sua busca por lucros, por meio de investimentos em infraestruturas. O que deu base a uma nova de vida pessoal e urbana. Esse processo, pensado globalmente e nas diversas cidades, foi decisivo na estabilização do capitalismo global após a Segunda Guerra Mundial. Usando os EUA como exemplo, Harvey (2012) afirma que, esse projeto foi bem-sucedido em absorver o excedente<sup>104</sup> e em assegurar a estabilidade social, mas ao custo de deprimir a parte central das cidades e gerar intranquilidade urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade. O que influenciou os eventos de 1968, na luta pela construção de um tipo de mundo diferente, incluindo um tipo diferente de experiência urbana. O mesmo autor nos traz um bom exemplo dessa visão:

---

<sup>104</sup> Sobre a absorção de excedente através da transformação urbana, seguindo as ideias de Engels, Harvey (2012) aponta que esse aspecto tem seu lado mais obscuro na “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com renovações de bairros, remoções, etc.

Avançando uma vez mais, até a conjuntura atual. O capitalismo internacional tem estado numa montanha russa de crises e abalos regionais – Leste e Sudeste da Ásia em 1997-98; Rússia em 1998, Argentina em 2001 – mas até recentemente evitou um abalo global mesmo em face da inabilidade crônica para dispor do excedente de capital. Qual foi o papel da urbanização para estabilizar esta situação? [...] O mercado imobiliário absorveu uma quantia considerável de capital excedente através da construção de centros urbanos, residências de subúrbio e escritórios, enquanto a inflação dos preços dos ativos habitacionais – puxados por uma pródiga onda de refinamento a taxas de juros mais baixas da história – impulsionava o mercado interno dos EUA. A expansão urbana estadunidense estabilizou parcialmente a economia global na medida em que os EUA administravam um enorme déficit comercial com o resto do mundo<sup>105</sup>. (HARVEY, 2012, p. 78-79)

E mais, o incremento da urbanização, tanto a global quanto as anteriores, dependeu da construção de novas instituições e arranjos financeiros para organizar o crédito requerido e sustenta-lo e, conjuntamente, proporcionou diversas transformações no estilo de vida das pessoas, a vida urbana e a própria cidade se tornaram mercadoria em um mundo interconectado onde o consumismo, o turismo e a indústria cultural e do conhecimento, acabaram por se tornar o aspecto principal a economia política urbana, marcada por uma tendência pós-moderna de nichos de mercado, que acabam por separar ainda mais os indivíduos e grupos e afastando as possibilidades de convivência e empatia, importantes para a tomada de consciência (e consciência de classe), o aprendizado com o outro, o debate informal, as trocas de experiência, etc. Segundo Harvey (2012), é o movimento do chamado “novo urbanismo”, que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos, mas que acabam é por gerar resultados indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais das cidades, fragmentando-as, originando comunidades fechadas e espaços, antes públicos, agora privatizados e vigiados.

Assim, como já afirmava Milton Santos, passam a ser espaços de interesse das empresas, sendo visto como recursos, e não como uma mediação entre o mundo e o local, nem como uma totalidade dinâmica submetida a historicidade e gerador de múltiplos valores tais como os culturais, econômicos, antropológicos, sociais, etc. Não se percebe a dialética do território, um território em grande medida ligado a outros por meio da informação.

---

<sup>105</sup> Esse exemplo também é bom para pensarmos a transnacionalização do capital e, principalmente, pensarmos essa transnacionalização em conjunto com a urbanização e seus efeitos sociais.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2005, p. 255-256)

Há um conflito direto entre o ato de produzir, e suas formas de regulação, e o ato de viver, o que promove a renovação da importância do fator trabalho, condicionado pela técnica que compõe o território, no entendimento da sociedade atual. Assim, democracia de mercado e neoliberalismo são os braços necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver, cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na solidariedade e no território compartilhado (SANTOS, 2005).

Entretanto, a relação dialética entre as pessoas e o território faz com que este não atue de forma absoluta e sem respostas, o indivíduo consciente dessa situação não segue passivamente. Como bem Harvey (2002) lembra, há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento.

### **3.2 – A origem de Goiânia**

*Somos filhos do cerrado cantando de coração/Para essa gente que tem sede de alegria e animação [...] –  
Trecho da música Filhos do cerrado, da banda Pé de Cerrado.*

Os efeitos nocivos da transnacionalização do capital podem ser vistos tanto na estrutura socioespacial de uma cidade, como já apontava Harvey (2012), quanto na concentração de um segmento populacional em um território delimitado<sup>106</sup>. Segundo Moysés (2005), a fragmentação social produzida pela segregação depende dos valores sociais e políticos que prevalecem em cada sociedade e em cada momento históricos, sendo assim, a conformação urbana de Goiânia está integrada e direcionada a uma lógica capitalista de mercado. As transformações econômicas incidem de forma negativa, em um processo de reestruturação produtiva transformando as cidades com vistas para a acumulação.

---

<sup>106</sup> Em uma espécie de “recriação” das cidades medievais, sendo materializadas atualmente por meio dos condomínios horizontais fechados.

Ainda segundo Moysés (2005), as nossas cidades expressariam o caráter seletivo e autoritário da modernização engendrada pela expansão do capitalismo mundial, ao manter a dualidade política engendrada pela dissociação entre o território onde se reproduz a vida cotidiana e os enclaves conectados aos circuitos das altas finanças, gerando assim, cidades sem cidadãos.

Tais características e consequências podem ser percebidas no recorte espacial feito por esse trabalho de pesquisa: a cidade de Goiânia. Desde a constituição de 1891, o Estado de Goiás pleiteava a mudança de sua capital, da Cidade de Goiás para uma outra localidade. Mas apenas com os desdobramentos da Revolução de 1930 e da Marcha para o Oeste é que, aos fins de 1932 o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira dá início a construção da cidade. Planejada em estilo Art Déco, pelo arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, visava abrigar 50 mil pessoas. O projeto original foi reformulado por Armando de Godoy, inspirado no movimento das cidades-jardim, concebendo assim as três principais, até então, avenidas da cidade: Goiás, Araguaia e Tocantins. Em 24 de outubro de 1933, onde atualmente se encontra a Praça Cívica, Pedro Ludovico Teixeira lançou a pedra fundamental da cidade. Em 1935, foi criado o município de Goiânia e assinado o seu primeiro Plano Diretor, por Armando de Godoy. Posteriormente, em 1937, foi oficializada a transferência da capital do estado, da Cidade de Goiás para Goiânia. Porém a inauguração oficial da cidade apenas ocorreu no início de julho de 1942, com o batismo cultural da nova capital.

Vale ressaltar que, assim como a Revolução de 1930 e a Marcha para o Oeste estão ligadas as disputas de poder, a construção da nova cidade e a transferência da capital também estavam, principalmente entre o PSR e os Democratas de Caiado.

Enfaixando em suas mãos os recursos políticos e orçamentários que lhe oferece a máquina administrativa, Pedro Ludovico busca estratégias capazes de lhe assegurar o controle político do estado, entre elas, a bandeira da mudança da capital. A antiga capital, cidade de Goiás, construída na época da mineração, apresenta sérios problemas estruturais, sendo condenada pelo Governo com base no Regulamento dos Serviços de Saúde Pública, elaborado em 1931, por Pedro Ludovico. [...] O movimento pela mudança, contudo, tem apoio de muitos municípios do estado, comprovado nas expressivas vitórias do Partido Social Republicano (PSR), situacionista, nas eleições de maio de 1933 e de outubro de 1934, quando o PSR faz da mudança da capital a sua plataforma eleitoral. [...] Em abril de 1935, Pedro Ludovico é eleito, indiretamente, governador do Estado pela Assembleia Legislativa, ocasião em que o PSR elege os dois senadores federais – Mário d'Alencastro Caiado e Nero Macedo Carvalho. Com a proposta de construir Goiânia, Pedro Ludovico

supera a liderança de Mário d'Alencastro Caiado, político ligado a cidade de Goiás, que, em razão disso, não se posiciona em favor da mudança. (SOUZA, 2009, p. 12)

E mais, mesmo o PSR tendo a maioria na Assembleia Legislativa, a oposição dificultava os trabalhos relacionados a mudança da capital. Segundo Souza (2009), o governo utilizava de várias táticas para desobstruir os trabalhos legislativos, inclusive força policial e coação de parlamentares da Coligação Libertadora (composta pelo Partido Democrata e pelo Partido Libertador). Apenas em março de 1937 obteve-se a assinatura do Decreto nº 1816, que estabelecia a mudança definitiva. Isso por que, desde 1935, tanto o governador quanto algumas secretarias já haviam se instalado definitivamente na cidade em construção.

Sendo assim, a cidade que teve sua origem no Estado, ou seja, no poder executivo, se constituiu, ao mesmo tempo, como fruto do poder que a Interventoria deu a Pedro Ludovico Teixeira e, daí em diante, como alicerce da sua força política (SOUZA, 2009).

Após sua concretização, a cidade foi crescendo constantemente, ultrapassando os 50 mil habitantes e, principalmente a partir de 1960, sofreu um grande crescimento populacional<sup>107</sup>. Contextualizando, de acordo com os dados do IBGE<sup>108</sup>, temos: em 2010 a sua população já chegava há 1.302.001 habitantes, ocupando uma área de pouco mais de 728 km<sup>2</sup> (dados de 2015), tendo uma densidade demográfica de 1776,7 hab /km<sup>2</sup>. Isso sem contar a sua região metropolitana, que abarca treze municípios<sup>109</sup>, chegando a um total de 1.851.151 de habitantes em 2004<sup>110</sup>.

A história urbana de Goiânia é marcada por conflitos e pela presença de três atores no seu processo de construção: o Estado, o capital imobiliário e a população que demanda espaços para moradias. O desejo dos anos de 1930 e 1940 de se construir e manter uma cidade planejada, com suas zonas urbanas e suburbanas controladas e preservadas pela forte intervenção estatal, foi interrompido pela “corrida em busca do novo eldorado brasileiro”, nos anos de 1950, dando início ao movimento de urbanização. O fluxo de migrantes, juntamente com a perda do controle estatal sobre a expansão urbana para a

---

<sup>107</sup> <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.asp?s=2&tt=con&cd=1964> .

<sup>108</sup> [http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa\\_e\\_municipios.php?lang=&uf=go](http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=go) .

<sup>109</sup> Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista, Goianópolis, Goiânia, Guapó, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, St. Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

<sup>110</sup> Oliveira e Chaveiro (2010).

iniciativa privada e a fragilidade do planejamento frente ao crescimento dos proprietários de terras, imobiliárias, incorporadoras e construtoras, fez a lógica estatal que orientou a construção da cidade passar a se submeter a lógica dos interesses econômicos e políticos emergentes (MOYSÉS; SILVA; BORGES; RIBEIRO, 2007).

O Estado a hegemonia do controle do solo urbana, principalmente a partir de 1970, quando se consolida a produção capitalista da moradia e ocorre um *boom* do mercado imobiliário. Posteriormente, a expansão demográfica<sup>111</sup> e o crescimento horizontal da cidade.

Como consequência, cabe destacar quatro aspectos que caracterizaram os anos 50 e 60 e marcaram a cidade nas décadas seguintes. Primeiro, nunca o setor imobiliário maximizara tanto os seus ganhos quanto nessa época, diga-se de passagem, a custo “quase zero”. Fazia dinheiro na ponta, isto é, com a venda dos lotes mais distantes, praticamente sem custos, já que a responsabilidade dos loteadores era obedecer à localização indicada e fazer apenas o arruamento. A partir de então, as áreas reservadas valorizavam-se com os investimentos que o poder público fazia, também sem custo para a iniciativa privada, como é o caso da pavimentação das vias coletoras para o transporte coletivo que ligava o centro urbanizado até os novos loteamentos e a rede de energia elétrica. [...] Nessa periferia alargada, as condições de vida eram extremamente precárias, pois os novos loteamentos estavam destituídos de benfeitorias urbanas (água tratada, esgoto, telefone público) e sem serviços públicos básicos, como postos de saúde, escolas, creches e etc. Essa situação estimulou o surgimento de movimentos sociais urbanos em torno de reivindicações de serviços urbanos que, em última instância, beneficiavam tanto a construção civil quanto os especuladores. Esses movimentos tiveram expressão política mais adiante, sobretudo a partir dos anos 70, com grande repercussão sobre a organização social e política da cidade (MOYSÉS; SILVA; BORGES; RIBEIRO, 2007, p. 6).

Em 1959, foi elaborado o primeiro Plano Diretor<sup>112</sup>, depois do Plano Original, em uma tentativa dos governos municipal e estadual de retomar o controle do crescimento

---

<sup>111</sup> Até por que, Goiânia passou a ser um dos destinos da população sobrando no período da construção de Brasília e outras regiões (MOYSÉS; SILVA; BORGES; RIBEIRO, 2007).

<sup>112</sup> O Plano Diretor de uma cidade, é um documento desenvolvido para servir de base para a política de desenvolvimento do município. Ele visa orientar, tanto o poder público como o privado, na construção do espaço, rural ou urbano, e na oferta de serviços públicos essenciais. Visa garantir a melhora na qualidade de vida da população. A cidade, a longo de sua história, desenvolveu seis planos diretores: o primeiro concluído em 1938; o segundo, produzido, mas não oficializado, entre 1959 e 1962; o terceiro desenvolvido entre 1967 e 1979; o quarto entre 1989 e 1992, e oficializado em 1994; o Plano de Desenvolvimento Integrado, de 2000, e o Plano Diretor de 2007, são, respectivamente, o quinto e o sexto (SOUZA; PASQUALETTO 2014). O atual plano diretor de Goiânia, pode ser encontrado em [http://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/PLANO\\_DIRETOR\\_DO\\_MUNICIPIO\\_DE\\_GOIANIA\\_A\\_2007.pdf](http://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/PLANO_DIRETOR_DO_MUNICIPIO_DE_GOIANIA_A_2007.pdf).

urbano. O plano foi concluído em 1962, mas devido a Ditadura Militar ele nunca foi executado (MOYSÉS; SILVA; BORGES; RIBEIRO, 2007).

Tratando da expansão tanto de Goiânia como de sua região metropolitana, Moysés (2005) nos traz três importantes conclusões: o número da população aumenta em decorrência do poder de atração da capital; mesmo sendo atraídos pela dinâmica urbana de Goiânia, a maioria acaba por fixar-se nos municípios do entorno; e, conseqüentemente, a existência de uma grande mobilidade interna.

No decorrer de sua história, a cidade passou por algumas reorganizações na sua base territorial e o planejamento urbano foi retomado a partir dos anos de 1970, afinal Goiânia foi planejada para abrigar apenas 50 mil pessoas. Entretanto, entre os anos de 1990 e 2004, houve uma explosão de novos bairros. Como consequência imediata, e mais evidente, desse processo, temos: de um lado, o crescimento da periferia, significando um grande crescimento da zona de expansão urbana e redução da zona rural; do outro lado, mesmo em proporção menos ao crescimento geográfico, a população da cidade cresceu (MOYSÉS, 2005). Assim, Goiânia passou a ser dividida em doze regiões, que por sua vez comportam oitenta e uma microrregiões.

Logo, se o planejamento de uma cidade esse ergue sob a base das dinâmicas de mercado (ciclo de produção, circulação e consumo), esse planejamento será excludente e isso, por sua vez, condiciona o que chamamos de “fenômeno urbano”: uma estrutura gerada por um sistema de significações e de sentido que reúne e segrega de acordo com as identidades. Isso é facilmente percebido nas grandes cidades, entre elas Goiânia, já que está se tornou uma metrópole regional. Como demonstra Moysés (2005), o espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual, a partir da necessidade de realização de uma dada ação, seja ela de produzir, consumir, viver ou habitar. A cidade é um lugar de consumo, e um consumo de lugar. Consome-se mão-de-obra, alimentos, ideias, espaços, etc. E isso irá se refletir, dentre outras coisas, em políticas públicas e serviços, como o de transporte coletivo.

Analisando por essa perspectiva, os conflitos sociais são um reflexo do próprio processo de produção humana e revela toda a dimensão paradigmática da cidade ao evidenciar essas oposições e diferenças, já que o Estado exerce um papel preponderante na formação de tal espaço. No caso goianiense, a intervenção estatal foi fundamental para

instituir os propósitos da política da Marcha para o Oeste<sup>113</sup>. A produção social do espaço goianiense foi dirigida pelo Estado, assim se torna importante entender as fases de formação desse espaço situando-a na sua dinâmica histórica.

Com base nos estudos de Pastore (*apud* MOYSÉS, 2005, p. 136), temos três fases da formação. A primeira vai do início da década de 1930, quando teve início a construção da cidade, e o final do Estado Novo. Durante esse período, o Estado detinha o monopólio da área urbana e, conseqüentemente, do parcelamento (loteamento) e mercantilização da terra, além de promover um rígido controle social para a obediência do plano piloto da cidade. Na segunda fase, de 1947, com o código de edificações, até 1968, com os primeiros conjuntos habitacionais. Aqui começam a surgir os primeiros parcelamentos privados no que tange a infraestrutura dos loteamentos; os primeiros parcelamentos do solo, gerando lotes vazios que deveriam ser comercializados posteriormente enquanto aguardavam valorização; e um precário serviço de transporte urbano. Por fim, a terceira fase se dá a partir do início da 1970, marcada pelo crescimento e fortalecimento da indústria da construção civil, gerando uma lógica do parcelamento do solo na cidade com base no imperativo das macropolíticas do regime militar<sup>114</sup>.

Pastore considera quatro agentes no parcelamento do solo de Goiânia: o Estado, os proprietários de terras (particular), a Cohab (Companhia habitacional responsável pelas construções dos conjuntos habitacionais) e a indústria da construção civil (promotora dos condomínios). Da fundação da cidade até 1950, o Estado monopolizou a atividade, preservando a estrutura do Plano Piloto, com seis bairros. Durante a década de 1950, o Estado criou mais 8 bairros, tendo porém consentido a criação de outros 106 por parte dos agentes imobiliários. Na década de 1960 foram criados mais 20 loteamentos particulares e o primeiro conjunto habitacional. Já na década de 1970, prevaleceu a fundação de condomínios verticais, num total de 28, a aprovação de 8 conjuntos habitacionais e de 2 loteamentos particulares. Entre 1980 e 1983 foram 3 loteamentos e 3 conjuntos habitacionais. Nessa perspectiva, o sentido do aumento de loteamentos em Goiânia foi a formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infra-estrutura urbana, a carência de seus

---

<sup>113</sup> Movimento promovido pelo governo de Getúlio Vargas, em seu primeiro mandato como presidente, com o intuito de incentivar o sentimento de nacionalismo por meio do desenvolvimento e da ocupação da região Centro-Oeste do país. Além de Goiânia, Palmas e outras cidades são resultado dessa promoção da integração territorial, pois para isso era necessária alguma infraestrutura pronta para as pessoas que migravam do Sul e do Sudeste.

<sup>114</sup> Planejamento administrativo para desenvolver o país por meio de ação estatal em áreas econômicas e sociais e pela facilitação da implementação, ou modernização, de empresas privadas ou tecnologia (MOYSÉS, 2005).

moradores e a distância e dificuldades de acesso ao centro da cidade (MOYSÉS, 2005, p. 137)

Assim, os dois principais agentes na construção do espaço urbano da cidade, foi o Estado e o mercado imobiliário. É também nessa última fase, que ocorre a chamada “expansão urbana”, marcada por um contexto nacional de transformações político-sociais e de promoção da integração do aglomerado urbano de Goiânia, por meio de projetos de transporte coletivo. Ponto importante desde esse período, no que diz respeito ao planejamento da cidade, são os projetos voltados para lazer e meio ambiente.

Vale destacar também que durante o período da ditadura militar, com sua política econômica de incentivo a modernização, houve o fortalecimento da estrutura fundiária, o que acabou por reforçar o êxodo rural e Goiânia, que já havia recebido um grande número de migrantes durante a política da Marcha para Oeste, continuou a receber um número ainda maior. Muitos dentre estes não possuíam condições para obter as habitações provenientes da construção civil e negociadas sob a diretriz do sistema financeiro, com isso começou a adquirir forma. Ainda hoje, é a região noroeste de Goiânia que abriga a população mais carente e o espaço mais desurbanizado da cidade (MOYSÉS, 2005).

Se, de um lado, há planejamento e a ocupação do solo submetida a uma rígida legislação, do outro, existe um elevado número da população, composta principalmente de estratos sociais mais carentes, que acabou forçando ocupações ilegais, que o Estado não pôde deter ou controlar. É o que o autor chama de uma “urbanização às avessas”, que teve o seu auge entre os anos de 1980 e 1992 e, notadamente, concentrada na região noroeste. Com isso, Moysés (2005) entende que o caminho percorrido pelo planejamento em Goiânia acabou sendo paradoxal e (des)urbanizador, já que em tese o planejamento urbano tem como função organizar os espaços da cidade visando orientar seu crescimento e funcionamento de forma racional. Porém, territórios segregados foram produzidos de forma deliberada e pensada pelo governo estadual, muito em benefício do capital. Consequentemente, se segregou socio-espacialmente, e em condições precárias, uma grande parcela de sua população. Processo este de formação que não está acabado, muito pelo contrário, ele foi e é contínuo.

Goiânia exprime um conjunto de contradições resultante de relações sociais de produção, ou seja, de uma dialética que marca no contexto urbano formas distintas de paisagem de acordo com a realidade histórica. Na concepção de Goiânia, seus

idealizadores não incorporaram as diferenças antagônicas entre as classes sociais. Histórica e gradativamente, isso resultou na afirmação das desigualdades e em uma “cidade fetiche”, onde o planejamento urbano reflete um espaço-tempo como artefato cultural capitalista (MOYSÉS, 2005).

Nas cidades, esse processo de segregação urbana, que promove e reafirma desigualdades, e o da especulação imobiliária, acabam se refletindo na estruturação e dinâmica de seu transporte coletivo. Goiânia não foge dessa lógica.

### **3.3 – Mobilidade urbana na capital goiana**

*Será que a gente se esquece/Ou nunca chegou a saber/Que esse mundo é nosso [...] – Trecho da música  
As coisas não caem do céu, do músico Leoni.*

Como Amaral e Monte-Mór (2012) escrevem, a força humana se potencializa com a vida coletiva, com a comunidade, com trocas de informações e tudo isso se reflete no espaço social da cidade. O ponto atual de desenvolvimento tecnológico, principalmente quando falamos das telecomunicações e da informática, houve um encurtamento das distancias, assim como se diluiu a compreensão entre espaço e tempo. O espaço físico esta permeado, em muitas de suas instancias, por uma integração em nível global e virtual. Ainda assim, como destaca os autores acima, para compreender a cidade, propor políticas e planejamento, é preciso entender que não se trata de apenas propor ligações entre um ponto e outro no espaço. É preciso compreender o espaço como um conjunto de forças sociais e, assim, como um conjunto de símbolos, concepções, valores, relações sociais e culturais. Como demonstramos com David Harvey, essas forças nas sociedades capitalistas ocidentais são guiadas por símbolos, concepções, valores e relações burguesas.

Quando tratamos de mobilidade urbana, os elementos principais são o sistema de transporte e de atividades. Há uma série de variáveis que impactam e são impactadas pela mobilidade urbana, seja de forma direta, como sistemas de transporte e ocupação do solo; ou indireta, como variáveis ambientais, econômicas, sociais, etc. É justamente essa variável de multiplicidades e as políticas públicas desenvolvidas e implementadas relacionadas a elas, que gera um complexo desafio para melhorar a mobilidade e a própria gestão da cidade (Kneib, 2012).

Uma mobilidade urbana de qualidade, impacta no deslocamento dentro das cidades e deve se basear em modos coletivos, e não individualizados, de transportes.

[...] um marco na questão da mobilidade urbana ocorreu em 2012, com a publicação da Lei Federal 12.581 (Brasil, 2012), ou Lei da mobilidade, que institui as diretrizes da política federal de mobilidade urbana. Segundo a citada lei, a mobilidade urbana é considerada a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano. [...] A mobilidade está muito ligada à articulação e união de políticas de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito, desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo, dentre outras. [...] Lembrando que políticas de segurança, ambientais, culturais, educacionais, dentre tantas outras, possuem reflexos na mobilidade das pessoas de forma direta, ou indireta. (KNEIB, 2012, p. 72)

Mas se a consciência dessa necessidade é cada vez mais crescente e existem até leis que tratam disso, por que é tão difícil melhorar a mobilidade nas cidades? Por que o modelo adotado hoje se baseia em garantir a fluidez e o espaço para os automóveis<sup>115</sup> (Kneib, 2012), para o transporte de mercadorias e não de pessoas, está voltada para a produção. Valoriza-se o status do carro próprio<sup>116</sup>, individualiza-se cada vez mais a convivência e afasta-se o acesso a espaços públicos de convivência (isso quando eles chegam a existir).

Tal situação ainda é acrescida pela dinâmica como se dá a construção do espaço urbano, usos do solo, crescimento das periferias, conurbação, entre diversos outros fatores. Por isso, o problema da mobilidade<sup>117</sup> urbana vem atingindo tanto as cidades médias como as grandes metrópoles. A forma urbana, ou seja, as características espaciais, a distribuição física das atividades (como moradias, comércios, indústrias, etc.) e o padrão de realização destas pelos habitantes sofre influência direta do capitalismo<sup>118</sup>. Conseqüentemente, tende a produzir formas urbanas mais extensas nos quais os processos ligados a segregação socioespacial, formação de grandes espaços não edificadas e especulação imobiliária criam espaços caóticos e em constante construção e reconstrução (RESENDE, 2014). Como demonstrado no item anterior, foi assim que se deu a dinâmica socioespacial e a configuração das formas urbanas de Goiânia.

O suporte para a materialização da paisagem da capital foi o processo de valorização e de especulação imobiliária marcadamente nos setores Central, Oeste, Bueno, Bela

---

<sup>115</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre a “tirania do automóvel”, ler *Apocalipse Motorizado*, livro organizado por Ned Ludd e publicado pela Coleção Baderna.

<sup>116</sup> Para uma análise mais aprofundada do tema, ler *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*, organizado por Ned Ludd e publicado pela Conrad.

<sup>117</sup> Congestionamentos, redução da fluidez do trânsito, poluição, perda de qualidade de vida, gasto de tempo excessivo se movimentando de um ponto a outro, etc.

<sup>118</sup> Grandes aglomerados urbanos assumem formas marcadas pela conturbação, como no caso de Goiânia.

Vista<sup>119</sup> e, sobretudo a partir de 1990, nos bairros Alto da Glória, Jardim Goiás, Parque Amazônia e outros locais na região sul da cidade (RESENDE, 2014). Entretanto, entre 1930 e 1950 a estruturação da cidade e os padrões de uso do solo ainda não se configuravam como grandes empecilhos para a circulação de pessoas.

[...] o primeiro meio de transporte coletivo utilizado em Goiânia, denominado “tareca”, não apresentava segurança e conforto para os usuários. Estes veículos, que na verdade resultavam de uma série de adaptações feitas em caminhões de pequeno porte, juntamente com o uso de bicicletas e os deslocamentos a pé, foram os principais modais disponíveis à população até a década de 1970. Neste período ainda, cabe destacar a existência de um pequeno número, de veículos denominados carros “de praça” que eram veículos alugados que funcionavam em sistema de lotação. Em linhas gerais o transporte da cidade era feito de forma improvisada com rotas e horários livres de planejamento e controle rígidos. No início da década de 1960 a empresa Aragarina, em operação até os dias de hoje, inaugurou a primeira linha de ônibus de Goiânia estabelecendo, a partir das avenidas Anhanguera e vinte e quatro de outubro, a união entre o centro da capital e o bairro de Campinas. (RESENDE, 2014, p. 173)

Com o crescimento da capital e a ocupação de novas áreas, outras empresas entram no setor de transporte coletivo. Segundo Resende (2014), ocorreu até 1969 o transporte ficava a cargo de pequenas empresas familiares, as “viações”. Apenas na década de 1970 ele passou para a tutela do município, e posteriormente para a do Estado, em 1975. Em 1978 o poder Executivo Municipal, através da Lei nº 5.372/76, estabelece as diretrizes de implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano do Município de Goiânia - SIT. Por meio dele, o Poder Executivo Municipal transferiu, pelo prazo de trinta anos, todos os direitos relativos à exploração, coordenação, controle, implantação e à operação do sistema de transporte, bem como direitos de concessão, à Empresa de Transportes Urbanos do Estado de Goiás S/A – TRANSURB.

Mas isso não eliminou os problemas do transporte devido ao crescente número de usuários e da negativa qualidade do serviço oferecido. Situação essa, também impactada pela integração de municípios à Região Metropolitana de Goiânia (RMG), gerando os chamados “movimentos pendulares quotidianos”, principalmente devido a questões de emprego e estudo.

É importante ressaltar ainda, a RMG apresenta um grande estoque de terrenos não edificados no interior de sua mancha urbana. A presença destes vazios mantém relação direta com problemas ligados à mobilidade urbana. Podemos destacar que o espraiamento da cidade se conduzido mediante a forte presença de espaços não edificados irá

---

<sup>119</sup> Concentram também equipamentos urbanos de grande porte e oferta de serviços variados.

acarretar em aumento dos gastos com infraestrutura urbana, pressão sobre o preço das passagens do transporte público, aumento dos gastos com fontes de energia e o incentivo à obtenção e valorização do automóvel de uso particular, além de provocar o aumento do tempo gasto com deslocamentos quotidianos. (RESENDE, 2014, p. 175)

Além do crescimento desenfreado da RMG, a especulação imobiliária e a segregação urbana fazem com que a situação acima descrita se arraste até os dias atuais, assim como outros problemas advindos da vida urbana. Na tentativa de sanar, ou no mínimo amenizar tais consequências, em 2007 foi elaborado um novo plano diretor para Goiânia. No que tange especificamente a questão do transporte coletivo na capital, desde a segunda metade da década de 1970, diversos estudos e medidas vem sendo apresentados pelo poder municipal.

Em 1975, a prefeitura criou o IPLAM (Instituto de Planejamento Municipal), para tratar dos problemas de mobilidade urbana. Em 1980, foi elaborado o Plano Diretor de Transporte, ou Projeto Integrado de Circulação e Transporte, estruturado no eixo norte/sul e visando a integração. Nesse período também foram criados o Convênio AGLURB/GOIÂNIA (Aglomerado Urbano de Goiânia), com a capital e as cidades da RMG; juntamente com o Convênio, houve a criação do CD-AGLURB (Câmara Deliberativa do Aglomerado Urbano de Goiânia). E, no decorrer do decênio, houve a implantação das Estações de Integração, ou “Terminais”, como são mais conhecidos. Nos anos de 1990, o sistema já mostra sinais de esgotamento, com uma infraestrutura já degradada fisicamente e operacionalmente insuficiente. Em 1996, foi feito o estudo Programa de Priorização do Transporte Coletivo da RMG, propondo um conjunto de intervenções. Para tentar superar tal crise, o governo estadual cria a Metrobus, operadora de serviço de transporte coletivo, em 1997 (SOUZA; PASQUALETTO, 2014). Retoma-se também, após anos sem investimento na área, ações públicas e privadas com relação ao transporte, como o sistema de arrecadação automatizada SITPass. E mais

Posteriormente, no ano de 1998, a pedido da Câmara Deliberativa do Aglomerado Urbano de Goiânia - CD/AGLURB tivemos o Programa de Priorização do Transporte Coletivo de Goiânia – PRIORI – TRAN, elaborado pela Oficina Consultores Associados. Posteriormente, no ano de 1998, a pedido da Câmara Deliberativa do Aglomerado Urbano de Goiânia -CD/AGLURB tivemos o Programa de Priorização do Transporte Coletivo de Goiânia – PRIORI – TRAN, elaborado pela Oficina Consultores Associados. Em 2000, novamente, a TRANSURB contrata a TCBR para elaborar o Relatório da Pesquisa de Origem e Destino (OD 2000). No ano seguinte, o Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo de Goiânia foi elaborado pela

Oficina Consultores Associados para a Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo – CDTC (2001). Durante os anos de 2000 e 2002 os problemas ligados ao setor de transporte público revelam fragilidades e instabilidades no âmbito das relações contratuais e do não atendimento das demandas por investimentos. Cunha (2012) chama a atenção para a existência de vários Planos e projetos de reformulação que foram realizados, mas não executados. Em 2002 tivemos a disponibilização de três importantes documentos que tocaram na problemática do transporte coletivo de Goiânia e sua RM. Foram o Relatório de Dados Socioeconômicos da OD – 2000, o Plano Diretor Urbano de Aparecida de Goiânia, elaborado pela Prefeitura de Aparecida de Goiânia com participação da Comunidade Técnica, Poder Público e Sociedade do Município e o Plano de Ação Imediata para Reestruturação do Transporte Coletivo de Goiânia, desenvolvido pela Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo com participação do SETRANSP e GETRANS. Posteriormente, em 2003, tivemos o Plano de Reordenamento do Projeto de Reestruturação do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Goiânia, desenvolvido pela Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo em 2003. (RESENDE, 2014, p. 176)

Por fim, ainda no mesmo ano de 2003, é criada a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC). Em 2004, coordenado por esta, houve a elaboração do Plano Setorial Diretor de Transporte Coletivo (PSDTC). Segundo Souza e Pasqualetto (2014), mesmo não licitado o sistema, foram emitidas as primeiras Ordens de Serviços Operacionais (OSOs), além da reforma e construção de mais dois terminais: Parque Oeste e Goiânia Viva; posteriormente, em 2006, foi realizada a revisão do PSDTC com a elaboração dos Projetos de Corredores; no ano de 2007 foi iniciado o processo licitatório das linhas do SIT-RMCT-RMG e concluído em 2008, que trouxe em seu bojo três premissas importantes: não licitar a operação do Eixo Anhanguera, operada pelo Governo do Estado através da Metrobus; criação do Consórcio RMTC, que tem como função o planejamento, controle e fiscalização do sistema; e a reedição da divisão operacional da rede de atendimento.

A atual estrutura da rede de serviço de transporte coletivo da RMG, em sua totalidade, abrange uma área territorial de 6.576 km<sup>2</sup>, área compreendida pelo Município de Goiânia e mais 17 Municípios do entorno, conurbados e não conturbados (SOUZA; PASQUALETTO, 2014). De acordo com o site oficial da RMTC, a empresa dividiu a cidade em três grandes regiões: oeste, leste e sul. Nelas estão situados diversos eixos de circulação, além de linhas expressas e alimentadoras. A área oeste abrange cerca de 280 bairros, com 88 linhas, sendo 12 eixos. A área leste, atende a cerca de 200 bairros, com 70 linhas, sendo 8 eixos. E a área sul, possui aproximadamente 390 bairros, com 133 linhas, com 18 eixos. Além disso, a RMTC afirma dispor de 3 linhas que funcionam

24hrs<sup>120</sup>. Entretanto, esse modelo ainda não se adequa ao modelo ideal proposto pelo Plano Diretor de 2007.

Segundo o artigo 15 desse documento, as políticas públicas para a mobilidade, acessibilidade e transporte do município tem o objetivo de “promover ações de forma a garantir a mobilidade urbana sustentável, proporcionando o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, eliminando ou reduzindo a segregação espacial, garantindo o desenvolvimento urbano, contribuindo para a inclusão social, favorecendo a sustentabilidade sócio-ambiental e a acessibilidade universal”. E mais, no parágrafo único do artigo 16, a acessibilidade universal é a condição prévia para participação social e econômica em igualdade de oportunidades, é um direito básico que garante a não discriminação do cidadão em função de sua idade ou de suas necessidades especiais. No artigo 17, está inscrito a defesa da prioridade para os “deslocamentos não motorizados sobre os motorizados, dos deslocamentos coletivos sobre os individuais e dos deslocamentos das pessoas sobre os bens e mercadorias”. E fala-se também sobre “estruturar a rede viária com prioridade para a segurança, a qualidade de vida e a integração territorial do Município, favorecendo a acessibilidade e a circulação”. Quando chegamos à Seção II, que versa sobre o programa do sistema de transporte coletivo, encontramos como algumas de suas propostas: promover ações que permitam universalizar o serviço de transporte coletivo, considerando as necessidades específicas dos distintos segmentos da população e dos setores da cidade nos deslocamentos urbanos; promover a inclusão social no transporte urbano, mediante a adoção de soluções operacionais e de modelo tarifário, do acesso das famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que requerem deslocamentos motorizados; qualificar o serviço de transporte por meio de inovações tecnológicas da frota e dos sistemas operacionais, rede e infra-estrutura, visando maior regularidade, menor lotação, maior conforto e menor tempo nas viagens; oferecer, à população usuária, o transporte noturno 24 horas, com a implantação de linhas regulares, mantendo a circulação dos veículos do sistema, no período compreendido entre a meia-noite e as seis horas da manhã; além da construção de corredores, ciclovias<sup>121</sup> e ciclofaixas<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> <http://www.rmtcgoiania.com.br/index.php/linhas-e-trajetos/toda-a-rede> .

<sup>121</sup> Atualmente existem pouquíssimos quilômetros de ciclovias na cidade, sendo que muitos são próprios para o lazer e não para a mobilidade, como no caso da ciclo faixa no parque Areião; e há apenas três corredores exclusivos: o leste-oeste, o que liga a Praça Cívica a Praça da Bíblia e o da Av. T-63. Isso nos

Algumas das medidas propostas foram realizadas, porém ainda em pequena escala, como as ciclofaixas; ou se dão em processo lento, como a implantação de todos os corredores propostos; ou ainda, existem, mas atendem a uma parcela da população específica, como no caso das linhas 24hrs, que atende predominantemente os bairros mais valorizados da cidade<sup>123</sup>. A prioridade no que tange a acessibilidade e a circulação, ainda não é a segurança do passageiro, a sua qualidade de vida e nem a integração territorial do município (RESENDE, 2014), mesmo com as diretrizes traçadas pelo último Plano Diretor.

Apesar dos inúmeros debates sobre mobilidade urbana, e inúmeros instrumentos para aperfeiçoar o sistema de transporte coletivo, é notável que as políticas de gestão da cidade, no que tange a mobilidade urbana, não foram capazes de resolver as crises do sistema coletivo de transporte e de promover a sua eficácia (SOUZA; PASQUALETTO, 2014). Existe a ausência de uma verdadeira participação social na elaboração dessas políticas. É necessário pensar a cidade de forma integrada.

Entretanto, o que temos é um transporte coletivo que atende as necessidades de uma cidade capitalista, do capital, da mercadoria e não de seus cidadãos. Um transporte que dá mais ênfase e valor a porção sul da cidade, onde se localiza grande parte dos bairros mais valorizados da cidade e onde se encontra a classe média e alta da capital, como os Setores Bela Vista e Bueno<sup>124</sup>; em detrimento de regiões da cidade, como a região Noroeste, onde está a grande parcela da população trabalhadora e de baixa renda, que necessita desprender horas do seu dia com longos deslocamentos. Tudo isso, pode ser melhor percebido com a leitura das tabelas do Anexo 2, onde se pode ver cada eixo, das três grandes áreas, com suas respectivas quantidades de linhas e os bairros por onde circulam. Por fim, Resende (2014), acrescenta:

---

remete a afirmação de Souza (2014) de que, apesar dos inúmeros debates sobre mobilidade urbana, é possível notar que as políticas de gestão das cidades no que tange a mobilidade urbana, ainda não foram capazes de resolver as crises do sistema coletivo de transporte e promover a sua eficácia.

<sup>122</sup> Todos esses dados e outros podem ser encontrados em: [http://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/PLANO\\_DIRETOR\\_DO\\_MUNICIPIO\\_DE\\_GOIANIA\\_A\\_2007.pdf](http://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/PLANO_DIRETOR_DO_MUNICIPIO_DE_GOIANIA_A_2007.pdf).

<sup>123</sup> Tal dado pode ser visto no Anexo 2.

<sup>124</sup> A Área Sul, na estrutura desenvolvida pela RMTC, é onde se encontra o maior número de eixos, linhas expressas e linhas alimentadoras. É onde está a maior quantidade de bairros também, porém é apenas nela que se encontra as três linhas 24hrs, e estas, por sua vez, atendem a praticamente os meios bairros (na sua maioria bairros nobres).

A partir de uma observação mais generalizante da forma urbana assumida pela mancha urbana de Goiânia nota-se em linhas gerais que este aglomerado apresenta uma configuração espraiada, descontínua, marcada pela existência de grandes espaços não edificados, forte atuação de mecanismos de especulação imobiliária, segregação socioespacial e distribuição desigual e concentrada da oferta de serviços e de equipamentos urbanos pelo território. Este padrão acarreta a formação de um aglomerado que ultrapassa a escala humana e que por sua vez impõe a necessidade crescente por implantação de infraestrutura viária para que os deslocamentos pendulares se realizem através de meios motorizados. (RESENDE, 2014, p. 177)

Mais especificamente, vem ocorrendo incentivo, por diversos fatores, ao carro próprio individual em detrimento dos meios coletivos<sup>125</sup>. Seguindo essa linha, um dos temas mais decorrentes dentro dos movimentos sociais urbanos é a luta referente a mobilidade urbana.

### **3.4 - Movimentos sociais urbanos**

*They always send the poor [...] – Trecho da música B.Y.O.B, da banda System of a Down.*

No capítulo anterior abordamos mais detidamente a temática referente aos movimentos sociais, entretanto, o nosso objeto de estudo, o Tarifa Zero – Goiânia, muito mais que um movimento, é um movimento social urbano. Uma espécie de subdivisão dentro de um grupo maior que constitui os movimentos sociais. Segundo Kowarick (1986), uma definição para eles seriam entende-los como diversas formas de ações promovidas pelas camadas populares e que tem por objetivo questões como terra, habitação, bens de consumo coletivos, etc. Eles se (des) articulam com partidos políticos ou seus antagonismos com relação ao Estado, questionam ou buscam novas formas de sociabilidades e valores. Nem todos têm como horizonte último a conquista de algum direito ou a implementação de alguma política pública ou assistencialista, mas em sua grande parte esses movimentos são assim.

Não a muito tempo os movimentos urbanos ganharam maior espaço nas pesquisas, mas Kowarick (1986) ressalva que grande parte das investigações dizem respeito as condições ou determinações dos movimentos, mais do que investigações sobre eles próprios. Nos anos de 1970, ainda durante a ditadura, os estudos sobre os movimentos sociais urbanos ganham vigor. Começa-se a pensar sobre o papel das organizações de bairros, ONGs, a atuação da igreja, conselhos, a participação popular na gestão pública,

---

<sup>125</sup> Esse dado é claramente apresentado em pesquisa realizada pelo IBGE, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=153&search=goias|goiania|f rota-2015>.

a segregação nas grandes cidades, etc. Por outro lado, um aspecto que também chama a atenção e é foco de pesquisas, como cita Kowarick (1986), é a chamada ação direta, as depredações, invasões, pichações, etc. Atos de violência são vistos comumente, por muitos acadêmicos e principalmente o senso comum, como atos irracionais, atos que devem ser condenados e punidos. Mas pensar assim, remete a uma lógica reificadora, que autores como Anselm Jappe se propõem a desconstruir. Segundo Jappe (2011), toda e qualquer oposição à política das instâncias eleitas que vai além de um abaixo-assinado ou outras medidas legalmente definidas é por definição “antidemocrática”. Nessa concepção da vida pública, cabe ao Estado, as instituições e as autoridades toda e qualquer iniciativa. E isso pode ser facilmente transposto da teoria para a realidade quando nos atentamos as notícias vinculadas na grande mídia, mais especificamente na mídia goiana, que nomeiam ativistas que utilizam um repertório de ação composto por ações diretas como “vândalos”.

De Maquiavel a Bourdieu, inúmeros autores da Sociologia e da Ciência Política já apontam para o monopólio da violência pelas mãos do Estado, a primeira é o núcleo do segundo. As violências não se mantem apenas na esfera de salvaguardar a ordem externa de um estado frente a outro estado. Um estado de pessoas e armas para manter a ordem interna, para “administrar a morte”, não é um Estado (Jappe, 2011). E mais, em tempos de crise, o que o Estado tem mais a oferecer é “proteção”, ou seja, ele tem todo o interesse em perpetuar (e as vezes disseminar a ideia) a insegurança, que por sua vez cria a demanda por proteção. Ainda segundo Jappe (2011), nos últimos trinta anos se erigiu um arsenal de vigilância e de repressão, como veremos mais detalhadamente no próximo subtópico deste capítulo, que supera até mesmo os períodos e/ou Estados totalitários. O Estado democrático atual está muito mais equipado do que Estados totalitários de outrora, principalmente devido ao desenvolvimento da internet, para perseguir e eliminar o que possa fazer-lhe frente. Um outro ponto importante, para além dos apontados pelo autor, é que hoje a violência estatal é em sua grande maioria velada, ela não é tão direta e visível em regimes totalitários, em estados que vivem uma ditadura, somos vigiados e enquadrados constantemente e não nos atentamos a isso. Assim, qualquer prática ou recurso que empregue a ação direta para superar esse estado, ou alguns de seus aspectos, é classificado como ilegal e definido como violência (Jappe, 2011).

Além dos estudos sobre o papel e as implicações da violência nos movimentos sociais urbanos, convém ressaltar também, como aponta Kowarick (1986), estudos que se focam no papel da Igreja nessas mobilizações, que começou a ocorrer em pleno período autoritário, particularmente no que tange a participação mais democrática possibilitada pelas Comunidades Eclesiais de Base, com a utilização de um “discurso popular” que ia na contramão ao elitismo, mandonismo e a exclusão socioeconômica. Interessa também a muitos desses pesquisadores brasileiros, a ligação desses movimentos urbanos com órgãos governamentais e com partidos (como exemplifica as dezenas de estudos sobre o Movimento dos Sem Terras e suas diversas conexões com o Partido dos Trabalhadores), assim como as resultantes que podem sair desse processo, tais como: passividade ou ativismo, espontaneidade versus organização, autonomia ou dependência, heterogeneidade versus unidade ideológica, cooptação, etc.

Os movimentos urbanos costumam se dirigir *ao* Estado e, segundo Kowarick (1986), a questão do antagonismo social acaba por atingir variados segmentos da população pauperizada, excluídos dos benefícios de uma sociedade rapidamente desenvolvida, acabando por avolumar crescente contingente de trabalhadores em bairros destruídos de infra-estrutura e serviços básicos. Esses movimentos refletem o caráter extremamente espoliativo da vida nas metrópoles brasileiras e, conseqüentemente, a importância da questão urbana, das reivindicações e lutas a ela ligadas. Isso leva ao fato de que a forma mais comum de se abordar um movimento desse tipo é em termos de impactos positivos ou negativos resultante da sua relação com as instâncias do Estado, ou seja, se suas reivindicações foram atendidas e transformadas em políticas públicas ou não.

Decorre dessa tendência a um horizonte último dos movimentos no desenvolvimento e execução de uma política pública a perda do caráter perverso, de inimigo, do Estado, metamorfoseando-se, como escreve Kowarick (1986), em agentes e ações visíveis e palpáveis. E as classes populares se transformam em membros reivindicantes de associações de bairro, abaixo assinados, petições online, ONGs, etc.

Vale ressaltar que ao se atentar aos movimentos urbanos nunca se deve esquecer que: o conflito e os antagonismos entre dominados e dominantes no contexto das reivindicações e lutas urbanas contra o Estado, ao adotar uma visão estreita de conflito de classe, a partir de uma premissa de análise – a oposição natural e radical – pode redundar numa postura de cunho genérico que deixa de apreender a riqueza de

processos sócio-políticos que, certamente, variam de uma conjuntura para outra Kowarick (1986). Cada movimento e localidade onde ele atua possui uma história própria, uma identidade cultural heterogênea e também própria, questões de gênero específicas, demandas mais ou menos pontuais, dentre outras especificidades.

### 3.5 – A tarifa zero

*O ônibus atrasou...o terminal está lotado! O povo não é bobo e vai ficar revoltado – Palavra de ordem utilizada nos protestos de Goiânia em 2013.*

A cidade precisa ser coletiva, os espaços públicos precisam ser coletivos, daí decorre que um dos principais desafios, segundo Kneib (2012) é implementar efetivas ações e infraestruturas que privilegiem e valorizem os modos coletivos. A discussão em torno da mobilidade urbana expôs a contradição entre a necessidade de um transporte coletivo que seja público, que atenda aos interesses da sociedade e das forças produtivas em geral e a realidade do sistema de transporte brasileiro, controlado por grupos corporativos, que se pautam pelo lucro. Para coletivos como o MPL, o transporte coletivo é visto como um grande mercado, uma fonte de poder econômico e político, resultando no interesse de que esse sistema seja mantido para esses grupos. O ativistas dessa causa, defendem que o transporte deve ser gerido pelo poder público, ele deve ser municipalizado. Deve-se inverter a lógica da “paga quem usa” para o “paga quem se beneficia”, assim democratiza-se o acesso ao transporte coletivo<sup>126</sup>.

Este é o projeto defendido e buscado pelo Movimento Passe Livre<sup>127</sup> e pelo coletivo originado deste, o Tarifa Zero<sup>128</sup>. Para este coletivo, o crescimento sem planejamento das cidades dificultou o acesso ao trabalho, ao lazer, a educação e outras infinidades de atividades, tendo um custo excessivo, principalmente para pessoas mais carentes, e ocupando várias horas do dia. Só que, principalmente nas grandes cidades, o deslocamento é uma necessidade diária, sem ele inviabiliza-se a vida social. Assim, a

---

<sup>126</sup> <http://tarifazero.org/2009/09/07/tarifa-zero-a-realidade-possivel/>

<sup>127</sup> Movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito e fora da iniciativa privada. Se originou no início dos anos 2000 com a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis.

<sup>128</sup> Em algumas cidades o coletivo local optou por se manter como MPL, em outras localidades preferiu-se adotar o nome Tarifa Zero.

não cobrança da tarifa seria o meio mais efetivo de assegurar tais direitos, inclusive o de ir e vir, da população. Segundo os ativistas:<sup>129</sup>

A tarifa zero deverá ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja: quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode, não paga. Por exemplo: o IPTU de bancos, grandes empreendimentos, mansões, hotéis, resorts, shoppings etc., será aumentado proporcionalmente, para que os setores mais ricos das cidades contribuam de maneira adequada, distribuindo renda e garantindo a existência de um sistema de transportes verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, acessível a toda a população, sem exclusão social.

A ideia de se adotar uma tarifa de custo zero não é novidade e possui claramente um teor social-democrata. Já em 1990, a então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, anuncia tal proposta, de autoria do secretário de Transportes Lúcio Gregori. Segundo o secretário, desde essa época, a melhor maneira de se implantar e gerir tal política pública seriam por meio da municipalização do sistema de transporte coletivo. Algo que as prefeituras já fazem constantemente, em outros serviços<sup>130</sup>.

Assim, segundo documento público escrito pelo vereador Chico Whitaker em novembro de 1990, e publicado também no site acima mencionado em 2011, a proposta tem três objetivos básicos: garantir efetivamente, para todos os cidadãos do município, o direito de locomoção entre sua casa e seus locais de trabalho, serviços e lazer; redistribuir mais equitativamente a cobertura dos gastos necessários para garantir esse direito; melhorar a qualidade dos serviços de transporte coletivo por ônibus.

Basicamente, o que se propõe é que o usuário deixe de pagar o transporte coletivo diretamente, a cada vez que o use, como ocorre agora, passando a pagá-lo indiretamente, através dos impostos; ao mesmo tempo, se distribui esse pagamento por toda a sociedade, com um critério de justiça fiscal: quem tem mais (pessoas e empresas) paga mais, quem tem pouco paga pouco e quem não tem nada não paga nada. [...] O dinheiro assim recolhido vai para um Fundo de Transportes, que financia todo o sistema de transporte coletivo, permitindo que a utilização dos ônibus se faça a tarifa zero. [...] Todas as empresas, inclusive, portanto, a CMTTC, passarão a ser pagas somente por quilômetro rodado [...]. Ao mesmo tempo se aumenta a

---

<sup>129</sup> Essas e outras informações podem ser encontradas no site do Tarifa Zero (nacional): <http://tarifazero.org/tarifazero/>.

<sup>130</sup> <http://tarifazero.org/2009/11/04/os-dominantes-nao-querem-que-os-subalternos-sejam-iguais-entrevista-com-lucio-gregori/>

fiscalização sobre o número de passageiros transportados, o cumprimento dos horários e trajetos etc. (WHITAKER, 1990)<sup>131</sup>

Um transporte totalmente gratuito é algo bem diferente do que estamos acostumados, por isso o receio de uma considerável parcela da população. Mas essa ideia não tem nada de novo, o princípio é o mesmo aplicado as necessidades básicas, como saúde e coleta de lixo. Até por que o direito de ir e vir é constitucional. Além do mais, em todo o mundo, são 86 cidades, em 24 países (como China, Croácia, Bélgica, EUA, Austrália e Estônia), que não cobram tarifa para que a população tenha acesso ao transporte público. No Brasil, 12 cidades também já adotam o modelo, como Maricá (RJ), Paulínia (SP), Muzambinho (MG), Diamantina (MG), etc<sup>132</sup>.

Será que a proposta de um transporte totalmente gratuito é mesmo algo inaplicável? Os governos já cobrem, em partes, os custos operacionais das empresas com subsídios. Mas o serviço normalmente continua péssimo, com isso as pessoas que podem comprar um carro acabam fazendo-o, congestionando mais e mais as vias. Assim, segundo os defensores da tarifa zero, é necessário que, de um lado, a variação da tarifa não tenha relação com a variação do subsídio; e, de outro lado, aumentar os recursos do governo, tanto em suas necessidades de transporte coletivo como nas de educação, saúde e outros serviços. Ou seja, combinar uma tarifa invariável, de valor zero, com uma reforma tributária que propicie mais recursos ao governo. Haveria um aumento no IPTU, previsto para incidir principalmente sobre os imóveis não residenciais, utilizados para atividade comercial ou industrial e sobre os terrenos conservados vazios para fins de especulação. Assim, cabe aos imóveis residenciais somente uma pequena porcentagem do total a ser recolhido através do IPTU. O aumento referente as residências seriam progressivas, isto é, o aumento é maior para residências maiores e mais luxuosas, e menor para as demais.

Mas o maior debate é que a tarifa zero suscita a atenção para outros problemas, problemas de cunho político, relacionados a interesses e a administração pública, muda

---

<sup>131</sup> Em 2011 o texto foi reproduzido no site oficial do movimento Tarifa Zero nacional e pode ser encontrado em: <http://tarifazero.org/2011/08/25/procurando-entender-a-tarifa-zero/>

<sup>132</sup> Os dados podem ser consultados em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/01/tarifa-zero-e-adotada-em-86-cidades-de-24-paises-no-brasil-sao-12-municipios-que-aboliram-a-cobranca-3066.html>

os termos do problema permitindo abordar de frente tanto os custos de operação como a necessidade de investimento para a melhoria dos transportes e de outros serviços públicos. Mudar a atual forma como se dá a mobilidade implica também mudar também aspectos da própria sociedade. Por outro lado, alguns críticos ao projeto levantam o problema do aumento que haverá no número de usuários, uma ainda maior superlotação dos ônibus. Segundo os coletivos que integram a campanha da tarifa zero, ela foi calculada com uma margem de segurança alta, levando em conta esse crescimento. Segundo esses cálculos e planejamento, passariam a ser feitas, por ônibus, cerca da metade das viagens feitas a pé, por dia, cerca de um quarto das viagens feitas, por dia, em automóveis (cálculos com base na cidade de São Paulo). O direito trabalhista das pessoas empregadas no transporte coletivo também seria salvaguardado. Mas vale ressaltar que não é apenas uma medida como essa que resolveria por completo os problemas para usuários e para o trânsito em geral. É preciso implantar corredores exclusivos, incentivar meios alternativos como a bicicleta, melhorar o sistema de semáforos, maior fiscalização, reelaboração de linhas, etc<sup>133</sup>. O principal objetivo é democratizar o transporte coletivo, considerado serviço público essencial.

Mas o direito a cidade é muito mais do que o “ir e vir”, ele significa a materialização de todas as necessidades humanas, desde as mais elementares até aquelas consideradas mais “sofisticadas”, no contexto de um sujeito que vive na cidade<sup>134</sup>.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74)

---

<sup>133</sup> <http://tarifazero.org/2011/08/25/procurando-entender-a-tarifa-zero/>

<sup>134</sup> Como o coletivo Tarifa Zero afirma: diferentemente das cidades europeias, nascidas em muitos casos sob a forma da cidade antiga ou medieval, as cidades latino-americanas nasceram já sob o contexto de organização da cidade capitalista, com uma posição radicalmente diferente daquela desempenhada pelas “metrópoles” europeias.

Segundo ativistas e alguns meios de informação, como o jornal Brasil de Fato, os obstáculos à criação desse sistema não são de ordem econômica, mas política. As montadoras têm, evidentemente, interesse em manter a sociedade dependente dos carros que fabricam. Para garantir seus lucros, precisam manter essa dependência e investem para pressionar os governos local e federal a manter seu controle sobre o sistema de transporte<sup>135</sup>.

### 3.6 – Ciberativismo

*Criar meu web site/Fazer minha home-page/Com quantos gigabytes/ Se faz uma jangada/Um barco que veleje [...] – Trecho da música Pela Internet, de Gilberto Gil.*

Com o advento e desenvolvimento da internet, principalmente da Web 2.0, vivemos um momento de codependência entre diversos campos e de reconfigurações conceituais e políticas. Tais impasses geram estruturas com novas dinâmicas econômicas e culturais, assim como o discurso e a prática. Há uma nova relação com o presente.

Como aponta Malini e Antoun (2013), a internet era originalmente uma máquina de combate, um dispositivo de monitoramento e controle militar, ainda no fim dos anos de 1960. Com a incorporação desta pelas universidades norte-americanas, ela acabou sendo tomada por grupos de discussão que se multiplicaram. Com a atuação da cultura hacker durante os anos de 1970, em 1984 a internet se populariza por meio da Usenet, a primeira plataforma popular de conversação online na história da rede e a fundadora da relação “muitos-muitos” como modelo do diagrama de comunicação através da internet. Ou seja, foi o ano de invenção do ciberespaço, um ambiente virtual comunitário e participativo.

Na história da militância política, a Internet dos grupos de discussão vai inaugurar a política de vazamento como *modus operandi* para fazer chegar aos diferentes usuários de todo o mundo as informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, acrítica a poderes econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política dos movimentos feministas, ambientalistas e estudantis, amparados em torno de instituições não governamentais que usam as BBSs e a Usenet para organizar suas lutas ou para vazar

---

<sup>135</sup> Para ler a reportagem completa, escrita por João Alexandre Peschanski, em 15/07/2011, acessar: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/6845>

notícias que sofrem barreiras das censuras políticas e econômicas locais. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 20)

Nesse contexto, países como o Brasil passavam por ditaduras militares e, mesmo depois de processos de redemocratização, a essência da utilização da internet para fins organizativos e de divulgação de movimentos permanece. Em países que ainda hoje possuem regimes autoritários, a exemplo do que ocorreu na Primavera Árabe, essa utilidade é ainda mais acentuada, principalmente na luta contra a censura.

Um fator que dá peso a esse aspecto é a relação da grande mídia, dos meios de informação oficiais, dos grandes conglomerados midiáticos com os movimentos sociais. Trabalhando no caso brasileiro, temos que historicamente os grandes meios são rivais dos movimentos sociais, tendo em vista o principal argumento de que os primeiros não ouvem os segundos como fontes de informação (CAVALCANTE, 2010), ou quando são isso ocorre de forma distorcida. Assim, a internet se torna um novo meio de atuação dos movimentos sociais junto aos meios de comunicação. Uma comunicação sem a “filtragem” da grande mídia, a mídia patrocinada, a mídia voltada a interesses particulares.

A mídia sempre teve uma forte e importante relação com os movimentos sociais. Ela tem o poder de crescer ou de destruir movimentos, pois constrói a representação destes no imaginário popular, constrói uma cultura política sobre o movimento. Ao longo do tempo isso gerou diversos atritos, pois a grande mídia, voltada para interesses particulares, é constantemente acusada de criminalizar os movimentos sociais, noticiá-los como baderneiros e violentos, ponto este claramente perceptível em várias das notícias referente as manifestações de 2013<sup>136</sup>. Sobre os grandes meios de comunicação:

[...] apresenta a sua versão de classe dos factos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de ideias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente, de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação para incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por ser convencida e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social. (CAVALCANTE, 2010, p. 16)

---

<sup>136</sup> Isso pode ser visto, por exemplo em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/manifestantes-tentam-invadir-o-palacio-do-governo-em-goiania.html>

Ou seja, muitas vezes há uma espécie de controle informal, por meio de denúncias destorcidas, falsas acusações, omissão da versão dos ativistas, responsabilizando-os pela intolerância e violência, uso de termos como arruaceiros, criminosos, terroristas, acusações de que protestos e manifestações populares trazem prejuízo a economia, etc. Tudo isso através de grandes manchetes, fotos provocativas, textos novelescos, reportagens tendenciosas, etc. Segundo Cavalcante (2010), os movimentos sociais só se tornam notícia quando a polícia entra em confronto com ele. Há uma lógica de se substituir a notícia das razões dos manifestantes pelos confrontos violentos com a polícia. Assim, é bastante comum ver emissoras como a Globo e a Record e revistas como a Veja criminalizando os sujeitos inseridos nas lutas e movimentos populares.

Essa grande mídia, pelo menos no caso brasileiro no contexto de 2013, só irá se interessar e manter um discurso em paridade com os movimentos sociais quando, em um viés bourdieusiano, onde diferentes classes, como jornalistas, ativistas e policiais, estão em um campo de disputa e ao ocorrer violência policial frente um componente da classe jornalista a grande mídia toma a luta para si, deixa de apoiar uma classe frente a outra devido a seus próprios interesses.

O problema é que, juntamente com os protestos, a comunicação é utilizada por um movimento social para mobilizar a opinião pública a seu favor e, com isso, tentar promover mais pressão sobre órgãos e políticas estatais (CAVALCANTE, 2010). Ou seja, é de suma importância eles terem sua própria comunicação ao invés de ficarem a mercê dos altos e baixos com a grande mídia, uma comunicação com uma prática e uma ética diferente da desses últimos. Tal fato acabou por ligar fortemente os movimentos sociais com a comunicação alternativa, não dependentes dos financiamentos tradicionais. Isso é algo que sempre aconteceu na história dos movimentos sociais em todo o mundo. Podem ser jornais, revistas, fanzines, almanaques, emissoras de rádio, etc. e surgem com mais destaque, principalmente na América Latina e Brasil, entre 1960 e 1990 com os governos autoritários que dominavam a região.

No Brasil não foi diferente. Surgidos na esteira do golpe militar de 1964, os primeiros jornais alternativos formaram o que Regina Festa chama de uma comunicação de resistência (KUCINSKI, 2003: 33). De 1964 a 1978, as características da produção comunicacional alternativa passaram por diferentes etapas. Em cada fase eram diferentes as motivações e o caráter da articulação entre seus protagonistas e deles com a sociedade civil. Surgiam novas propostas estéticas e operacionais, mudava o relacionamento com os leitores. Dessas mudanças no imaginário dos protagonistas da imprensa

alternativa é que se retira uma periodização elucidativa do que foi o ciclo alternativo [...] O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, de censura prévia. (CAVALCANTE, 2010, p. 19)

O fim da ditadura não significou o fim dos meios de comunicação alternativos, eles apenas foram colocados em um outro patamar no que se refere a comunicação dos movimentos sociais, muito em decorrência do, a partir dos anos de 1980 e principalmente, no caso brasileiro, final da década de 1990, advento e crescimento a internet. Essa mudança estrutural no modo de se fazer comunicação promoveu novas possibilidades comunicacionais ao conjunto da sociedade.

Essa internet, não mais voltada para a exclusiva atividade milita ou científica, ganha uma tendência de troca de informações ao estilo *muitos-muitos*. Ainda nos anos de 1980, em um contexto mundial dos países de capitalismo mais desenvolvido, os grupos de discussão e as comunidades hackers dão início a promoção de um ativismo midiático, inspirado nas lutas antidisciplinares nos anos de 1960 e 1970, bifurcado entre midialivrismo de massa, que busca a liberdade frente ao poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação, influenciados pela política de cunho mais radical dos novos movimentos sociais e também realizavam uma luta transversal pela democratização; por outro lado, o ciberativismo quer radicalizar os direitos fundamentais, subverter seu sentido liberal, sua genealogia está na arte radical e nos movimentos de contracultura. Apesar de origens um pouco diferente, segundo Malini e Antoun (2013), ambos reivindicam uma outra economia política dos meios, onde tal propriedade deva ser comum e a produção de conteúdo midiático seja social, via cooperação, redigida por uma estrutura decisória coletiva e por um direito do autor que permita que os conteúdos circulem livremente e não como um arrecadador de patentes.

Entretanto, os grupos de discussão midialivristas tem na base processos e práticas performáticas, passando longe da política radical. É o ciberativismo, na década de 1990, que tem seu primeiro grande destaque com o movimento Zapatista que começa a usar as ferramentas da internet para chamar a atenção da comunidade internacional para sua causa e é logo seguido por ONGs como o Greenpeace e a Anistia Internacional (CAVALCANTE, 2010, p. 37). Ao fim desta década o ciberativismo se fortalece de vez com os eventos da Batalha de Seattle, com o surgimento dos Centros Indymedia, uma

rede internacional de informação que se caracterizam por uma ordem social e política e se autodeclaram livres e independente de interesses estatais ou empresariais<sup>137</sup>.

No contexto nacional, esse fenômeno se deu alguns anos depois:

No Brasil, a consagração da Internet como fenômeno de comunicação, se deu no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Janeiro de 2001 em Porto Alegre. Na oportunidade, constatou-se que organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estavam utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania (MORAES *apud* CAVALCANTE, 2010, p. 38)

Nesse ativismo via ciberespaço, este último é uma forma de complexificar as atividades advindas do espaço físico. Da origem a lugares de discussão antes monopolizados pelo Estado ou instituições, expressão ideias e valores, constituindo novas ferramentas de manifestação. A heterogeneidade nos ideários, identidades, práticas e naturezas constitutivas desses grupos se reflete em usos e apropriações dessas novas ferramentas, a exemplo da crescente utilização de telefones celulares para fins de ativismo online.

Com base em Alcântara (2015), temos a diferenciação entre três tipos de ciberativismo: ativismo computadorizado, que para além do compartilhamento de informações e do diálogo entre ativistas, é a chamada “infoguerra”, na qual a internet é utilizada para incitar a ação em escala global; a desobediência civil eletrônica, que consiste em uma forma de ação direta e descentralizada, no meio eletrônico, que promove o bloqueio virtual de sites; e temos também o hackeamento politizado que promove práticas de bloqueio como a anterior, mas não envolve mobilização e participação, depende do anonimato de seus membros e muitas vezes pode ser realizada individualmente e muitas vezes é ilegal.

Muitos ativistas, como o grupo Anonymous, cidadãos e estudiosos veem com demasiado entusiasmo essa ferramenta de comunicação e esse tipo de prática virtual nas lutas, porém é preciso “manter o pé no chão”. Cavalcante (2010) ressalta que da perspectiva ativista, a internet pode permitir liberdade de expressão, mas a voz dessa liberdade é muito difícil de ser ouvida a não ser que as outras pessoas estejam procurando-a. A internet tornou-se muito mais um meio do “mainstream” e comercial.

---

<sup>137</sup> A versão do Indymedia brasileira pode ser encontrada em <http://www.midiaindependente.org/>.

Uma crítica mais intensa irá questionar a própria ideia de liberdade na rede mundial de computadores. Assange (2012) é um exemplo<sup>138</sup>, para ele vivemos em um meio que agora possui uma maior comunicação, mas também uma maior vigilância. E pior, ela se torna cada vez mais totalizadora por que são as próprias pessoas que divulgam suas ideias e opiniões políticas, sua vida familiar, suas amizades etc. na internet, principalmente via redes sociais.

Se olharmos para a internet do ponto de vista das pessoas no poder, os últimos vinte anos foram aterrorizantes. Elas enxergam a internet como uma doença que afeta sua capacidade de definir a realidade, definir o que está acontecendo, o que, por sua vez, é usado para definir o que as pessoas sabem sobre o que está acontecendo e a capacidade delas de interagir com a realidade. [...] Houve um investimento gigantesco em vigilância porque as pessoas no poder temiam que a internet pudesse afetar seus métodos de governança. (ASSANGE, 2012, p. 37)

Ou seja, aquela infraestrutura que possibilitou novas formas de comunicação, encurtamento do espaço-tempo, divulgação rápida de informação, alternativa a grande mídia, discursos sem filtragem de interesses, fácil mobilização de indivíduos, etc. também será utilizada para rastrear e marginalizar todos os envolvidos em ação para além do consenso das autoridades e do Estado (leia-se, da classe dominante). Se, por um lado, essa “revolução high-tech” possibilitou grandes avanços no que tange a comunicação entre as pessoas, por outro lado ela está fundamentada em uma economia moderna de mercado, global, transnacional e neoliberal. E com essa infraestrutura toda conectada a uma rede mundial fica fácil exercer a função de monitorar o usuário e seus dados<sup>139</sup>.

Na opinião de Assange (2012), e de muitos outros hackers, os cidadãos podem combater esse “monstro” via ferramentas da própria internet, como listas de discussão, wikis, fóruns, ações de hackers, etc. em uma radicalização da política por vias online.

---

<sup>138</sup> Um outro exemplo é a abordagem que Manuel Castells tem sobre essa questão e que pode ser encontrada, por exemplo, em seu livro *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*.

<sup>139</sup> Segundo Caetano (2016): “A cada acesso que fazemos hoje na *surface web* deixamos diversas informações sobre nós. De pronto nossos dados localizadores (IP, pelo qual é possível saber de onde acessamos; MAC-Adress, pelo qual é possível saber a partir de qual dispositivo conteúdos foram acessados e, também, provedor de acesso). Isso a nível mais imediato. E, salvo bom conhecimento em informática, são traços dificilmente ocultáveis. Além destes dados, cada busca realizada em servidores de busca como *google* ficam registrados, possibilitando o delineamento de um perfil acerca do tipo de conteúdo e temas pelos quais nos interessamos. ”. O texto completo pode ser lido em: <http://blogjunho.com.br/internet-um-campo-inexplorado-de-possibilidades/>

Entretanto, ele e muitos hackers, assim como estudiosos empolgados com as novas tecnologias da comunicação, se esquecem de empecilhos estruturais básicos, tais como: nas 48 economias mais pobres do mundo, por exemplo, 90% da população não tem acesso à internet; nos países em desenvolvimento as mulheres tem 25% menos acesso em relação aos homens, número que sobe para 50% em alguns países da África Subsaariana; no Brasil, o IBGE, com base no último PNAD (em 2013) aponta que metade da população não tem acesso regular a internet; e segundo relatório da ONU, apenas 5% das 7.100 línguas do mundo estão representadas na internet<sup>140</sup>. E mesmo com o crescimento no número de pessoas com celulares que possuem acesso, essa não é a realidade de grande parte da população, principalmente a mais carente; e, para as que são, o acesso costuma girar em torno das redes sociais. Um outro ponto importante é que, mesmo dentre todos aqueles indivíduos com acesso constante, os que possuem conhecimento adequado para uma radicalização da luta política via táticas hackers, como defende Assange, é mínimo também, dialogam pouco com a população em geral. Ou seja, essa parcela fica ainda menor se formos levar em consideração apenas aqueles que possuem capacidades técnicas para atuar na luta via meios hackers. E capacitar aqueles que não sabem é algo que necessita de tempo e investimento em equipamentos. Resumindo: hackers são uma parcela mínima da população.

A rede mundial pode ser melhor aproveitada pelos ativistas quando estes têm consciência dessa constituição ambígua, por que, segundo Caetano (2016), no que tange a dimensão objetiva das lutas sociais a questão tática tem, mesmo movimentos e atores muitas vezes não se dando conta disso, uma dupla função: por um lado deve ser o veículo que comporte os melhores meios aos resultados almejados; e de outro lado, há o fato de que a tática deve ser sensível igualmente ao embate eventual com os aparatos da repressão. Ou seja, assim como as táticas e repertórios dos movimentos sociais são historicamente construídos, eles “evoluem”, as táticas da repressão também o fazem.

Com o desenvolvimento e assimilação, por uma fatia considerável da população, principalmente a população jovem, da internet, muitos movimentos sociais acabaram por

---

<sup>140</sup> Dados obtidos em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/mais-da-metade-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-internet-diz-relatorio-da-onu-17557878>;  
<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/04/acesso-internet-chega-494-da-populacao-brasileira>;  
<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/em-2013-metade-da-populacao-brasileira-nao-tinha-acesso-internet-indica-ibge> .

se ancorar em redes sociais<sup>141</sup> ou em páginas de nicho restrito, como em movimentos identitários, restringindo seu papel a divulgações e ações reativas. Evitar a dicotomia rua-web e se engajar seriamente no trabalho-de-base, seria uma boa alternativa aos movimentos sociais. Já para observadores e estudiosos, deveriam evitar de tratar como iguais aqueles que só se manifestam nas redes sociais, o que alguns chamam de “ativista de sofá”, das outras possibilidades de ação que podem ser produtivas, se corretamente instrumentalizadas.

Assim como existem maus usos da “rua”, do ponto de vista de ganhos aos movimentos, há possibilidade de potentes usos da internet com vistas a este mesmo fim. Pela internet podemos, assim como travamos o fluxo do trânsito em uma obstrução de via, travar o fluxo de dados (vitais à circulação de valor). [...] As ruas são um lugar histórico, de onde não devemos sair, mas também temos de aproveitar as novas oportunidades que a história nos apresenta. (CAETANO, 2016, s/n)

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de uma ação que seja coletiva e contínua, a internet e o discurso de seus defensores pregam que esta é um lugar de grande interação social, mas muitas dessas ações de cunho político ainda têm um caráter individualista, um exemplo é a atuação hacker. Nós concordamos com o autor supracitado de que devemos disputar o significado coletivo das lutas ali travadas.

### **3.7 - A luta e os limites do coletivo Tarifa Zero – Goiânia**

*Se aumentar vai rolar os molotovs – uma das várias palavras de ordem usadas nas manifestações de Goiânia em 2013.*

Mas do que um transporte coletivo de qualidade, o MPL tem um discurso de promoção de um transporte que seja público, com a não cobrança de tarifa, a luta do coletivo se pauta por “uma vida sem catraca”. Em muitas cidades, o Movimento Passe Livre, optou por adotar o nome de Tarifa Zero, como também já explicado anteriormente nessa pesquisa, como ocorreu no coletivo de Goiânia.

Eventos interseccionados pelas consequências negativas de um capitalismo transnacional, da luta de classes e do papel desempenhado pelas novas tecnologias de comunicação, nos levou a tentar entender o que era e como atuava o braço do MPL em Goiânia. O Tarifa Zero local nunca foi um coletivo grande, em termos de números. Nem todas aquelas pessoas que foram a ruas nos atos de 2013 eram necessariamente

---

<sup>141</sup> Que, como bem lembra Caetano (2016), são propriedade de empresas privadas e das quais os dados produzidos constituem um importante valor na geração de lucro.

membros do TZ. Os atos eram puxados pela Frente de Luta, grupo que concentrava diversos coletivos pela defesa de uma pauta comum: barrar o aumento da tarifa. Dentro da Frente haviam anarquistas, autonomistas, membros de partidos, leninistas, maoístas, etc. O TZ era um dos componentes da Frente de Luta e não a Frente em si.

Sendo assim, o coletivo Tarifa Zero, no recorte temporal aqui escolhido, era composto por, em termos de membros efetivamente atuantes, dez pessoas. Todos jovens, entre 19 e 30 anos, estudantes e /ou trabalhadores de classe média e /ou do precariado<sup>142</sup>, todos habitantes da capital e que optaram por ingressar no TZ por se identificarem com os princípios e as pautas. Sendo assim, optamos por realizar entrevistas com os membros do coletivo, uma entrevista estruturada em cinco blocos<sup>143</sup> e realizada via email ou presencial. Uma das problemáticas encontrada no decorrer da pesquisa é que nem todos os membros, mesmo sendo garantida o sigilo de identidade de cada entrevistado, aceitaram responder as perguntas. Ainda assim, conseguimos uma amostra de cinco entrevistas, realizadas ao longo de 2015.

Outra problemática percebida é que, diversas pesquisas realizadas sobre a temática dos movimentos sociais e ditas neutras, simplesmente descritivas, ou mesmo críticas, tem como efeito produzir um mapeamento das características ideológicas, organizativas, comportamentais, estratégicas, etc. dos movimentos. Mesmo com “boas intenções”, uma grande parcela dessas pesquisas acaba por produzir informações e análises nos mesmos moldes que os serviços de inteligência e repressão, colocando em risco diversos grupos e ativistas<sup>144</sup>. Com isso, optamos por, após entender a dinâmica do Tarifa Zero local, apresentar seus pontos principais, mas de maneira a não comprometer

---

<sup>142</sup> Essa classificação tem como base o texto *Brasil, junho de 2013*, de André Singer. Entretanto, diferentemente do autor, que classifica os manifestantes desse período como sendo pertencentes a classe média ou ao novo proletariado, este trabalho optou por utilizar o termo “precariado” ao invés de “novo proletariado”. De acordo com Ruy Braga (2013), esse termo se refere a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados, trabalhadores recém-saídos da informalidade, trabalhadores sub-remunerados e (para o foco dessa pesquisa) jovens à procura do primeiro emprego.

<sup>143</sup> Bloco 1: movimentos sociais e participação política; bloco 2: cidade e mobilidade urbana; bloco 3: Tarifa Zero; bloco 4: mídia; bloco 5: violência policial.

<sup>144</sup> Para uma leitura e uma discussão mais aprofundada sobre o tema, indicamos a leitura dos seguintes textos: *A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais* (disponível em: <https://rccs.revues.org/980> ) e *“A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia* (disponível em: [http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469066325\\_ARQUIVO\\_paperabcp2016tavaresveloso\\_final.pdf](http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469066325_ARQUIVO_paperabcp2016tavaresveloso_final.pdf) ).

o coletivo, e abordar, com base nisso, os seus limites na luta. E mesmo o coletivo em pauta tendo tido fim no ano de 2015, consideramos uma questão de respeito para com os ativistas que colaboraram com a pesquisa manter essa proposta. Para além disso, nenhum será identificado aqui, sendo os entrevistados nomeados como: AF (sexo feminino), BF (sexo feminino), CF (sexo feminino), DM (sexo masculino) e EM (sexo masculino)<sup>145</sup>.

No que tange o primeiro bloco das entrevistas, que analisou o entendimento dos ativistas sobre os movimentos sociais e a participação política, pode-se perceber que eles têm um entendimento do que venha a ser um movimento social, assim como de sua importância, como pode ser exemplificado na fala da ativista BF:

*“Grupos que se organizam para reivindicar e lutar por causas específicas (problemas sociais presentes na sociedade.”*

Ou ainda na fala do ativista DM, que acaba apresentando uma definição de movimento social:

*“[...]trabalhamos com esse termo enquanto categoria de análise, mas é necessário dizer que não como simples ferramenta de análise estrutural, distanciada do objeto, e sim por duas vias: a que identifica o “movimento social”, o que é possibilitado tanto pelo próprio grupo que se autodenomina enquanto tal, quanto pela percepção das características de um conflito entre um grupo organizado e, normalmente, o estado; e a via que ajuda a descrever e analisar o fenômeno do movimento social em si, em determinada circunstância, e colocá-lo em relação a outros movimentos sociais.”*

No que se refere a importância desse tipo de luta, apontada como fundamental na concepção dos ativistas, a fala de CF:

*“Sim, pois é por meio dela que consegue conquistas sociais, avanço da consciência de classe, intensificação da luta de classes e acúmulo de forças para a classe trabalhadora, além da luta ser pedagógica quanto ao caráter histórico da realidade.”*

Eles entendem a potencialidade que tomou as manifestações de 2013 como uma demonstração da insatisfação da sociedade em geral com a precariedade de serviços públicos, as más condições de vida e a insatisfação com a representação política advinda de partidos aos moldes que se faz hoje. Uma outra questão que surgiu, é se as manifestações desse período, mesmo com uma pauta diferente, teriam alguma similaridade ou influência de movimentos, já mencionados anteriormente nessa

---

<sup>145</sup> Os entrevistados D e E optaram por responder apenas parte das perguntas.

pesquisa, como Occupy e Primavera Árabe<sup>146</sup>. A aparência inicial era de que sim, mas conversando com os ativistas, percebe-se que, pelo menos no que tange ao contexto goianiense, essa similaridade não se deu de forma direta, intencional<sup>147</sup> e sim, muito mais no âmbito que quem analisa do que de quem promove, como podemos ver na fala do ativista DM:

*“Não sei bem responder, mas, acredito que sim, existem várias similaridades pelo fato de os repertórios de ação dessas mobilizações estarem em estruturas similares, próprias do capitalismo atual. As lutas autônomas, especialmente, tendem a ser historicamente similares também, além de combativas.”*

Como vimos com Tarrow (2009), o conceito de repertório de ação consiste em um conjunto de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha, agindo de forma conjunta em busca de interesses compartilhados. Para o autor, o conceito é ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo tanto o que as pessoas fazem quando estão engajadas em uma luta, como o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam. Assim, mesmo possuindo algumas similaridades, como a utilização da internet como via de comunicação alternativa e verossímil dos conflitos, esses repertórios variam de acordo com o contexto e mudam com o tempo, mesmo que lentamente. O repertório vai depender dos interesses, oportunidades e organização de cada movimento social. Enquanto protestos como os do Occupy davam primazia a ocupação de lugares públicos, os protestos em Goiânia iam para manifestações de rua, ações diretas, paralização do trânsito, etc. Até por que, as próprias pautas são diferentes: os primeiros estavam focados em uma democracia que fosse mais real, enquanto o movimento pela tarifa estava preocupado com a questão do transporte coletivo.

Decorre disso, a pauta sobre a criminalização dos movimentos sociais, primeiro enquanto concepção do que venha a ser isso para eles e depois quando se discute o papel da mídia em 2013. No que diz respeito ao que seja criminalizar um movimento, todos são unânimes:

---

<sup>146</sup> Vale ressaltar que, mesmo ocorrendo desde 2008 e muitas vezes em paralelo com outras lutas nacionais, o caso dessas manifestações em âmbito mundial não foi acompanhada pela maior parte dos ativistas entrevistados.

<sup>147</sup> Salvo exceção do caso da Praça Tahrir, na Turquia, que é apontada pelo ativista E como uma pequena influência.

*“Eu entendo a criminalização dos movimentos sociais como uma forma que o estado e seu aparato repressor têm para tratar as lutas e as reivindicações dos movimentos como um crime, como um terrorismo para poder deslegitimar a luta e reprimi-la. ” (Ativista AF)*

A criminalização dos movimentos sociais sempre foi uma prática típica da classe que domina o Estado (CUNHA; CAMPODONICO, 2010). Segundo Ulisses (2012), o termo consiste em caracterizar como criminoso algo que não necessariamente está tipificado como tal, não é utilizar a força policial para reprimir manifestações, mas sim fazer uma ação ser vista e julgada como um crime, utilizando mecanismos legais e pela opinião pública. É, a grosso modo, considerar como se crime fosse a organização e atuação destas entidades civis que mobilizam os cidadãos na luta por transformações e melhorias em determinados setores sociais. É uma maneira encontrada para se deslegitimar os movimentos sociais enquanto atores sociais, enquanto sujeitos coletivos de direito e pela manutenção do status quo e da classe dominante.

Sanson (2008), nos traz que é um traço histórico dos movimentos sociais ser “tratado como caso de polícia”. De acordo com ele, a direita brasileira demoniza os movimentos sociais, os acusam de violentos, e seus membros de baderneiros. E pretende-se com isso assustar a sociedade, principalmente os setores da classe média e, posteriormente, ganhar o seu apoio. Criminalizar é a resposta dos setores conservadores contra as lutas sociais. Esse fenômeno não consiste, não necessariamente em violência policial, esta é apenas uma das faces da criminalização, a repressão por parte do Estado consiste também em ofensiva jurídica, como a atual Lei do Terrorismo, e midiática.

E Sanson (2008), inda ressalta que se engana quem pensa que a criminalização dos movimentos sociais perdeu força no governo Lula, com seu caráter social-democrata e suas práticas de políticas sociais de caráter compensatórias. Pelo contrário, na medida em que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) optou por uma grande coalizão que vai de setores da esquerda à direita, dissimulou os conflitos de classe e deu espaços para que os setores conservadores retomassem as suas velhas práticas de criminalizar as lutas sociais e as suas lideranças.

Ou seja, como vimos nas falas dos ativistas, o Estado tem uma relação conflituosa, de disputa de interesses frente aos movimentos e conseqüentemente de repressão. Os ativistas partem de uma ideia de luta de classes tendo o Estado como um dos principais atores dessa luta, como o “ser” a ser derrotado. Logo, os partidos são fundo de

oportunismo e de apropriação da luta, limitam a autonomia do movimento, buscam massa de manobra e estão dentro da lógica do Estado. Assim, quando reivindicam mudanças, ela ocorre de forma institucional. Com a chamada “falência da esquerda” essa problemática de representação se agravou, impulsionando muitos movimentos sociais a buscarem uma outra via possível, fugindo da lógica partidária Direita-Esquerda, que no fim das contas acabam tendo planos de governo bastante parecidos<sup>148</sup>.

Essa abstinência de uma representação política satisfatória e a descrença com a esquerda “tradicional”, levaram muitos movimentos, como o MPL, optarem por uma forma organizativa de luta a margem do que estava posto por partidos, sindicatos, ONGs, movimentos ligados a partidos, etc. Assim, para romper essas práticas, o MPL estabeleceu como princípios a autonomia, a independência, o apartidarismo e a horizontalidade. No que tange a autonomia e a horizontalidade, o coletivo tem concepção como a exemplificada pela fala das ativistas BF e CF, respectivamente:

*“Autonomia na prática significa que o próprio movimento pode decidir sobre si, horizontalidade na prática significa que não há hierarquias dentro do movimento, e que todos coletivamente tem poder de decisão. São importantes porque criam uma lógica democrática e porque impedem que lideranças passem por cima das decisões tomadas coletivamente, permite a participação de todos e dificulta processos tanto de criminalização quanto de cooptação (o que não acontece na lógica dos partidos políticos).”*

*“Autonomia é que as decisões dos movimentos não vão se orientar pro grupos ou pautas externas ao interesse do próprio movimento, horizontalidade é a busca de não construir hierarquias formais e informais nos movimentos. A relevância está em garantir um processo de luta que seja efetivamente orientado, construído e executado pelas próprias pessoas que compõe o movimento, construindo desde já a sociedade que almeja.”*

Já o bloco dois, versa da visão do TZ-Goiânia referente a cidade e a mobilidade urbana. Ambos os entrevistados possuem experiência concreta na utilização do transporte coletivo da capital, sendo unânime entre eles a sua precariedade. O direito de ir e vir do cidadão, a utilização da cidade nas mais diversas ordens e a segregação, promovida pelas disputas de poder no território urbano, também são pontos recorrentes nas falas, demonstrando que esse coletivo possui uma base de visão sobre o tema, de um lado pela

---

<sup>148</sup> Vale ressaltar que, no que tange ao entendimento dos entrevistados sobre a democracia, ela vai desde concepções mais comuns, tais como participação livre do povo nas decisões, até uma forma de governo que mantém o status quo de uma classe dominando a outra. Mesmo admitindo problemas, eles a preferem. É como uma lógica de “preferir a menos pior das opções” (até por que o coletivo estudado tem uma pauta reformista, e não revolucionária aos moldes socialista ou anarquista).

experiência própria de cada indivíduo e, por outro lado, de conhecimentos de bases teóricas. Assim, eles analisam:

*“Mobilidade urbana é o direito de ir e vir da cidade” (Ativista AF)*

*“A capacidade das pessoas se deslocarem pela cidade, o que inclui não apenas o sistema de transporte coletivo, mas, também as formas privadas e individuais de se movimentar pelo espaço urbano, como o uso de carros, bicicletas, motos e toda a diversidade disponível para o deslocamento.” (Ativista DM)*

*“A organização da cidade segrega em si, a divisão entre centro e periferia já segrega aqueles que trabalharão e aqueles que conseguirão usufruir dos bens da cidade. O transporte se insere nisso possibilitando aos trabalhadores terem acesso a seu local de trabalho e de consumo, restringindo-se a isto, tanto que de madrugada e em final de semana seus horários são reduzidos quando não extinguidos.” (Ativista CF)*

*“Nas condições estruturais de organização econômica e políticas atuais, a cidade certamente é um espaço de determinação geográfica do poder, poder este efetivado por meio da segregação.” (Ativista DM)*

*“[...]O transporte público existe apenas enquanto forma de conquista de lucro privado, e não de acesso à cidade. O transporte garante apenas a ida do trabalhador e do estudante para seus locais de trabalho e de estudo, e não para os demais locais de vivência ou convivência da cidade, tal como hospitais, espaços públicos ou mesmo contato entre familiares, já que as tarifas são impeditivas para a maior parte dos trabalhadores. Nesse sentido, o transporte coletivo tal como é explorado pelas empresas, e entendido pelos governantes, segregam as pessoas entre si e entre elas os espaços públicos.” (Ativista DM)*

Assim, entendendo a cidade por uma lógica capitalista, de ir e vir não só de pessoas, mas também, e principalmente, de mercadorias, de escoamento de fluxos de capital, de um espaço organizado e ampliado mediante as necessidades do grande capital. Uma visão na linha das ideias de Harvey (2005; 2012) e de Moysés (2005) apresentadas anteriormente. Assim, movimentos como o TZ optam, como uma de suas táticas combativas em protestos, pelo fechamento de vias públicas de grande movimentação. Pois estas são vias de escoamento tanto de mercadorias como de mão-de-obra, para-las é um ato simbólico contra essa lógica da cidade capitalista e uma provocativa as autoridades para que elas ouçam suas demandas.

*“Pois fechando-as impede a circulação de pessoas e mercadorias, gerando um caos na cidade, a partir deste o poder público se vê pressionado a negociar, pois a cidade para.” (Ativista CF)*

Seguindo para o terceiro bloco de problematização para se entender o pensamento dos ativistas do TZ, foi trabalhada a ideia do grupo sobre o próprio coletivo. Alguns dos entrevistados estão no coletivo desde a sua origem, no ano de 2012, e o veem como:

*“É um coletivo que se caracteriza como autônomo, apartidário, contra todos os tipos de opressões e que luta pela tarifa zero como direito de todos e todas” (Ativista AF)*

*“Um coletivo que discute e luta por um transporte realmente público, que luta pelo direito a cidade (o livre acesso das pessoas em tudo que a cidade pode oferecer).” (Ativista BF)*

Identificamos também algumas posturas mais críticas frente ao movimento, uma reflexão sobre o próprio coletivo, suas táticas e seu repertório. Desse fato, ocorrido em diversos MPLs espalhados pelo país, levou alguns ativistas a deixarem o grupo, como foi o caso dos entrevistados DM e EM, mesmo ele se afastamento dos modelos clássicos de organização.

*“O TZ é uma derivação do MPL, ou seja, é uma extensão de um movimento social nacional que luta pelo controle popular do transporte público nas cidades. Caracteriza-se pela autonomia, pela horizontalidade e pela pauta exclusiva da aplicação da tarifa zero no transporte público sem distinções e nem restrições.” (Ativista DM)*

Segundo Rosa Luxemburgo (*apud* DIAS, 2010), defende que a massa que faz a revolução não é a massa guiada, mas aquela que é criativa, que se autodetermina diante da possibilidade de quebrar as regras impostas pelo sistema opressor, regras estas que foram elaboradas pelos próprios homens. Entretanto, é necessário também se debruçar criticamente sobre as práticas e táticas no dia-a-dia do movimento pois, como ressalta Freeman (1970), a ideia da ausência de estrutura pode passar de uma oposição saudável, do controle de outros sobre nós, para um dogma. Seu texto tem como foco o movimento feminista, mas seus apontamentos se encaixam bem a situação aqui apresentada, pois o termo é comumente utilizado e pouco examinado. Debruçar-se sobre esse aspecto é necessário pois a ideia de ausência de estruturas internas no movimento não impede a formação de estruturas e elites informais, com base em habilidades, personalidades, atuação dos ativistas, etc. Até onde os dados coletados nos levam, não houve a caracterização de tal fenômeno dentro do coletivo em foco.

Atraídos por uma proposta política, mas sem uma concepção teórico-política definida ou exclusiva, que defende que qualquer cidadão tem seu direito a cidade, o TZ denuncia a problemática e a falta de transparência por parte das empresas que tem a concessão de atuar na região metropolitana. Estas últimas afirmam que os procedimentos e cálculos

para a tarifa são públicos, mas ao procurar esses dados no site da RMTC ou solicita-los na sua sede, estes se resumem a tabelas de cunho técnico e confuso, além do descaso para com a participação de ativistas nas reuniões do conselho que versa sobre o transporte da região e decide o preço da tarifa.

*“O único material disponibilizado é uma fórmula. Mas os dados, os lucros e gastos das empresas não são transparentes.”* (Ativista C)

Assim, a importância do TZ no contexto goianiense se dá enquanto uma tentativa de tornar público a não transparência das operações da RMTC e a tentativa de tomada de consciência dos efeitos da lógica do capital na vida de cada um e dos seus direitos:

*“A importância está em fazer um embate frequente as empresas do transporte, mesmo quando estas não estão no foco. Além de estudar as questões do transporte possibilitando um enfrentamento mais qualificado.”* (Ativista CF)

*“Impulsionar o debate sobre o direito a cidade e sobre transporte e lutar contra o modo como hoje essa lógica se estrutura.”* (Ativista BF)

*“Porque hoje o transporte serve a interesses capitalistas (mais especificamente a 4 empresas que lucram ao cobrarem pelo direito de ir e vir das pessoas). É importante porque a lógica mercadológica do transporte serve à vários interesses, menos os das pessoas que o utilizam. É importante porque hoje no Brasil milhões de pessoas não saem de casa porque não possuem dinheiro para pagar a tarifa, é importante porque os trabalhadores pagam para ir trabalhar. O preço do transporte afeta negativamente a vida de milhões de trabalhadores e estudantes e favorece empresários.”* (Ativista BF)

Sendo assim, como fica claro, principalmente na conversa com a ativista AF e o ativista EM, o movimento não é tido como um movimento revolucionário, que tem como horizonte último a real emancipação, e sim como um movimento reformista, aos moldes do embate entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein. Mas o interessante é perceber que para se entender o que é em essência esse coletivo, não se deve simplesmente polarizar entre ser ou não ser revolucionário, pois o que se dá na realidade é que o movimento tem uma pauta reformista, progressista, mas o seu modo de luta, suas táticas e organização são revolucionários<sup>149</sup>. Exemplo disso é como se organizam as reuniões e as divisões das tarefas, por meio de consenso e da rotatividade de membros nas mais diversas funções:

*“Não temos hierarquias, funcionamos por consenso, todos e todas tem direito à fala, propomos a horizontalidade, circulação de*

---

<sup>149</sup> Defende-se que há a necessidade de se promover certas reformas para que assim se possibilite, de base, a ações que de fato promovam uma mudança estrutural na sociedade.

*informações e de tarefas. Uma de nossas principais pautas para se construir a luta é pelo trabalho de base. ” (Ativista AF)*

*“Reuniões presenciais. Temos como princípio a rotatividade de funções, nesse sentido as tarefas são rotativas (ninguém se especializa em nenhuma função e todos participam e contribuem em todas as tarefas). ” (Ativista BF)*

*“O movimento decide pro consenso, sendo inviável isto, ocorre votação. Tudo isto tá relacionado ao objetivo político do ato.” (Ativista CF)*

E no que tange a relação do movimento para com os membros externos a ele, a população em geral, no chamado trabalho de base, o TZ se propõem a ir nas escolas, fazer panfletagens, audiências públicas populares, assim como aulas públicas e atividades culturais como sarau.

*“Já foram feitos trabalhos de base, principalmente em escolas. Mas já foi feito trabalho de base em bairros (Jardim Novo Mundo) e trabalho de base com o pessoal da Saúde Mental (participávamos de reuniões no Cuca Fresca (centro de convivência de usuários da saúde mental), levamos a discussão sobre o transporte e fizemos um vídeo com os usuários da saúde mental para denunciar os problemas que eles sofrem em relação ao transporte. ” (Ativista BF)*

Porém, devido falta de recursos e o número limitado de membros do coletivo, o TZ acaba tendo um trabalho de base deficitário e que não chega as periferias da cidade, local onde, segundo Moysés (2005), se localiza a população mais afetada pela estrutura de transporte que foi desenvolvida em Goiânia. Durante as manifestações de 2013, era muito comum a tentativa da Frente de Luta, da qual o TZ era membro, de fechar algum terminal em um horário de pico e dialogar com os usuários ali presentes, tentando esclarecer para a população a legitimidade e a importância do que estava sendo feito e do por que se fazer daquela maneira combativa e não de formas ditas pacíficas. Entretanto esses objetivos sempre esbarravam na atuação da polícia e na imagem que a grande mídia construiu e difundiu.

Adentra-se então o quarto bloco referente as questões apresentadas aos ativistas. Ele trata de como os ativistas enxergam o papel da grande mídia e o das redes sociais. É bem claro o entendimento que eles têm da mídia enquanto aliada e /ou comprada pelo Estado<sup>150</sup>. Uma comunicação que privilegia um dos lados da história, o lado do capital,

---

<sup>150</sup> Vale ressaltar que, nenhum dos ativistas entrevistados ressaltou as tensões existente entre esses dois campos (mídia e Estado), que muitas vezes é conflituosa e pode gerar uma mudança de postura de um dos lados, como no caso da violência por parte da PM de São Paulo contra jornalistas, chegando até a ferir gravemente uma jornalista da Folha de São Paulo. Isso acabou por desencadear fortes críticas da grande mídia a PM e reportagens mais “simpáticas” para com os manifestantes.

que promove a criminalização de ativistas e do movimento social perante a opinião pública, com textos que normalmente apontam para os incômodos causados a “ordem” por parte das manifestações<sup>151</sup>.

*“Por estar completamente ligada e financiada pelo Estado, o papel da mídia é de criminalizar o movimento e divulgar (ou boicotar) o movimento de um modo que a versão dos fatos sejam distorcidas e que favoreçam sua deslegitimação.” (Ativista BF)*

*“Ela acaba sendo um veículo importante de divulgação, mas fora isto, via de regra deturpa a luta, desviando o foco e inventando mentiras.” (Ativista CF)*

Assim, a cobertura, seja nacional, mas principalmente local, é bastante criticada pelos ativistas, uma tendência constante, como vimos anteriormente nessa pesquisa, na relação grande mídia/movimentos sociais. Sobre a cobertura realizada pelos principais veículos de comunicação da cidade:

*“Péssima. A acusação de vândalos sempre foi constante somada a omissão referente as constantes violências policiais, mudando tal caráter somente após a massificação do movimento junto com a cooptação de pautas pela direita.” (Ativista CF)*

*“Durante algum tempo a mídia pautou as reivindicações do movimento, mas o criminalizou completamente. Divulgando a versão da PM sobre os fatos e não a brutalidade denunciada pelos manifestantes.” (Ativista BF)*

Tendo em vista tal contexto, a mídia alternativa e as redes sociais se mostraram uma boa saída<sup>152</sup>. Elas foram um meio de defender-se contra as acusações de vandalismo e de denunciar acontecimentos não divulgados, principalmente no que se refere a violência policial, chegando até, em alguns momentos, a pautar a grande mídia pela visibilidade ganhada via redes sociais, principalmente o Facebook. Como afirma a ativista AF:

*“As mídias alternativas são uma alternativa à mídia burguesa, que por mais restrito que pode ser, ela contribue muito para a luta e para a dispersão de informações e denúncias. Colaborando no sentido de ser mais verdadeiras possíveis, levando os fatos ocorridos em*

---

<sup>151</sup> Alguns exemplos disso, podem ser encontrados em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-interdita-avenidas-em-goiania.html> ; <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/manifestantes-tentam-invadir-predio-da-assembleia-legislativa-em-goiania.html> ; e <http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/pm-mostra-objetos-apreendidos-com-v%C3%A2ndalos-durante-manifesta%C3%A7%C3%A3o-1.345445> .

<sup>152</sup> Dois coletivos de mídia alternativa que atuaram fortemente nas manifestações contra o aumento da tarifa em 2013 foram o Desneutralizador e o Coma Livre. Algumas das produções podem ser vistas em: <https://www.youtube.com/watch?v=PQ85Kz5ysks> ; <https://www.youtube.com/watch?v=BVS7rGhiUXU> ; <https://www.youtube.com/watch?v=kDYu0jRpTCU> .

*determinadas ações. Além de contribuírem para ajudar na luta contra a criminalização, como provas de inocência e etc.”*

Por outro lado, os ativistas também demonstram ter noção dos limites e riscos ligados ao uso da internet. Eles sabem que esse território não é totalmente livre, como defendem os entusiastas das mídias e do ativismo online. A postura deles é muito mais de enxergar na internet uma possibilidade positiva para o movimento, mas que deve ser levada com cautela. Justamente por isso, redes como o Facebook foram usadas apenas para divulgação de manifestações, informes, denúncias, etc., nos moldes do embate entre táticas e repressão apresentado por Caetano (2016). Informações internas do TZ eram, preferencialmente, feitas em reuniões presenciais. Caso não houvesse outra alternativa para o uso da internet, como quando havia articulações com outros coletivos do MPL de outros estados, as informações eram criptografadas.

*“Os problemas das redes sociais é que elas são usadas hoje para vigilância e criminalização, e aí está o limite. Usamos as redes sociais para divulgar e denunciar o que ocorre, mas ao fazer isso também somos vigiados, fornecendo informações para o aparato repressor do Estado e das empresas.”* (Ativista BF)

*“O limite do alcance, a ausência de um trabalho de base que por vezes corre devido a um comodismo oriundo delas e a exposição individual que tais redes sociais acarretam, além da fragilidade no tocante a segurança.”* (Ativista CF)

Essa construção da imagem do movimento pela mídia para a opinião pública, muito pautada na ideia de vandalismo, nos leva ao quinto, e último, tópico da entrevista com os ativistas: a violência. Uma das principais acusações feitas contra os ativistas, do TZ e de outros coletivos, durante as manifestações pelo transporte em 2013, foi a de vandalismo, de baderneiros. Acusação esta que serve mais para deslegitimar e criminalizar os movimentos, pois para os ativistas, pichações, queima de lixo, quebrar vidraças de grandes concessionárias de carro ou de bancos se configura enquanto violência simbólica, forma de protesto, de mostrar indignação. Não é violência por pura violência, é uma resposta a violência sofrida pelo cidadão em outras instancias. E o coletivo é contra qualquer forma de agressão a pessoas, mesmo em embates com policiais. A “violência” que eles praticam tem significado político-simbólico. Quebrar vidraça de banco não é por baderna, é para demonstrar sua posição contrária ao poder do capital simbolizado por aquela instituição<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> Sabemos que nem todos os indivíduos que participaram, e participam, de manifestações populares estão de fato engajados com a luta, nem todos são ativistas, muitos vão pelo que consideram ser

*“Pichar, colocar fogo em lixo e quebrar vidraças é uma forma de protestar e de devolver de alguma forma a violência que as pessoas sofrem cotidianamente pelo estado e pelo transporte. Não caracterizo como vandalismo o que fazem, e sim o que o Estado, a pm e as empresas do transporte promovem e fazem sofrer a população.”* (Ativista BF)

*“Acho legítimo o protesto, não acho certo porém a quebradeira pela quebradeira, mas às vezes ela é necessária sim.”* (Ativista AF)

*“Violência contra pessoas como ocorre com a PM não houve nunca. Os manifestantes não machucaram nem prejudicaram ninguém com violência. O único “prejuízo” que pode ser colocado na conta dos manifestantes é de ter atrapalhado o trânsito, fato comum em manifestações. Houve também atos isolados de quebras de ônibus, mas ainda assim é uma forma de prejudicar os empresários e seus lucros, e não a população.”* (Ativista BF)

*“A violência pode ser inúmeras coisas. A violência para mim é o correr atrás do ônibus, é o esperar de mais de meia hora pra conseguir entrar, é o empurra empurra, é o descaso com a segurança, é a mulher assediada no ônibus, é pagar caro pra ter essa precariedade toda. E violência é apanhar, ser preso por tentar mudar esse cenário.”* (Ativista AF)

Como afirma Jappe (2013), há uma inclinação à criminalização de todas as formas de contestação não estritamente “legais”. A atual democracia, mais do que nunca, se torna puramente formal e qualquer oposição a política das instituições eleitas, que vá além de um abaixo-assinado ou uma carta, se tornou por definição “antidemocrática”. O autor, exemplifica com o caso da Itália, onde estudantes que fazem protestos são qualificados como “guerrilheiros”. Assim, nessa concepção de vida pública, toda e qualquer iniciativa cabe exclusivamente ao Estado, as instituições e as autoridades.

Inúmeros membros que compunham à Frente de Luta Pelo Transporte, incluindo ativistas do TZ, sofreram violência policial, se não apanhando de cassetete, no mínimo por meio de gás lacrimogênio e spray de pimenta. Para o TZ, a violência cometida pela PM é diferente daquilo que mídia e autoridades irão afirmar ser a violência que parte dos manifestantes.

*“A PM tem todo um aparato tecnológico para garantir e otimizar a violência, além de serem treinados para tais. Enquanto os manifestantes não. Além do que a violência da PM e para manter uma situação de desigualdade, opressão e exploração enquanto a dos manifestantes em muitos casos é para romper com tal situação.”* (Ativista CF)

---

“diversão” e possuem uma postura provocativa frente as autoridades policiais. Postura essa bastante criticada pelos próprios ativistas pois fornece mais argumentos para a mídia e para as autoridades estatais usarem contra o movimento.

*“A pm violenta as pessoas, bate, espancada, prende, machuca de uma forma injusta e desproporcional. Os manifestantes quando agem com violência buscam dar prejuízo financeiro aos grandes empresários.”*  
(Ativista BF)

E como o Estado tem como meio específico, porém não único, a violência (WEBER, 1982), em tempos de crise, como afirma Jappe (2013), ele passa a oferecer enfaticamente aos seus cidadãos “proteção”. Ele tem, portanto, todo o interesse em perpetuar a própria insegurança que cria a demanda por proteção. Isso está diretamente ligado a questão da criminalização dos movimentos pela justiça e pela mídia. Assim, o Estado pode privar-se de todas as suas funções, com exceção da manutenção da ordem (JAPPE, 2013), do status quo da classe dominante que o monopoliza.

## CONCLUSÃO – “SOY TODA LA SOBRA DE LO QUE SE ROBARON”<sup>154</sup>

*O mundo do trabalho é uma espécie de anatomia da sociedade. O trabalho que estrutura o capital, ou seja, aquele que é desenvolvido para estruturar tal sistema, desestrutura a humanidade, o social do trabalho. Portanto, o trabalho, se quiser reestruturar a vida humana — tendo um ponto de partida para que nós possamos ter um tempo livre dotado de sentido, com fruição, tudo aquilo que é desejável e necessário para além do trabalho —, precisa destruir o capital. — Ricardo Antunes em entrevista à Revista Instituto Humanista Unisinos.*

*Percebi que a gente é completamente refém desse Estado. Esse sistema pode te tirar tudo e na primeira oportunidade que tiver, ele vai tirar. — Elisa Quadros (a Sininho), em entrevista à Revista Caros Amigos, nº 210 /2014.*

O capitalismo é marcado por crises, que ao longo da história, buscou-se solucioná-las de diferentes maneiras. Se por um lado, a adoção de políticas do chamado Estado de Bem-Estar social, muito comum nas sociais-democracias europeias do pós Segunda Guerra, foi capaz de conter os conflitos de classe por um dado período de tempo, por outro lado, esse modelo foi uma exceção em outras partes do mundo.

Com as constantes falhas e o enfraquecimento desses governos, abriu-se espaço para que o neoliberalismo preenchesse os vazios, no que concerne atender expectativas sociais e de crescimento econômico, deixado por eles. O neoliberalismo é um movimento teórico e político que vai contra o Estado intervencionista e de bem-estar, o keynesianismo e a social-democracia, com a mínima intervenção do Estado na economia. A adoção desse modelo na tentativa de colocar de volta nos eixos a economia das grandes potências nas últimas décadas do século XX, fez com que os grandes grupos capitalistas puderam reorganizar as formas de sua internacionalização e modificar suas relações com a classe operária, principalmente em decorrência dos benefícios trazidos pelo novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores. E com a transnacionalização do capital, processo que consiste na dispersão do capital em um processo de superação das fronteiras nacionais, se reorganizando em um plano internacional para sua reprodução, o neoliberalismo fez-se hegemônico.

Entretanto, a transnacionalização do capitalismo neoliberal provocou a precarização das relações de trabalho, enorme rotatividade da força de trabalho, baixos salários,

---

<sup>154</sup> “Sou todo o resto do que roubaram [...]”, trecho da música *Latinoamérica*, do grupo porto-riquenho Calle 13.

desemprego, grande aumento de mão-de-obra que vai para o setor de serviços, etc. Ou seja, nem a “esquerda tradicional”, com uma visão que crê nas reformas de Estado e na ilusão keynesiana de desenvolvimento, nem a política do estado neoliberal democrático conseguiu conter os efeitos negativos do capitalismo sobre a grande massa de trabalhadores.

A de se lembrar que a atual geração de trabalhadores, é a geração mais bem formada no que concerne o acesso à educação e a mais bem munida de diferentes fontes de informação. Assim, se tornou comum, principalmente nessa uma década e meia de século XXI, uma grande porcentagem da juventude chegar ao mercado de trabalho e vislumbrar, ao invés de oportunidades e ganhos, uma crise econômica, intensificada a partir de 2008, e que recai principalmente na classe operaria e na periferia global. E, se de um lado, esses jovens encontram crise econômica, do outro, encontram governos reféns do capital transnacional das grandes instituições e que não conseguem sustentar os direitos sociais.

A falta de alternativas políticas, já que a diferença entre a esquerda e a direita é praticamente inexistente, e a percepção de que a democracia está mais para um discurso utópico do que para uma prática real, levou milhares de pessoas, não apenas jovens, a tentar fazer política diferente da atual. Assim surgiram movimentos como o Occupy e o 15-M.

Contudo, devemos nos atentar, e esse é um dos intuitos desse trabalho, que a política das ruas não é o mesmo que a política da burocracia e a democracia deliberativas, defendida por vários movimentos sociais se mostrou, como vimos, um meio pouco eficiente para fazer uma política para além das amarras do Estado, muito pelo contrário. Outro ponto a ser pontuado, é que é mais interessante para o capital ter governos de caráter de esquerda no poder, visto que isso tende a promover o apaziguamento da classe trabalhadora. Exemplo disso é o governo do PT nesses últimos doze anos. Apesar dos avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo, o Partido dos Trabalhadores permitiu o enriquecimento de inúmeros setores privados, em detrimento de setores públicos importantes, como o setor de transporte urbano, o que veio a desencadear e ser o principal foco das manifestações de maio e junho de 2013.

Para entender esse fenômeno partimos de uma base teórica marxista. Os movimentos sociais foram tratados sociais como uma coletividade de caráter conflitivo, um grupo de

pressão, cujo desenvolvimento implica mudanças ou conservação de privilégios, valores, regras, normas, etc. São forças que visam contestar um sistema estabelecido de ação histórica e procuram desviar o desenvolvimento da sociedade para uma direção diferente. Mas engana-se quem afirma que os movimentos sociais são apenas a luta de uns para se libertar da opressão de outros, existem movimentos que não visam romper com as estruturas de opressão e dominação. Dão margem a oportunidades políticas, criação de identidades coletivas e agrupamento além de um mecanismo para tomada de consciência da realidade capitalista a qual estamos inseridos. Tarrow (2009), afirma que as formas contenciosas de ações coletivas associadas aos movimentos sociais além de históricas e socialmente distintas possuem poder por desafiar seus oponentes e despertar solidariedade. Os movimentos sociais estão envolvidos pela dinâmica da luta de classes podendo estar sob a hegemonia ideológica da burguesia e/ou de suas classes auxiliares ou sob a direção revolucionária do proletariado. No primeiro caso, enquadram-se os movimentos sociais conservadores e reformistas e, no segundo, enquadram-se os movimentos sociais revolucionários. Porém, com o passar do tempo e o desenvolvimento das lutas essa divisão ficou cada vez mais tênue. Muitos movimentos que iniciaram sua trajetória como revolucionários, acabaram por se tornarem reformistas ou ferramentas, até mesmo de cunho eleitoral, do estado. Há também outros grupos que, como podemos perceber no TZ-Goiânia, possuem uma pauta reformista, mas com estruturas e práticas de caráter revolucionário. Estão no limiar dessa polarização.

Vimos também no decorrer do texto, um contexto global de estudos dos movimentos sociais, adentrando um contexto continental e, por fim, nacional para entendermos onde esse fenômeno se insere e a sua relação tanto direta como contraditória com a democracia. Com isso, reconhece-se e traz de volta às discussões teóricas o “conflito”. Segundo Pereira (2009), a principal diferença entre esse e outros tipos de ação coletiva, é a capacidade que o conflito têm em trazer para o centro da arena política indivíduos que a princípio não teriam acesso aos canais institucionais. Podendo influenciar diretamente tanto a opinião pública quanto em propostas e decisões políticas, como acabou acontecendo com a questão do preço da tarifa do transporte coletivo após a intensificação das mobilizações em 2013. Mas essas formas de ação podem se desenvolver de maneira diferente, a depender do contexto, visto que são fruto de um processo histórico cumulativo de atividades anteriores e que se adequam as

necessidades, aos constrangimentos do grupo e as mudanças tecnológicas. O conflito é considerado como parte normal da sociedade e não uma anomalia.

Vale ressaltar também, principalmente no caso do Brasil, a atuação das ONGs, que em essência se caracterizam como um braço do Estado e criminalização e a repressão, ambas ligadas a questão, bastante complexa, entre mídias tradicionais e movimentos sociais. Relação ora de proximidade, ora conflituosa, a depender dos interesses defendidos naquele momento pelos veículos de comunicação. O que gera a necessidade de canais de comunicação alternativos, traço também característico dos movimentos sociais ao longo da história e facilitado com o advento da internet. Mesmo essa última tendo um caráter dual e muitas vezes sendo usada pela repressão, ela também pode prestar bons serviços a ativistas.

A principal dificuldade encontrada, na opinião dessa pesquisa, para se entender concretamente os movimentos sociais é que o conflito entre as classes perdeu centralidade, voltou-se para o atendimento de demandas específicas, muitas vezes por meio de políticas públicas, e a ênfase na diferença. Esquece-se que o conflito de classes perpassa a própria constituição da consciência do indivíduo e conseqüentemente é algo que reflete nos próprios movimentos. Nos estudos referente a esse tema no Brasil, e na América Latina como um todo, há pouca criação de paradigmas para se explicar nossos movimentos. Geralmente, coloca-se em ação nas nossas análises categorias, termos, teorias e matrizes das abordagens científicas estrangeiras, em especial as franco-espanholas. Não é que se deva ter um pensamento desvinculado das tendências mundiais, mas reivindicar um pensamento social autônomo que não abandone nossas especificidades na explicação da nossa realidade evitando erros graves. Gohn (2004), por exemplo, defende como uma alternativa possível a isso a realização de estudo e pesquisas históricas que utilizem a análise comparativa, não para achar pontos em comum e produzir generalizações abstratas como fez a sociologia americana entre os anos de 1950 e 1960, mas sim para ver as especificidades locais como sendo extremamente significativas enquanto indícios para o novo, as tensões, o sentido e a direção da mudança. A própria metodologia da dialética marxista, já a muito tempo, aponta a necessidade de se considerar a conjuntura histórica própria de cada fenômeno. Outro ponto que chama a atenção é que há uma fragilidade nos movimentos sociais brasileiros, pós anos 2000, e a explicação mais provável para isso, segundo Gohn

(2008), é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. Ou seja, é o processo de captação dos movimentos pelo Estado, em grande parte por meio de políticas públicas, ONGs e o terceiro setor.

A maioria das análises sobre o tema deixou de lado tanto a dimensão política como a conexão entre classe e movimento social para dar ênfase as ONGs, identidade dos sujeitos, diferenças, formas de organizar a participação e a mobilização social e na relação dos movimentos com o sistema político vigente. Gohn concorda com Touraine quando este defende que a subordinação de qualquer movimento social à ação do Estado constitui-se na limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma. Contudo, o movimento social, enquanto sujeito social e coletivo, não pode ser pensado e entendido fora de seu contexto histórico e conjuntural. Outro problema encontrado é que atualmente poucos movimentos podem ser colocados na categoria de atuação autônoma. A maioria não tem um agir coletivo autônomo porque são monitorados, coordenados mediante regras e normas e escolhas externas.

Na relação entre o Estado e a sociedade civil há uma mudança no foco central da análise. Percorre-se um caminho que vai do agente em direção à demanda a ser atendida. Raça, etnia, gênero, etc passam para a cena principal. Com isso o sujeito coletivo se desfaz, fragmenta-se em múltiplos campos isolados, gerando o enfraquecimento da força coletiva e transformando o Estado no ponto de convergência entre eles. A institucionalização das ações coletivas impera como regulação normativa e campos demarcados (não um campo relacional).

Assim, não basta pensar apenas teoricamente para entender um movimento social, é preciso entender historicamente a sua formação e a formação de sua pauta. Isso foi o que se tentou fazer ao longo do capítulo três, apresentando tanto a questão do transporte como a do coletivo TZ-Goiânia, surgido em 2012 e que optou por não usar a nomenclatura MPL por conta evolução histórica das demandas, em nível nacional. O coletivo goiano ganhou maior visibilidade em decorrência de sua participação, ao lado de outros coletivos locais, nas manifestações pelo transporte público da capital e região metropolitana ocorridas entre maio e junho de 2013, compondo as chamadas “Jornadas de Junho”. Qualquer movimento social tem seus conflitos e limitações internas, e muitas vezes externas também, e que acaba refletindo em sua dinâmica. Não é diferente

com o MPL, nem mesmo em suas ramificações regionais. Por meio desse trabalho, usando revisão bibliográfica e entrevistando os ativistas, tentamos entender isso dentro do Tarifa Zero – Goiânia. Afinal, como afirma dois de seus membros:

*“Após 2013 é certo que houve nacionalmente um grande refluxo da luta, tanto por conta da criminalização quanto por conta do desgaste e da criminalização. Tivemos de mudar algumas formas de ações pelo número restrito de pessoas atuantes, resolvemos focar mais em trabalho de base em escolas e em propagando do coletivo.”* (Ativista AF)

*“Há alguns meses estamos num momento delicado e desarticulado, por inúmeros motivos, de problemas pessoais e viagens de integrantes do movimento quanto de atuação em outras lutas.”* (Ativista BF)

Um primeiro limite que pode ser apontado é o próprio embate de ideias no interior do movimento e a vida pessoal de cada ativista. No caso do coletivo de Goiânia, que em si já comportava um número bem reduzido de membros, ainda passou pelo afastamento de alguns desses por conta de trabalho e estudos no exterior. Destaca-se também, que pautas muito progressistas, como o fim da tarifa, se choca com os próprios limites estruturais e históricos do capitalismo no contexto onde a luta está inserida.

Essas empresas privadas não só financiam campanhas políticas, mas também aprendem com o próprio desenrolar histórico de uma luta. Em Goiânia, os empresários já sabendo com o anúncio do aumento da tarifa levaria a manifestações populares, anunciavam um aumento bem acima da média. Ocorriam manifestações, os empresários, se dizendo “dispostos a negociar” promoviam reuniões públicas onde diversos cálculos eram apresentados de um lado, e várias reclamações eram ouvidas de outro, até se chegar a um consenso onde a passagem aumentaria, mas não para um valor tão alto como o que havia sido anunciado anteriormente.

Vale lembrar também que, os problemas enfrentados pela população no que tange o transporte coletivo foi pauta de campanha nas eleições após 2013, onde uma das promessas de campanha foi o passe livre estudantil para todos da região metropolitana de Goiânia. Após vencer as eleições, o chamado passe livre entrou em vigor, porém marcado por inúmeros problemas, os principais deles sendo: número fixo de passagens, calculado mediante a distância e o número de ônibus necessário no trajeto entre a casa do aluno e a instituição de ensino, correndo o risco de ter o benefício cancelado caso ele seja usado em um trajeto diferente ou nos fins de semana (continua-se privando o indivíduo de qualquer outro benefício que a cidade possa oferecer, como os eventos culturais); o recebimento desse benefício seria mensal, mas desde sua implementação a

diversas reclamações de que de que não há um dia ou mês certo para recebe-lo; e, por fim, temos a dificuldade na documentação correta que é necessário ser entregue para receber o passe livre, as informações disponíveis são confusas e pouco esclarecem os usuários.

Um fato bastante importante em um movimento social, principalmente quando sua pauta perde visibilidade, como a pauta do transporte perdeu ao cessar as manifestações e ao fim do período eleitoral, é o trabalho de base organizado pelo grupo. O TZ, como demonstrado acima, busca promover o diálogo e a conscientização da população, mas a própria limitação de recursos financeiros e de membros acaba impedindo que isso seja feito de forma adequada e que atinja uma grande quantidade de escolas, bairros, etc.

Por fim, temos as questões organizativas, aspecto que atingiu o MPL como um todo. O movimento transformou seus princípios em sua doutrina, o que acarretou em algumas contradições: a horizontalidade, que derivava na rotatividade de tarefas, resultou em uma espécie de especialização, onde alguém ser mais capacitado que o outro para desenvolver uma dada tarefa era quase um pecado; o consenso, e as dificuldades de se chegar nele, resultou em barramento de decisões por pequenos grupos irreduzíveis ou militantes pressionados a tomarem uma posição que não o inviabilizasse; e o desenvolvimento e manutenção de uma lógica de grupos de afinidade autônomos em detrimento do movimento como um todo, tais grupos funcionando como “filtro” para selecionar os interesses em atuar no movimento.

Entretanto, no que se refere ao contexto próprio do Tarifa Zero-Goiânia, o limite de maior peso foi interno, referente a própria rotina de vida de seus ativistas e o reduzido número destes que existia. No início de 2016 o coletivo teve fim, mas deixou como ponto positivo, assim como também o fizeram toda a mobilização pela pauta do transporte em 2013, a visibilidade dada a luta. De maio de 2013 para cá, diversas manifestações espontâneas ocorreram em terminais de Goiânia e em cidades dos arredores e a mídia passou a abordar com mais frequência as dificuldades que os usuários do transporte coletivo encontram, tais como a superlotação e a falta de estrutura. Inicialmente o aumento da tarifa foi barrado, mas a visibilidade da luta, que deveria ser continua, não o foi e atualmente, três anos depois, a passagem está em R\$ 3,70 e o serviço disponível continua precário e insuficiente para as necessidades da população.

## BIBLIOGRAFIA

*A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs.* Preparado pelo PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ; tradução Mônica Hirts, -- Santana do Parnaíba, SP : LM&X, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf> .

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. In: *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun-set 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/22474/18888>. Acesso em: 17 /07 /2016.

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique.* – 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>

ALMEIDA, Everton Werneck. Autogestão: marca indelével no pensamento de Rosa Luxemburgo. In: *Revista Trabalho Necessário*, ano 12, nº 19, 2014, p. 157-179.

ALVES, Gustavo Biasoli. *Discurso e reforma do Estado no governo Collor.* Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4455/000411943.pdf?sequence=1>

AMARAL, Camilo Vladimir de Lima; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Uma outra mobilidade: movimentos, fluxos e metamorfoses nas cidades contemporâneas. In: *Revista UFG*, julho de 2012, ano XIII, nº 12, p. 43-51.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e Gentili, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).* – 2ª ed – Campinas, SP : Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.* São Paulo – SP : Boitempo Editorial, 1997, p. 71-84.

- ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. Tradução de Cristina Yamagami, São Paulo : Boitempo, 2012.
- BARBOSA, Tulio. *Occupy Wall Street (OWS): a oposição dos trabalhadores a globalização*. 2012, disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/082.pdf>.
- BARBOSA, Walmir. Marxismo: História, política e método. Disponível em: [http://www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias\\_marxismo.pdf](http://www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias_marxismo.pdf); acesso 20/02/2016.
- BARRETT, Michèle; Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (org.); *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro : Contraponto, 1996, p. 235-264.
- BENAKOUCHE, Rabah. A transnacionalização do capital. In: *Revista de Administração de Empresas*, vol.20 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1980, p. 79-90. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901980000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901980000100006&script=sci_arttext).
- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: Ainda há lugar para os sindicatos?*. – São Paulo – SP : Boitempo Editorial, 2000.
- BORON, Atilio A. e LECHINI, Gladys. Introducción. In: *Política y movimientos sociales em um mundo hegemônico: lecciones desde África, Ásia y América Latina*. Compilado por Atilio A. Boron y Gladys Lechini – 1ª Ed. – Buenos Aires : Consejo, 2006.
- BOTTOMORE, Tom. Movimentos sociais, partidos e ação política. In: BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. – Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia e outros. *Cidades Rebeldes*. São Paulo : Boitempo, 2013, p. 79-82.
- BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. In: *Caderno CRH*, Salvador , v . 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

Acesso em: 10/08/2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300004&script=sci_arttext) . Acesso em: 10/01/2016.

CAETANO, Ian. *Internet: um campo inexplorado de possibilidades*. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/internet-um-campo-inexplorado-de-possibilidades/> . Acesso em: 25/05/2016.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Movimentos sociais na América Latina*. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm)

CASANOVA, Pablo González. El desarrollo del capitalismo en los países coloniales y dependientes. In: *Sociología de la explotación*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2006, p. 207-234.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTE, Rebeca Freitas. *Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação*. Lisboa, Portugal, 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2010. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/5305/1/rebeca.pdf> . Acesso em: 10/06/2016.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. – São Paulo : Xamã, 1996.

COUTINHO, Joana Aparecida Osmundo. Movimentos sociais e Estado: uma análise de classe. In: *Revista de Políticas Públicas*, número especial, agosto de 2010, p. 257-263.

DIAS, Marli Barros. Crítica da crítica da consciência de classe em Rosa Luxemburgo. In: *Revista Eletrônica Arma da Crítica*. Ano 2, nº 2, março, 2010.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Tradução de Guilherme Miranda. – São Paulo: Veneta, 2014.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. Uma reflexão sobre a expansão e a mobilidade urbana: uma análise do Plano Diretor de Goiânia. In: *Observatorium: Revista eletrônica de Geografia*, v. 5, n. 15, p. 62-86, dez. 2013. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/5edicao/n15/04.pdf> . Acesso em: 20/05/2016.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FREEMAN, Jo. *A tirania das organizações sem estrutura*, 1970. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> . Acesso em: 20/09/2016.

GARCIA, Michael Hermann. Sociedade civil, políticas sociais e o estado no brasil contemporâneo: uma tríade colocada em debate. In: *Revista da Católica: ensino, pesquisa e extensão*, v. 2, n 4, jul/dez. 2010.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. In: *Revista Pesquisa & Debate*, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GIORAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. *Estudos históricos*, vol.22 n.44 Rio de Janeiro July/Dec. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862009000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000200002)

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4 ed. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. Fórum Social Mundial: a reinvenção da democracia? In: *Observatorio Social da América Latina – Los movimientos sociales de Porto Alegre a Caracas: dominación imperial y alternativas*. Ano VI nº 18/setembro-dezembro 2005, p. 29-40.

HARVEY, David ... et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Tradução João Alexandre Peschanski ... et al. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 3 ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.

HARVEY, David. O Direito a cidade. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. P. 73-89.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. – São Paulo : Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

IÑIGUEZ, Lupiciano. *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

JAPPE, Anselm. *Violência, mas para quê ?* Tradução de Robson J. F de Oliveira. São Paulo : Hedra, 2013.

JENSEN, KARL. Teses sobre os movimentos sociais. *Marxismo e Autogestão*, Ano 1, Num. 01, jan. / jun., 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1/63> . Acesso em 22/09/2015.

KNEIB, Erika Cristine. Mobilidade Urbana e qualidade devida: do panorama geral ao caso de Goiânia. In: *Revista UFG*, julho de 2012, ano XIII, nº 12, p. 71-78.

KOWARICK, Lúcio. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura*, 1986. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_03.htm) . Acesso em 20 /05 /2015.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios da cientificidade dos métodos qualitativos. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

LEMOS, Marina Gazire. *Ciberfeminismo: Novos discursos do feminismo em redes eletrônicas*. São Paulo, 2009 (dissertação de mestrado em Comunicação). Acesso em 25/01/2014. Acesso em 22/01/2014. Disponível em: [http://tecnos.cienciassociais.ufg.br/uploads/410/original\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Ciberfeminismo\\_\\_novos\\_discursos\\_do\\_feminino\\_em\\_redes\\_eletr%C3%B4nicas.pdf](http://tecnos.cienciassociais.ufg.br/uploads/410/original_Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Ciberfeminismo__novos_discursos_do_feminino_em_redes_eletr%C3%B4nicas.pdf)

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LOWY, Michael. *Método dialético e Teoria Política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. – 2ª ed. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução ?* São Paulo – SP : Global Editora, 1986.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). In: *Revista UFG*, dezembro de 2011, ano XIII nº 11, p. 98-108.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. – Porto Alegre : Sulina, 2013.

MARICATO, Erminia. *Nunca fomos tão participativos*. Site da Carta Maior, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Nunca-fomos-tao-participativos/20899> . Acessado em: 20/02/2016.

MARTIN, Hans-Peter. e SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização*. Tradução: Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. – 6ª ed. – São Paulo : Globo, 1999.

MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena barreiro Alves. – 3ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2003. – Coleção Clássicos.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 2ª Edição, Editora Avante, Lisboa, 1997. Disponível em: <http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/manifes.pdf>

MARX, Karl. O método da economia política. *Revista Crítica Marxista*, n. 30, p. 103-125, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/329373-Documento-o-metodo-da-economia-politica-karl-marx-apresentacao-de-joao-quartim-de-moraes-e-traducao-de-fausto-castilho-marxista.html> . Acessado em: 18/07/2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. In: *Opinião Pública* vol.19 no.1, Campinas, junho, 2013, p. 49-64. Acessado em: 05/06/2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762013000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762013000100003&script=sci_arttext) .

MIGUEL, Luis Felipe. Promessas e limites da democracia deliberativa. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16 n.46, São Paulo, junho, 2001, p. 175-177. Acessado em: 05/06/2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092001000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200011) .

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. *Estado e Movimentos Sociais: entre a hegemonia e a contra-hegemonia*. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308289208\\_ARQUIVO\\_artigoCONLAB.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308289208_ARQUIVO_artigoCONLAB.pdf) . Acessado em 12/01/2016.

MOYSÉS, Aristides. *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Coordenado por Aristides Moysés. – Goiânia : Ed. da UCG, 2005.

MOYSÉS, Aristides; SILVA, Eduardo Rodrigues da; BORGES, Elcileni de Melo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Da formação urbana ao empreendedorismo imobiliário: a nova face da metrópole goianiense. In: *Revista Mercator – Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará*. Volume 6, nº 12, p. 37-50, 2007. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/45> . Acesso em: 13/10/2016.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. – 1ª ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2011.

NIEMEYER, Carolina Burle. *Contestando a governança global: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC*. Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro : PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2006. Disponível em: [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=9463@1](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=9463@1) .

OLIVEIRA, Adão Francisco de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Planejamento urbano e imagética da cidade: signos mercadológicos e segregação socioterritorial em Goiânia. In: *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, nº. 7, p. 109-124, jan/jul. de 2010. Disponível em: <http://revista.ufr.br/actageo/article/view/274> . Acesso em: 15/10/2016.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed., Campinas, SP : Pontes, 2007.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 1, Junho, 2012, p. 68-87.

PRATES Natália da Cunha; RECOBA Thaís. A Criminalização dos Movimentos Sociais: um atentado contra a democracia. In: *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Associação Latino-americana de Ciência Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-036/529.pdf> . Acesso em: 20 /06 /2016.

RESENDE, Ubiratan Pereira de. A influência da forma urbana na estruturação da mobilidade urbana de Goiânia. In: *Anais do Seminário Internacional de Arquitetura, tecnologia e projeto*, 2014, Goiânia, GO. Forma Urbana: rupturas e continuidades. Goiânia : v. 1, nº 1, 2014. Disponível em: <http://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/> . Acesso em: 23 /09 /2016.

RIEDNER, Rachel C. *Writing neoliberal values: rhetoric connectivities and globalised capitalismo*. George Washington University, US, Palgrave Macmillan, 2015.

RIVERO, Jacobo. *Podemos. Objetivo: asaltar kos cielos*. – Barcelona: Editorial Planeta, 2015.

SANSON, Cesar. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In: *OSAL: Observatório Social de América Latina*. Año IX, nº 24 – Movimientos sociales: Argentina, Bolivia, Brasil, México y Paraguay, octubre de 2008. Disponível em: [https://xa.yimg.com/kq/groups/80541122/.../name/sanson\\_criminalizacao\\_ms.pdf](https://xa.yimg.com/kq/groups/80541122/.../name/sanson_criminalizacao_ms.pdf) . Acesso em: 17 /06 /2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *OSAL: Observatório Social de América Latina*. Año 6 nº. 16, jun. 2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005

SANTOS, Nivaldo dos. Rosa Luxemburgo: a ordem e a desordem (sua atualidade). In: *Revista Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*. Goiânia, outubro de 2009, n. 7, p. 79-88.

SERBIN, Andrés. Entre la globalofobia y el globalitarismo: sociedade civil, movimientos sociales y globalización em América Latina y Caribe. In: *América Latina y el (des) orden global neoliberal: hegemonia, contrahegemonia, perspectivas*. Compilado por José Maria Gomes. – 1ª ed. – Buenos Aires : Clacso, 2004.

SKLAIR, Leslie. Globalização. In: SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros; consultoria técnica Luiz Fernando Dias Duarte. – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOUZA, Dalva Borges. *Goiás: sociedade e estado*. Org. [por] Dalva Borges Souza. Goiânia : Cãnone Editorial, 2009.

SOUZA, Fábio de; PASQUALETTO, Antônio. A mobilidade em Goiânia sob a ótica do transporte coletivo. In: *Estudos*, Goiânia, v. 41, especial, p. 5-16, set. 2014. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/view/3718/2156> . Acesso em: 02 /06 /2016.

SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. In: *Revista Ser Social*, Brasília, n. 17, jul /dez de 2005, p. 59-112.

STRAKOSCH, Elizabeth. *Neoliberal Indigenous Polícy: settler colonialismo and the 'Post-Welfare' state*. University in Queensland, Australia, Palgrave Macmillan, 2015.

SZABÓ, Inácio. *A construção de conhecimento nas comunidades virtuais do ciberespaço*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dezembro de 2006. Acesso em 27/01/2014. Disponível em: <https://desenvrepositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/>

TARROW, Sidney. *El poder em movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza Editorial, 1997.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana mari Sallum – Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. *Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente: reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa*. s/n, 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/17549294-Relacao-entre-movimentos-sociais-e-instituicoes-politicas-no-cenario-brasileiro-recente-reflexoes-em-torno-de-uma-agenda-preliminar-de-pesquisa-1.html> . Acesso em: 24/07/2016.

TAVARES, Francisco mata Machado. *A dimensão política da crise fiscal dos Estados Contemporâneos: um estudo sobre o potencial da democracia deliberativa para coibição das concorrências tributárias danosas*. – Belo Horizonte, 2008. Disponível

em:

[http://www.academia.edu/981309/A\\_Dimens%C3%A3o\\_Pol%C3%ADtica\\_da\\_Crise\\_Fiscal\\_dos\\_Estados\\_Contempor%C3%A2neos\\_um\\_estudo\\_sobre\\_o\\_potencial\\_da\\_democracia\\_deliberativa\\_para\\_coibi%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_concorr%C3%Aancias\\_tribut%C3%A1rias\\_danosas](http://www.academia.edu/981309/A_Dimens%C3%A3o_Pol%C3%ADtica_da_Crise_Fiscal_dos_Estados_Contempor%C3%A2neos_um_estudo_sobre_o_potencial_da_democracia_deliberativa_para_coibi%C3%A7%C3%A3o_das_concorr%C3%Aancias_tribut%C3%A1rias_danosas)

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Revista Economia e Sociedade*, v. 21, p. 909-941, 2012. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642267> .

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. 2ª edição, São Paulo – SP : Editora Moderna, 1986.

ULISSES, Laís Soares. Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil: suas diversas facetas e o emblemático caso da aplicação da lei de segurança nacional no Rio Grande do Sul. In: *Revista Jurídica*, Teresinha – Piauí, v. 2, n. 2, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/view/1123/886> . Acesso em: 19/10/2016.

VELOSO, Ellen Ribeiro. Democracia feita na rua: uma investigação sobre o impacto da prática ativista de manifestações, no Brasil, na definição de agenda. In: *Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu – MG, outubro de 2015. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1332%3Aanais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1294%3A39-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=461](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1332%3Aanais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1294%3A39-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=461) .

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução: H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. – Rio de Janeiro : LTC Editora, 1982.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo : Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Tradução: Rogério Bettoni. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2013.

